

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 189/2021  
Data: 07/12/2021



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
CRUZEIRO MARÍTIMO REGISTRA 10 CASOS DE COVID-19 NOS ESTADOS UNIDOS .....	4
OPERAÇÃO FISCALIZA REMOÇÃO DE RESÍDUOS EM NAVIOS NO PORTO DE SANTOS .....	4
MARCELO SAMMARCO: COBERTURAS DE P&I E GARANTIAS AOS TRABALHADORES .....	5
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>6</b>
ANTAQ REALIZA 514ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA NESTA QUINTA-FEIRA (9).....	6
OUVIDORIA DISPONIBILIZA CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA O PÚBLICO POR MEIO DO WHATSAPP .....	7
ANTAQ E ALEMÃ GIZ APRESENTAM ESTUDO SOBRE AMEAÇAS CLIMÁTICAS NOS PORTOS BRASILEIROS A INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS .....	8
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>9</b>
SUAPE: PORTO-INDÚSTRIA DA ERA DA GLOBALIZAÇÃO .....	9
<b>PECEM - COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO</b> .....	<b>10</b>
PORTO DO PECÉM CONFIRMA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO E ATINGE PELA PRIMEIRA VEZ MARCA DE 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS .....	10
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>11</b>
ENTENDA O QUE É TRANSPORTE DE CABOTAGEM .....	11
FUNCIONÁRIOS DA PRATICAGEM QUE EVITARAM ACIDENTE SÃO HOMENAGEADOS .....	13
BRASIL PRECISA DE ATÉ R\$ 789 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM TRANSPORTE ATÉ 2035, ESTIMA GOVERNO.....	14
EXCLUSIVO: GOVERNO ESTUDA LICITAR CONCESSÃO DE HIDRELÉTRICA NO PORTO DE SANTOS .....	15
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>16</b>
GOVERNO FEDERAL CLASSIFICA SETE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA COMO PRIORITÁRIOS PARA RECEBER INCENTIVOS FISCAIS .....	16
“O BRASIL VAI SER UM DOS PAÍSES COM A INFRAESTRUTURA MAIS PRIVADA DO MUNDO”, DIZ TARCÍSIO .....	18
NOVA TRAVESSIA URBANA NA BR-116/CE AUMENTARÁ SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.....	19
INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL GARANTE MELHORIAS NOS AEROPORTOS DE COXIM E BONITO, NO MATO GROSSO DO SUL .....	20
BRASIL TERÁ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, DIZ TARCÍSIO .....	21
RADAR ANTICORRUPÇÃO DESENVOLVE AÇÕES NA ANTT DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E VULNERABILIDADES.....	22
CONCLUSÃO DE OBRAS NA ECLUSA DE IBITINGA TORNA MAIS RÁPIDO ACESSO À USINA NO RIO TIETÊ.....	22
PRO TRILHOS: QUATRO PROPOSTAS DE NOVAS FERROVIAS POR AUTORIZAÇÃO RECEBEM AVAL DA ANTT.....	23
MEDALHA DO MÉRITO MAUÁ RECONHECE CONTRIBUIÇÕES E TRABALHO NO PROGRESSO DA INFRAESTRUTURA .....	24
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>25</b>
BOLSONARO É ESCOLHIDO COMO PERSONALIDADE DO ANO EM VOTAÇÃO POPULAR DA REVISTA TIME .....	25
COMISSÃO DO SENADO APROVA TAXA NA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO PARA SUBSIDIAR COMBUSTÍVEIS .....	26
PREÇOS DO PETRÓLEO SOBEM 3%, AMPLIANDO AVANÇO CONFORME RECEIOS COM ÔMICRON RECUAM.....	28
PESQUISA MOSTRA 63% DE MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS OTIMISTAS COM SEUS NEGÓCIOS .....	29
BOLSONARO AFIRMA QUE PAÍS DEVE FECHAR ANO COM SALDO DE 3 MILHÕES DE NOVOS EMPREGOS FORMAIS .....	29
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>30</b>
MINÉRIO DE FERRO DISPARA 6,7% NESTA TERÇA-FEIRA COM FLEXIBILIZAÇÃO MONETÁRIA NA CHINA .....	30
PACHECO DIZ QUE SE REÚNE COM LIRA NESTA TERÇA SOBRE PEC; SENADO DEVE VOTAR DESONERAÇÃO NA QUINTA .....	31
<b>ÉPOCA NEGÓCIOS</b> .....	<b>31</b>
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,075 BI NA 1ª SEMANA DE DEZEMBRO.....	31
<b>FÓRUM BRASIL EXPORT</b> .....	<b>32</b>
CESAR MEIRELES É RECONDUZIDO À VICE-PRESIDÊNCIA DA ALALOG; BRASIL EXPORT É UMA DAS 11 ENTIDADES QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO .....	32
DIVERSIDADE DE ÁREAS PARA ARRENDAMENTOS E AVANÇOS EM GOVERNANÇA MARCAM ENCONTRO SOBRE O SETOR PORTUÁRIO PROMOVIDO PELO BRASIL EXPORT EM DUBAI.....	33
PRESIDENTE DO CONSELHO INTERNACIONAL EXALTA SUCESSO DA MISSÃO A DUBAI: “SUPEROU MUITO AS EXPECTATIVAS DE TODOS” .....	35



DUBAI BUSCA ATRAIR INDÚSTRIAS E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS E MODERNIDADE; JEBEL ALI MIRA NA CONSOLIDAÇÃO COMO HUB LOGÍSTICO E QUER GANHAR MERCADO NA ÍNDIA .....	36
OPORTUNIDADES PARA INCREMENTO DA CORRENTE COMERCIAL ENTRE BRASIL E UAE SÃO DESTAQUES NA ABERTURA DE MISSÃO EM DUBAI.....	37
“VAMOS MOSTRAR AOS ÁRABES DE QUE MANEIRA PODEMOS NOS INTEGRAR ÀS SUAS CADEIAS PRODUTIVAS”, DIZ PRESIDENTE DA CNI.....	38
GOVERNADOR DE MG ENCONTRA GRÃOS DE CAFÉ DA COLÔMBIA EM DUBAI E APONTA OPORTUNIDADES DESPERDIÇADAS PELO BRASIL .....	39
MINISTRO DA INFRAESTRUTURA EXALTA ESTRUTURAÇÃO SOFISTICADA DE PROJETOS E TRADIÇÃO BRASILEIRA DE RESPEITO A CONTRATOS DE CONCESSÃO .....	40
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>41</b>
O QUE DIZ O PROJETO QUE PODE DAR DESCONTO EM COMBUSTÍVEIS E TAXAR EXPORTAÇÕES DE ÓLEO .....	41
COMISSÃO DO SENADO VOTA PROJETO QUE ALTERA POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS .....	43
POR QUE GOVERNOS AO REDOR DO MUNDO ESTÃO REDUZINDO A MISTURA DE BIODIESEL ? .....	47
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>49</b>
PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS NÃO ESTÁ NA LISTA ‘PELO MENOS NESTE PRIMEIRO GOVERNO’, DIZ GUEDES .....	49
GOVERNO DESCARTA PASSAPORTE DE VACINA E DECIDE EXIGIR ISOLAMENTO DE 5 DIAS PARA VIAJANTES NÃO VACINADOS .....	50
GOVERNO ASSINA CONTRATOS COM EMPRESAS, QUE PODERÃO COMEÇAR A OFERTAR O 5G.....	52
PACHECO AFIRMA QUE SENADO VOTARÁ PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DE FOLHA NA QUINTA-FEIRA.....	53
PROJETO PARA CONTER ALTA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS AVANÇA NO SENADO.....	55
ELETOBRAS: PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO ENVIADO PELO GOVERNO AO TCU É INCOMPLETO E TEM FALHAS, DIZ PROCURADOR .....	56
ELETOBRAS: TCU MARCA 1ª ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO. ENTENDA POR QUE GOVERNO CORRE CONTRA O TEMPO PARA VENDER A ESTATAL.....	57
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>58</b>
IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO PELA CHINA SE RECUPERAM EM NOVEMBRO.....	58
LEILÕES DEVEM INJETAR R\$ 160 BILHÕES EM TRANSPORTE E SANEAMENTO ATÉ 2026 .....	59
GOVERNO QUER ACELERAR EXPANSÃO DE AEROPORTOS EM PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA .....	61
DEFENSORIA PÚBLICA VAI À JUSTIÇA PEDIR ANULAÇÃO DE CONTRATO ENTRE INCRA E BELO SUN.....	63
COM DÍVIDA DE R\$ 264 MILHÕES, EDITORA TRÊS LEVA GALPÃO DE GRÁFICA A LEILÃO.....	65
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>66</b>
GOVERNO DESCARTA FRACASSO NO PRÉ-SAL APÓS MUDANÇAS .....	66
IMPORTADORES TEMEM POR AUMENTO DE IMPOSTO EM HÍBRIDOS E ELÉTRICOS .....	67
MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 8,3% NO PORTO DE QINGDAO, PARA US\$ 111,34 POR TONELADA .....	69
BRASIL PERDE PARA ÍNDIA LIDERANÇA NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRO PARA A LIGA ÁRABE .....	69
LICITAÇÃO DE BILHETE ELETRÔNICO PARA TRANSPORTE PÚBLICO DO RIO TERMINA SEM PROPOSTA.....	70
EXPORTADORES CANADENSES DE POTÁSSIO GARANTEM FORNECIMENTO AO BRASIL .....	71
INVESTIMENTO EM TRANSPORTE VAISOMAR R\$ 248 BI, PREVÊ ABDIB .....	72
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>73</b>
ALFA LAVAL OBTÉM APROVAÇÃO DO ABS PARA QUEIMA EM CALDEIRAS COM METANOL .....	73
CHINA TOMA MEDIDAS PARA ALIVIAR ESCASSEZ DE CONTÊINERES .....	74
PORTO DE PARANAGUÁ SIMULA VAZAMENTO DE ÓLEO PARA TESTAR CAPACIDADE DE RESPOSTA.....	75
PETROBRAS ADERE AO MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100% .....	75
ARTIGO - A PRATICAGEM E A FALÁCIA DO PREÇO .....	76
PORTO SECO DO CERRADO INVESTE AMPLIAR ATUAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR.....	77
PORTO DO PECÉM ATINGE PELA PRIMEIRA VEZ MARCA DE 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS.....	78
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>79</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	79



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### CRUZEIRO MARÍTIMO REGISTRA 10 CASOS DE COVID-19 NOS ESTADOS UNIDOS

Turistas passaram por exames antes do desembarque, e seguiram para quarentena em casa

Por: Redação



**Embarcação tem mais de 3 mil pessoas a bordo Foto: Divulgação**

Pelo menos dez passageiros e tripulantes de um navio da Norwegian Cruise Line (NCL), com mais de 3 mil pessoas a bordo, testaram positivo para a covid-19. Todos os turistas passaram por exames antes do desembarque e seguiram para quarentena em casa.

A embarcação partiu de Nova Orleans, nos Estados Unidos, no último dia 28 e fez escalas em Belize, Honduras e México. A viagem foi concluída no último domingo.

A contaminação foi detectada em meio às recentes notícias da nova variante Ômicron. Mas, de acordo com as autoridades norte-americanas, ainda não há a confirmação de que se trata da mutação do vírus.

Assim como no Brasil, as viagens a bordo de navios de cruzeiros ficaram suspensas por mais de um ano. Porém, agora, ambos os países decidiram autorizar a atracação de navios de cruzeiros, desde que sejam seguidos protocolos para evitar contaminações.

Entre elas, estão a reserva de cabines para quarentena.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/12/2021

### OPERAÇÃO FISCALIZA REMOÇÃO DE RESÍDUOS EM NAVIOS NO PORTO DE SANTOS

Ação envolveu diversos órgãos e será retomada no início do próximo ano para uma nova fase

Por: Redação



**Ação envolveu diversos órgãos e será retomada no início do próximo ano para uma nova fase Foto: Divulgação/SPA**

Durante três dias, diversos órgãos se reuniram para verificar os procedimentos de remoção dos resíduos de embarcações atracadas no Porto de Santos. A segunda edição da Operação Taifa flagrou pontos de atenção na operação realizada em cargueiros. Já com relação aos cruzeiros, as autoridades constaram a regularidade das ações.

Taifa é o jargão marítimo para o lixo produzido nos navios. Além de identificar eventuais irregularidades, a ação visou promover a conscientização dos armadores, agentes marítimos e

prestadores de serviço sobre as normativas vigentes no Porto de Santos e nas águas jurisdicionais brasileiras.

A ação foi coordenada pela Santos Port Authority, a estatal que administra o cais santista. Representantes de outros órgãos, como do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) também atuaram.

As equipes fiscalizaram três embarcações de cruzeiro, duas granelleiras (uma de carga vegetal e outra de fertilizante) e duas de contêineres. A constatação foi de que os navios de passageiros buscam atender padrões internacionais de sustentabilidade, havendo maior qualidade no gerenciamento de seus resíduos. Nos cargueiros, por sua vez, foram identificados pontos de atenção, que demandarão uma análise documental mais aprofundada, ao longo dos próximos dias.

2022 A Operação Taifa seguirá no início do próximo ano. A ideia é verificar o destino dos resíduos recolhidos de embarcações no Porto. Nesta etapa, que contará com a participação de outras entidades, será fiscalizada toda a rota dos resíduos, desde a coleta nos navios até as unidades de tratamento e recepção. Para o diretor de Infraestrutura da SPA, Afrânio Moreira, o destaque da ação é o poder de integração dos órgãos de fiscalização. “Com essa união, as atividades das instituições que atuam no Porto de Santos se complementam e permitem um resultado mais efetivo”, conferindo uma fiscalização completa ao envolver as áreas sanitária, ambiental e de segurança.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 07/12/2021*

## MARCELO SAMMARCO: COBERTURAS DE P&I E GARANTIAS AOS TRABALHADORES

Profissional é Advogado especialista em Direito Marítimo, Portuário e Regulatório

*Por: Marcelo Sammarco*



*Foto: Carlos Nogueira*

seguridade social, entre outros direitos.

No plano internacional, foi firmada em 2006 a Convenção do Trabalho Marítimo (MLC - Maritime Labor Convention), fruto de discussões realizadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo por finalidade estabelecer requisitos mínimos para o trabalho de marítimos a bordo de embarcações; condições dignas de emprego, alojamento, instalações recreativas, alimentação, proteção à saúde, cuidados médicos,

Recentemente, o tema ganhou nova relevância em razão de recorrentes episódios de abandonos de navios e respectivas tripulações, inclusive na costa brasileira e, também, pela ratificação da Convenção do Trabalho Marítimo pelo Estado Brasileiro através do Decreto 10.671 de 2021.

Em especial, a convenção garante ao trabalhador o direito de repatriação ao país de origem de forma gratuita, bem como a regularidade de salários, que devem ser pagos ao menos uma vez ao mês e o direito a férias anuais em terra. Nos termos da MLC, o trabalhador marítimo não poderá ficar a bordo da embarcação por mais de 12 meses, de forma ininterrupta.

No entanto, como ficam os tripulantes nas hipóteses de abandono da embarcação pelo armador/empregador? É justamente neste ponto que a figura dos Clubes de Proteção e



Indenização (P&I Clubs) se apresenta como garantidor das necessidades mais urgentes dos tripulantes, muito embora com limitações legais e sem assumir a posição do empregador na relação de trabalho originalmente estabelecida.

Como se sabe, os clubes de P&I são associações mútuas sem fins lucrativos que oferecem mecanismos de proteção e indenização aos seus membros associados, os armadores e afretadores. Portanto, um clube P&I não é um mútuo de seguro, mas uma associação constituída especialmente com o objetivo de cobrir certos riscos inerentes a atividade de transporte aquaviário.

Portanto, a proteção concedida pelos Clubes de P&I não se confunde com um contrato de seguro, tendo em vista que o instituto consiste na contribuição de todos os membros em determinado prejuízo suportado por apenas um, não havendo o pagamento de indenização propriamente dita pelo Clube ao membro.

Nos termos da MLC 2006, todos os navios mercantes são obrigados a exibir o certificado emitido por um Clube de P&I ou outro provedor de garantia financeira, confirmando que o seguro ou garantia financeira está em vigor para assistir o trabalhador marítimo na eventualidade de seu abandono, posto que nesta situação o armador não cumprirá com a obrigação relacionada aos custos de repatriação.

Desta forma, constatada a situação de abandono do trabalhador marítimo, a assistência do Clube de P&I ou do provedor da garantia financeira é acionada de acordo com as obrigações contidas na Norma A2.5.2, parágrafo 9, da referida Convenção, que claramente delimitam a responsabilidade dos Clubes de P&I no tocante ao marítimo. De acordo com o referido dispositivo, uma vez caracterizado o abandono, o Clube de P&I deverá efetuar o pagamento dos quatro últimos salários pendentes, quando aplicável; as necessidades urgentes para manutenção do trabalhador a bordo até a respectiva repatriação, incluindo alimentação adequada, vestimenta, água e demais itens para sobrevivência; e arcar com todas as despesas de repatriação do marítimo ao país de origem.

Portanto, na hipótese de abandono, o Clube de P&I assume a responsabilidade por itens específicos e básicos para manutenção da dignidade e proteção da saúde do trabalhador, bem como os custos para o respectivo retorno ao país de origem, sem, contudo, assumir as demais obrigações originárias da relação de trabalho, vez que o P&I não substitui o armador na relação de trabalho firmada com a tripulação.

A Maritime Labor Convention (MLC, 2006), portanto, representa importante avanço legislativo, agora incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por força do Decreto 10.671, de 2021. De um lado, impõe obrigações específicas, mas limitadas aos Clubes de P&I e, de outro, estabelece garantias mínimas de condições dignas de trabalho aos marítimos nas situações de abandono de embarcações.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 07/12/2021*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

**ANTAQ REALIZA 514ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA NESTA QUINTA-FEIRA (9)**

Os interessados poderão fazer sustentação oral



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ realizará, nesta quinta-feira (9), a partir das 15h, a sua 514ª Reunião Ordinária de Diretoria. A ROD, a última do ano\*, será por videoconferência.

Durante a reunião, será facultada a participação das partes e/ou interessados, em causa própria ou representados por seus procuradores devidamente constituídos, a fim de sustentarem oralmente suas razões.

Vale lembrar que o preenchimento do formulário e envio dos documentos deverão ser feitos com antecedência mínima de 24 horas úteis (horário de Brasília) da reunião na qual o processo está pautado. Solicitações efetuadas após esse prazo não serão consideradas.

Saiba mais sobre os procedimentos para sustentação oral clicando no link: Saiba mais clicando aqui.

**Clique no link abaixo para visualizar a pauta da 514ª ROD:**

[www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/Pauta514RODv2.pdf](http://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/Pauta514RODv2.pdf)

\* De acordo com a Deliberação-DG nº 313, publicada no DOU de 03/12/2021, a 515ª Reunião prevista para ser realizada entre 20 e 22/12/2021 foi cancelada.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)**

**Data: 07/12/2021**

## OUVIDORIA DISPONIBILIZA CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA O PÚBLICO POR MEIO DO WHATSAPP

A instância pública da ANTAQ é a primeira entre as agências reguladoras a adotar o uso QR Code para facilitar o contato com o público

A Ouvidoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou, desde o dia 1º de dezembro, um novo canal de denúncia, reclamação, sugestão, elogio ou manifestação via aplicativo de mensagem, Whatsapp. O serviço está disponível 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Para utilizá-lo, o usuário deve escanear o QR Code utilizando a câmera do próprio celular. Com isso, a Ouvidoria da autarquia passa a ser a primeira agência reguladora a utilizar a tecnologia do QR Code para facilitar o contato com o público.



**Para contatar a Ouvidoria da Agência, escaneie o código abaixo:**

Para a ouvidora substituta, Joelma Barbosa, a utilização dessa nova ferramenta vai otimizar e facilitar a comunicação com o usuário. “É importante que o cidadão possa acessar a Ouvidoria da Agência com maior rapidez e em qualquer lugar em que se encontre, com um simples clique. Além disso, dependendo da natureza da demanda e dentro das possibilidades da Agência, queremos dar respostas mais rápidas também”.

Atualmente, o tempo de resposta para todos os meios de comunicação com a instância pública é de até 30 dias. Apesar disso, em grande parte dos casos, as demandas são respondidas em menos tempo. As respostas às denúncias e manifestações são cadastradas no Fala.BR e respondidas por lá ou por e-mail ao solicitante.

Além desse novo canal, a Ouvidoria da ANTAQ possui outras formas de realizar a denúncia e/ou manifestação. O cidadão pode ligar para a Central de Atendimento telefônico (0800-6445001), entre 8h e 20h, enviar mensagem por e-mail ([ouvidoria@antag.gov.br](mailto:ouvidoria@antag.gov.br)) ou correspondência para o endereço da sede da autarquia em Brasília (SEPN Quadra 514 conjunto "E" Edifício ANTAQ – CEP: 70.760-545 – Asa Norte Brasília/DF). As solicitações também podem ser feitas nas dependências da Agência ou feitas pela internet via o portal Fala.BR.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

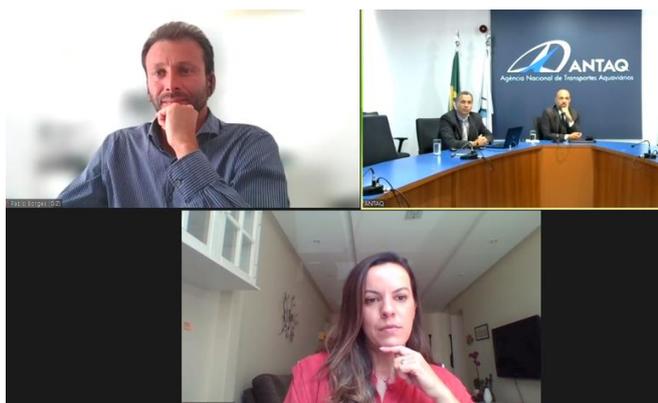
**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)**

**Data: 06/12/2021**

## ANTAQ E ALEMÃ GIZ APRESENTAM ESTUDO SOBRE AMEAÇAS CLIMÁTICAS NOS PORTOS BRASILEIROS A INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS



Elaborado pela ANTAQ e pela organização GIZ do governo alemão, o relatório servirá para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor aquaviário, bem como possíveis medidas de adaptação para reduzir os impactos das mudanças do clima nos portos

### ***Técnicos da ANTAQ e da GIZ durante a apresentação do estudo***

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ apresentou nesta

segunda-feira (6), em um webinar internacional com a participação de 68 instituições de 20 países, o sumário executivo Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros, contendo o levantamento das principais ameaças climáticas, riscos e impactos da mudança do clima em 21 portos públicos brasileiros.

O evento virtual contou com a presença de representantes da ANTAQ e da instituição alemã, incluindo o diretor Adalberto Tokarski, pela Agência, e da diretora de projetos da GIZ, Ana Carolina Câmara, e serviu para detalhar os resultados do estudo elaborado pela ANTAQ em parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

A análise de risco climático contemplou 21 portos costeiros públicos do país. São eles: Angra dos Reis (RJ), Aratu-Candeias (BA), Cabedelo (PB), Fortaleza (CE), Ilhéus (BA), Imbituba (SC), Itaguaí (RJ), Itajaí (SC), Itaqui (MA), Natal (RN), Niterói (RJ), Paranaguá (PR), Recife (PE), Rio Grande (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Santos (SP), São Francisco do Sul (RS), São Sebastião (SP), Suape (PE) e Vitória (ES).

Além da situação dos portos brasileiros frente aos impactos das mudanças do clima, o estudo traz, ainda, uma lista de medidas de adaptação para enfrentar os riscos climáticos causados pelos vendavais, tempestades e aumento do nível do mar.

Nesse sentido, o documento enumera 55 ações para os portos, sendo 21 estruturais e 34 não estruturais, tais como a diversificação das ligações terrestres para o porto/terminal; construção de



infraestruturas de abrigo; ampliação do processo de dragagem; e melhoria da qualidade dos acessos ao porto/terminal.

“O estudo reverte-se de grande importância ao produzir um diagnóstico e propor ações que permitem priorizar esforços para mitigação dos impactos da mudança do clima para aqueles portos que já se encontram em condições de risco mais preocupantes”, lembrou o diretor Adalberto Tokarski.

Com as mudanças climáticas em andamento, o estudo liga um sinal de alerta sobre a urgência na adoção de medidas de adaptação nos portos brasileiros, segundo a diretora de Projetos da GIZ. “A adaptação dos portos a essas mudanças. o quanto mais cedo. são fundamentais para mitigar os riscos climáticos nessas instalações”, apontou.

**Clique aqui para acessar a versão em Português do sumário executivo “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros”. O documento também estará disponível em Inglês e Espanhol. → [https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2021/copy\\_of\\_SumrioANTAQGIZMudancaClimatica.pdf](https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2021/copy_of_SumrioANTAQGIZMudancaClimatica.pdf)**

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ  
Fone: (61) 2029-6520  
FAX: (61) 2029-6517  
E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)  
Data: 06/12/2021



## PORTAL PORTO GENTE

### SUAPE: PORTO-INDÚSTRIA DA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

**Foi postado hoje 07/12/2021, referente → 22 de Março de 2011 às 18:03**

Suape enquanto porto é ainda incipiente, apesar de já ter 40 anos. Demorou a deslançar. O seu movimento é um décimo do Porto de Santos. No momento, é apenas um terminal de combustíveis, somado a um terminal de contêineres e um moinho. É uma configuração clássica, numa enorme área, com projeções de crescimento mediante a construção de dársenas.

Mas não se enganem projetando para o futuro o mesmo ritmo do passado. Primeiro efetivo porto-indústria já tem em funcionamento um moderno estaleiro e está construindo uma refinaria de petróleo. Esta levará inevitavelmente à implantação de mais um polo petroquímico. Aquele irá atrair os fornecedores da cadeia produtiva naval, com a implantação de um polo de navieças.

Já há a previsão de implantação de uma montadora de automóveis e uma usina siderúrgica será um complemento.

A vocação lendária de "Pernambuco falando para o mundo" se transformará num grande polo de comercialização com o mundo.

Demorou, mas Suape tende a ser o primeiro efetivo porto brasileiro da era da globalização. Ainda que só agora.

**Leia mais no blog Inteligência Estratégica, de Jorge Hori.**

<https://portogente.com.br/artigos/77663-polemicas-fazem-com-que-licitacao-de-dragagem-de-suape-se-arraste-ha-tres-anos>

Fonte: Portal Porto Gente  
Data: 07/12/2021

### Esperando a integração de modais

**Foi postado hoje 07/12/2021, referente → 13 de Julho de 2015 às 21:07**

O Brasil sofre hoje as consequências de uma opção equivocada que remonta aos tempos do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o governo, pressionado por interesses norte-americanos e das montadoras que se instalavam no País, tratou de investir apenas na abertura de rodovias. O argumento é do engenheiro e professor de pós-graduação em Transportes e Logística da Universidade de Campinas (Unicamp), Mauro Lourenço. “Claro, o País necessitava de rodovias, mas seus administradores públicos não precisavam ter sido tão negligentes, ao permitir o sucateamento de linhas férreas, portos e aeroportos e até do próprio modal rodoviário.” Todavia, a integração de modais de transportes foi negligenciada no território nacional.

Ele observa que os caminhões, hoje, quando conseguem vencer as distâncias e passar por sucessivos pedágios, encontram os acessos aos portos congestionados e em estado precário. “Tudo isso significa mais custos logísticos”, destaca, lembrando que, desde 2000, o número de contêineres movimentados no País cresceu três vezes, “mas a infraestrutura viária e portuária praticamente é a mesma que foi construída há três gerações”.

Segundo Lourenço, a saída é ampliar a competitividade nas concessões nos portos e terminais e do modal ferroviário é adotar “medidas que estimulem o uso de ferrovias e hidrovias e da cabotagem, tirando parte da carga das rodovias. Ou seja, a solução passa pela integração dos modais, como se vê na Europa e nos Estados Unidos”.

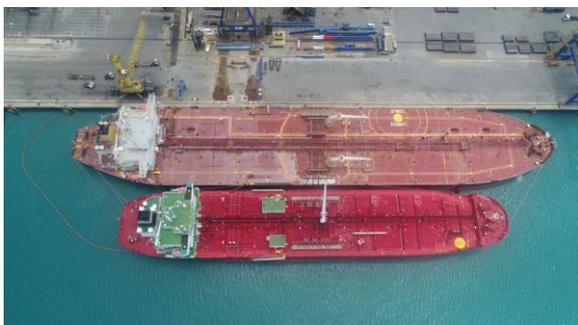
**Fonte: Portal Porto Gente**

**Data: 07/12/2021**



## PECEM - COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO

### PORTO DO PECÉM CONFIRMA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO E ATINGE PELA PRIMEIRA VEZ MARCA DE 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS



**Resultado histórico para o terminal portuário cearense foi obtido com o fechamento do mês de novembro**

Pelo quarto mês seguido mais de dois milhões de toneladas foram movimentadas no terminal portuário do Pecém em um único mês. Em novembro desse ano, os desembarques somaram 1.556.667 toneladas e os embarques finalizaram com 740.729 toneladas. No total, registrou-se a movimentação de

2.297.396 toneladas (t) – o melhor movimento mensal já registrado no Porto do Pecém.

O resultado representa um crescimento de 10% em relação ao mês anterior (outubro/2021 – 2.095.848 toneladas). Na comparação com o mesmo período do ano passado (novembro/2020 – 1.464.294 toneladas), o percentual é ainda maior, aproximadamente 56% de crescimento.

### Movimentação Mensal do Porto do Pecém (2º semestre de 2021)

Julho/2021 = 1.621.442 tons

Agosto/2021 = 2.161.698 tons



Setembro/2021 = 2.190.896 tons  
Outubro/2021 = 2.095.848 tons  
Novembro/2021 = 2.297.396 tons

Com o fechamento do mês de novembro, o terminal portuário cearense obteve um resultado histórico: 20.405.383 toneladas movimentadas entre janeiro e novembro de 2021 – crescimento de 41% em relação ao mesmo período de 2020, quando foram movimentadas 14.458.128 toneladas.

**“Estamos vivendo o melhor momento da história do Porto do Pecém, desde que o nosso terminal foi inaugurado em março de 2002. Movimentamos mais de 20 milhões de toneladas de cargas em onze meses de um ano que ainda não acabou. Ou seja, já superamos o nosso melhor ano e temos a expectativa de fechar 2021 com mais de 22 milhões de toneladas movimentadas”,**

**afirma Danilo Serpa – Presidente do Complexo do Pecém.**

Na movimentação acumulada de 2021, os embarques somaram 6.583.475 toneladas – crescimento de 37% em relação ao mesmo período de 2020 (jan/nov-2020: 4.788.666 toneladas). Já os desembarques totalizaram 13.821.908 toneladas, aumento de 43% na comparação com os onze primeiros meses do ano passado (jan/nov-2020: 9.669.462 toneladas), confirmando, portanto, a vocação do Porto do Pecém como portão de entrada de cargas para as regiões norte e nordeste do Brasil.

**Fonte: PECEM – Complexo Industrial e Portuário**  
**Data: 07/12/2021**



## SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### ENTENDA O QUE É TRANSPORTE DE CABOTAGEM

**Informação: Brasil 61 (7 de dezembro de 2021)**



**Cabotagem – Foto: Governo Federal**

O Senado aprovou o projeto de lei que incentiva o transporte de cabotagem, o programa BR do Mar. O objetivo é aumentar a competitividade entre as empresas que oferecem o serviço, baratear o custo e estimular o desenvolvimento da indústria naval nacional.

Mas o que é cabotagem? Quem explica é o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério de Infraestrutura (DNHI), Dino Antunes Dias Batista.

“Cabotagem é aquela navegação marítima doméstica, ou seja, a navegação utilizando a costa brasileira, entre portos do país. Como nós temos um rio que é [como] mar, o Rio Amazonas, na verdade também é considerado cabotagem aquele transporte feito entre um corpo fluvial e portos marítimos. Isso acontece muito entre Manaus e o restante do país.”

### Vantagens da cabotagem

O mestre em transporte pela Universidade de Brasília Emmanuel Aldano explica que cada modo de transporte tem suas especificidades, por isso, não existe um modal melhor que o outro. “O que existe é uma melhor aplicabilidade em relação ao tipo de carga, frequência, volume, bem como a melhor conexão possível entre o ponto A e o ponto B, que muitas vezes passa por mais de um modal”.



“As operações de cabotagem são muito eficientes para transporte de cargas entre cidades litorâneas. A grande vantagem da cabotagem é tirar essa carga das rodovias, o que não quer dizer que ela vai sair 100% da rodovia, porque a primeira milha e a última milha sempre vai ser feita por caminhão”, acrescenta.

O diretor do DNHI, Dino Antunes, cita outras vantagens da cabotagem, dentre elas, menor emissão de carbono na atmosfera se comparado a outros meios de transporte, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Ele também destaca o custo mais barato do modal. No entanto, explica que é preciso considerar o custo da logística como um todo.

“Dentro da logística existem outros elementos, além do transporte. Existe a armazenagem. Existe a transferência intermodal, que no caso da cabotagem, é preciso fazer uma primeira perna do produtor para um porto, no porto você coloca [a carga] no navio, e no navio ela vai pra outro lugar. Então você tem que fazer a comparação do custo global dessa logística. Quando a gente fala que a cabotagem em si é muito mais barata, a gente normalmente está falando apenas do transporte [aquaviário]. Isso realmente não dá para concorrer com a cabotagem.”

No entanto, segundo Dino Antunes, mesmo considerando o valor total da logística multimodal, para diversas cadeias produtivas, a cabotagem é uma solução mais barata.

Ele menciona ainda a segurança como vantagem do transporte de cabotagem. “A cabotagem é um modo de transporte onde praticamente não há acidentes. Isso também é verdade para a questão de segurança patrimonial; não há casos de roubos.”

### **BR do Mar**

Apesar de o Brasil ser um país de proporções continentais, quase 60% de sua população se concentra próximo ao litoral (IBGE) e sua extensa costa navegável de aproximadamente 8.700 km são fatores oportunos para o transporte marítimo de cargas. No entanto, a cabotagem representa, atualmente, apenas 11% de toda a carga transportada internamente no país, sendo que 70% desse índice é de petróleo.

O Projeto de Lei 4199/2020, que institui o programa BR do Mar, foi aprovado pelo Senado em novembro deste ano. Segundo o mestre em transporte Emmanuel Aldano, o PL pretende mudar algumas regras que impedem o desenvolvimento da cabotagem.

“Temos uma oferta muito limitada de embarcações e um mercado relativamente fechado, no qual poucas cadeias produtivas podem se utilizar da oferta de embarcação. Um dos primeiros pontos que o BR do Mar pretende atacar é a liberalização de empresas de cabotagem, que não necessariamente sejam brasileiras.

Então, outras empresas de outros lugares no mundo vão poder vir e ofertar o seu serviço de cabotagem e, com isso, facilitar a disponibilidade de oferta de linhas de cabotagem para cadeias produtivas brasileiras.”

Ele também cita outras propostas, como a diminuição da incidência de impostos sobre o combustível usado na cabotagem; o incentivo aos estaleiros para produzirem e darem manutenção nas embarcações nacionais; e a facilidade no acesso às linhas de crédito e ao Fundo da Marinha Mercante para construção de novas embarcações.

### **Desenvolvimento**

Emmanuel Aldano afirma que, com o aumento da competitividade, o barateamento dos custos da cabotagem pode gerar maior eficiência e, portanto, desenvolvimento para toda a cadeia produtiva.

“O produtor vai se beneficiar, porque o custo de transporte vai ser menor. As seguradoras tendem a se beneficiar, porque a sinistralidade vai ser menor. A sociedade como um todo tende a se beneficiar, em razão de menores acidentes nas rodovias.” Ele acrescenta que até mesmo o caminhoneiro pode se beneficiar com jornadas menores, porém mais frequentes.

O diretor do DNHI, Dino Antunes, explica que a indústria é uma das cadeias produtivas mais beneficiadas pelo desenvolvimento da cabotagem.

“Muitas vezes a indústria nacional, devido aos custos logísticos, não possui alguns mercados dentro do próprio país. Uma indústria do Rio Grande do Sul não consegue acessar mercados do Norte, do Nordeste, não pela qualidade do seu produto, mas porque é muito caro fazer o transporte até aquela região. Esse desenvolvimento da cabotagem significa a criação de novos mercados para os usuários.”

Após ser aprovado pelo Senado, com algumas modificações, o PL 4199/2020 volta para apreciação na Câmara dos Deputados. A aprovação da medida ainda em 2021 é considerada prioritária pelo Governo Federal.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 07/12/2021*

## FUNCIONÁRIOS DA PRATICAGEM QUE EVITARAM ACIDENTE SÃO HOMENAGEADOS



*Foto por: Divulgação*

A noite de dia 28 de abril de 2019 ficou para a história. Depois de seis horas de um trabalho cuidadoso e realizado com muita eficiência, os práticos Márcio Teixeira e Fábio Abreu conseguiram evitar um grave acidente com os dois petroleiros da classe Suezmax carregados de óleo.

Eles fundearam em segurança os navios atrelados um ao outro por cabos de aço, que estavam à deriva no

Canal de São Sebastião, no meio de uma enorme tempestade com ventos de mais de 130 km/h e ondas de quase dois metros.

Pela operação realizada no Terminal Almirante Barroso, no Porto de São Sebastião, os práticos receberam o Prêmio IMO por Bravura Excepcional no Mar, da Organização Marítima Internacional, considerado o de mais alto reconhecimento mundial.

Só que naquela noite, outros três profissionais da Praticagem participaram ativamente da operação em que os dois práticos controlaram os navios levados pela força do vento e das correntes marítimas e que rumavam perigosamente para Ilhabela, colocando em risco seus moradores e o meio ambiente: o operador do CO Sidney Cirilo dos Santos, o mestre de lancha Sandro Carvalho de Santana e o marinheiro de lancha Rodrigo Lourdes do Nascimento, que garantiram o embarque seguro para os dois práticos.

Por essa ação nesta manhã de segunda eles foram homenageados e receberam placas comemorativas entregues por Lélío Console, Presidente da Praticagem de São Sebastião, em cerimônia realizada na sede da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião: “Nosso trabalho é realizado em equipe e eles também contribuíram também com presteza, coragem e determinação para o sucesso dessa operação arriscada. Essa homenagem é uma forma de valorizar o trabalho tão importante desses profissionais para a excelência do serviço de praticagem”, disse Lélío.

Também participaram da cerimônia o Gerente da Praticagem de São Sebastião Álvaro Adrião Cassese Cunha, o Delegado da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião CMG Adriano e o ajudante da Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião CC Brito.

### Como foi o acidente

No dia 28 de abril de 2019, os práticos Márcio e Abreu foram alertados pelo gerente do Terminal que, devido a rajadas de vento inéditas de até 70 nós, os cabos de amarração de dois petroleiros atracados em operação navio a navio estavam partindo. Com pouca visibilidade, causada por fortes chuvas e ondas altas no canal, os dois práticos embarcaram na lancha da Praticagem para tentar chegar aos petroleiros, quando perceberam que os navios já estavam à deriva.

Em condições bastante desafiadoras, Márcio conseguiu embarcar no navio-tanque Rio 2016 e Abreu no Milton Santos, onde encontraram a tripulação bastante apreensiva. Inicialmente ele se informou sobre a situação crítica para planejar a melhor abordagem, uma vez que os dois navios ainda estavam conectados por mangueiras de óleo e cabos de amarração e derivando para a região de Ilhabela.

Os dois práticos manobram cuidadosamente o Milton Santos para longe do Rio 2016 com o auxílio de rebocadores e, após quase seis horas estressantes, o navio finalmente também largou a âncora.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo  
Data: 07/12/2021

## BRASIL PRECISA DE ATÉ R\$ 789 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM TRANSPORTE ATÉ 2035, ESTIMA GOVERNO

Informação: Revista Ferroviária (7 de dezembro de 2021)



**Lote 6 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol); segundo o PNL 2035, governo espera avançar em um planejamento logístico mais sofisticado para os próximos anos Foto: Ministério da Infraestrutura/ Divulgação**

Estadão – A expansão e o desenvolvimento da infraestrutura de transportes no Brasil até 2035 podem necessitar de até R\$ 789 bilhões em investimentos. A cifra, expressiva, é considerada para um cenário de máxima oferta no País e faz parte de uma simulação do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035, apresentado nesta sexta-feira, 3, pelo Ministério da Infraestrutura. Por meio do documento, que tem entre os destaques o crescimento robusto da malha ferroviária brasileira, o governo espera avançar em um planejamento logístico mais sofisticado para os próximos anos.

O plano serve para fundamentar as estratégias setoriais de cada tipo de transporte, passo importante para o Executivo definir o que pode ser resolvido com investimento privado, por meio de concessões, por exemplo, e o que demandará recurso público. “Vai fazer toda a diferença na nossa decisão estratégica para os próximos anos de investimento, que serão anos mais duros ainda em termos de alocação orçamentária”, afirmou a secretária de Planejamento, Desenvolvimento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa.

Foram simulados nove cenários para a infraestrutura em 2035, quando é esperado um equilíbrio maior dos meios de transporte. Historicamente, o setor é dominado pela malha rodoviária – mesmo não sendo a opção mais adequada e econômica para diversas situações. Atualmente, as rodovias respondem por mais de 60% da matriz, contra cerca de 20% de participação das ferrovias, consideradas mais eficientes e menos poluentes. Por isso, uma das grandes apostas do

plano é no crescimento desse modal. A expectativa é de que, até 2035, a malha ferroviária represente pelo menos 30% da matriz. No cenário mais otimista, esse número pularia para 47,2%. Para chegar a esse novo patamar, o governo conta com novos leilões de ferrovias e a execução das obras já previstas. Entre os destaques estão a Ferrovia Norte-Sul (já licitada), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (com primeiro tramo já leiloado), a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, e a Ferrogrão, que sofre com imbrólios jurídicos para sair do papel.

O marco legal das Ferrovias, que entrou em vigor por medida provisória editada pelo governo em agosto, também influencia as projeções. O texto libera um novo regime ferroviário no País, chamado de autorização. Nele, traçados são construídos exclusivamente pelo interesse da iniciativa privada, sem licitação. Desde que a MP foi publicada, o governo já recebeu 36 solicitações para construção de ferrovias, com investimentos que ultrapassam R\$ 150 bilhões – número que ainda não foi integralmente absorvido pelo plano.

Por ora, para todos os modais, o “teto” de investimentos simulados é de R\$ 789 bilhões. No cenário com menor volume de investimentos, a cifra chegaria a R\$ 375,56 bilhões. Já o impacto desses recursos no PIB variam de 6% a 11% – para fazer esse cálculo, o plano também contabilizou o que será injetado no setor a partir de obras de manutenção, o que, somado ao cenário mais otimista de investimentos, faz o volume de recursos envolvidos ultrapassar R\$ 1 trilhão até 2035.

### Emissões

Outro dado destacado pelo governo é a promessa de diminuição das emissões de gases poluentes a partir do avanço do modal ferroviário e da adoção de inovações tecnológicas, por exemplo. A estimativa é que ocorra uma redução de até 14% no nível de emissão em comparação a um cenário futuro em que nada é feito, considerando a mesma rede de oferta de transportes de 2020, mas com as demandas de 2035.

A redução de emissões também pode ser contabilizada monetariamente, aponta o PNL. Segundo os parâmetros da Empresa de Planejamento e Logística S.A., cada tonelada de CO2 equivalente não emitida corresponde a R\$ 71,43, em valores de 2020. Isso quer dizer que, na média dos cenários simulados, o ganho ambiental da evolução da matriz de transporte para modos menos poluentes seria de R\$ 620,72 milhões.

Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/brasil-precisa-de-ate-r-789-bilhoes-em-investimentos-em-transporte-ate-2035-estima-governo,70003916393>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/12/2021

## EXCLUSIVO: GOVERNO ESTUDA LICITAR CONCESSÃO DE HIDRELÉTRICA NO PORTO DE SANTOS

Informação: TC Mover (7 de dezembro de 2021 )



São Paulo, Brasília, 6 de dezembro – O governo federal iniciou estudos para realizar um leilão que visaria encontrar concessionário para uma centenária Pequena Central Hidrelétrica, localizada no litoral Sul de São Paulo, que hoje fornece energia exclusivamente para o Porto de Santos.

A licitação ocorrerá após a rejeição pelo Ministério de Minas e Energia de um pedido do porto para prorrogar a autorização que detém para a operação da usina.



“O MME iniciará estudos para a concessão da usina. Ainda não há prazo para a licitação”, informou o ministério, em nota, após questionamentos do Scoop by Mover.

Inaugurada em 1910, a usina tem potência de 15 megawatts e ainda hoje fornece energia para o porto, sendo responsável atualmente por suprir cerca de 40% da demanda dos terminais portuários por energia elétrica.

Até 2018, a usina respondia por 70% da energia consumida no porto, mas essa participação vem diminuindo porque os novos terminais têm preferido comprar energia diretamente da distribuidora que atende a região, a CPFL Piratininga.

Segundo uma fonte a par do assunto, até por conta disso, quem assumir a concessão da usina após o leilão terá de investir em uma conexão à rede da CPFL. Hoje, a usina só tem conexão com o próprio porto.

O investimento, porém, não deve ser elevado e valerá a pena, segundo essa mesma fonte. “A usina tem uma queda de água muito grande, gera bem e está perto dos centros de carga. É um filé”, disse a fonte, que pediu anonimato porque o assunto ainda não está sendo tratado oficialmente.

Hoje, a usina é operada ainda pela Santos Port Authority, administradora do Porto Organizado de Santos. Procurada, a SPA informou que o futuro da Usina de Itatinga está sendo discutido no âmbito do processo de desestatização da SPA, cuja licitação está prevista para ocorrer no quarto trimestre de 2022, sob coordenação do Ministério da Infraestrutura.

Localizada no município de Bertioga, a PCH foi construída nas encostas da Serra do Mar. O reservatório da usina está localizado no topo da serra, o que garante uma queda acentuada que aumenta a produtividade do empreendimento.

**Texto: Leonardo Goy e Luciano Costa**

**Edição: Gabriela Guedes**

**Imagem: Vinícius Martins / Mover**

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 07/12/2021**



## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### GOVERNO FEDERAL CLASSIFICA SETE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA COMO PRIORITÁRIOS PARA RECEBER INCENTIVOS FISCAIS

Cinco empreendimentos serão financiados via debêntures incentivadas e dois, pelo Reidi. Medidas são mecanismos que ajudam a fomentar o setor de transportes no Brasil

Sete projetos de infraestrutura foram classificados em novembro como prioritários para receberem incentivos fiscais. A definição é do Governo Federal, por meio da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MInfra). Cinco empreendimentos de logística e transportes foram considerados aptos para financiamento via emissão de debêntures incentivadas. Outros dois, de transportes e portos, serão incluídos no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Infraestrutura (Reidi).

Acumulado - No acumulado de 2021, o MInfra aprovou 21 projetos de logística e transportes como prioritários para emissão de debêntures incentivadas. Na comparação com outubro, houve um crescimento de 25% no valor das emissões a mercado nesse setor. Espera-se que novas ofertas públicas se concretizem, chegando a R\$ 17,9 bilhões nos próximos três anos. Os recursos serão



direcionados à composição do funding desses projetos: em novembro, foram captados R\$ 2,4 bilhões para a mesma finalidade, o que representou em torno de 46% do total das emissões de debêntures incentivadas.

Até novembro, a captação a mercado de debêntures incentivadas aprovadas pelo MInfra atingiu novo pico de R\$ 11,7 bilhões, com o total de 22 emissões, superando o ano de 2019 com R\$ 6 bilhões captados. Com isso, o setor de logística e transportes representa 23,9% do total de emissões de debêntures incentivadas, que registrou R\$ 44,3 bilhões no acumulado de 2021.

***Confira a lista dos projetos classificados pelo MInfra em 2021:***

**Projetos Aprovados REIDI – 23**

**Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.**

Via Norte Sul Rodovias S.A.

Concessionária Rota de Santa Maria S.A.

Transbrasiliiana - Concessionária de Rodovias S.A.

**Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.**

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A.

VLI Multimodal S.A.

Vale S.A.

Suzano S.A.

Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Rumo Malha Paulista S.A.

Transnordestina Logística S.A.

Ultracargo Logística S.A.

**TESC - Terminal Santa Catarina S.A.**

Timac Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.

Ascensus Gestão e Participações S.A.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

CELBA 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A.

Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.

**Terminal de Vila Velha S.A. – TVV**

Bracell SP Celulose Ltda.

**Projetos Aprovados DEBÊNTURES – 21**

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Autopista Litoral Sul S.A.

**Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.**

Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.

**Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.**

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Rumo Malha Central S.A.

MRS Logística S.A.

Ferrovia Norte Sul S.A.

Itapoá Terminais Portuários S.A.



**Terminal de Vila Velha S.A. – TVV**  
**TESC - Terminal Santa Catarina S.A.**  
Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A.  
Adonai Química S.A.  
CONCAIS S.A.

Concessionária do Bloco Central S.A.  
Concessionária do Bloco Sul S.A.  
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

### **Projetos classificados em debêntures incentivadas e no Reidi**

#### **O que são?**

Debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas que oferecem direito de crédito ao investidor. Quando uma empresa precisa viabilizar um projeto de infraestrutura, ela pode optar por emitir títulos da sua dívida para obter o financiamento necessário sem precisar recorrer a créditos de bancos, que geralmente são mais caros.

Em regra, o investidor precisa pagar imposto de renda em cima dos ganhos que teve com aqueles títulos. As debêntures incentivadas, porém, são aquelas que recebem isenção fiscal. Ou seja, o investidor que comprar os títulos de uma empresa – que tenham por objetivo financiar um projeto de infraestrutura definido como prioritários pelo Governo Federal – ficará isento de pagamento de imposto de renda sob a rentabilidade desses papéis.

O investidor ganha, pois recebe isenção de impostos. A empresa ganha, pois capta recursos no mercado com juros mais baixos para viabilizar seus projetos. O país ganha com novas obras de infraestrutura.

#### **Reidi**

Em novembro de 2021, o MInfra aprovou dois projetos de transportes e portos como prioritários para habilitação ao Reidi na Receita Federal do Brasil, o que representa R\$ 33,7 milhões em incentivos fiscais. No acumulado de 2021, a pasta aprovou 23 propostas do tipo.

Quando o MInfra aprova um projeto pelo Reidi, a empresa beneficiária pode solicitar sua habilitação na Receita Federal do Brasil para que se suspenda, por até 5 anos, a cobrança de PIS e de COFINS na compra e importação de máquinas, equipamentos e serviços direcionados à obra de infraestrutura e incorporados ao seu ativo imobilizado.

Espera-se que esses projetos capturem R\$ 1,3 bilhão em benefícios fiscais para viabilizar empreendimentos em aeroportos, ferrovias, rodovias e portos, bem como a geração de investimentos de R\$ 25 bilhões no país.

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 07/12/2021*

### **“O BRASIL VAI SER UM DOS PAÍSES COM A INFRAESTRUTURA MAIS PRIVADA DO MUNDO”, DIZ TARCÍSIO**

Tarcísio de Freitas participou de um dos painéis do Abdib Experience Edição 2021

A investimento privado vai trazer eficiência e vai ser a forma de trazer investimento para o setor exonerando o orçamento público e assim dar um salto em termos de infraestrutura, avaliou nesta terça-feira (7) o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. O ministro participou – por videoconferência –, no painel Raio-X da Infraestrutura: Transporte e Logística realizada pela Abdib Experience Edição 2021, evento que reúne representantes do setor privado para discutir o desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

Com os 79 leilões realizados pelo Ministério da Infraestrutura e aproximadamente 100 bilhões de investimentos contratados, Tarcísio de Freitas, exaltou mais uma vez o programa de concessões do governo federal e os leilões previstos ao longo do ano de 2022.

“O programa tem sido extremamente bem-sucedido. Esses leilões vão ser importante para que nos próximos anos a gente observe o crescimento do investimento em infraestrutura. Vai ser um crescimento importante, talvez a gente ainda não atinja o ideal, mas com certeza vamos crescer muito e a infraestrutura vai ser uma alavanca para o ganho de produtividade, para geração de emprego e para o crescimento. O Brasil vai ser um dos países com a infraestrutura mais privada do mundo. E isso vai ser uma ponte para que o investimento chegue e a infraestrutura se transforme”, afirmou.

Estão previstos para 2022, o leilão da BR-381/262/MG/ES e BR-116/493 (Rio-Valadares) e das rodovias integradas do Paraná, com mais de R\$ 44 bilhões em investimentos e 3.300 km de concessão dividido em 6 lotes; o leilão da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa) que será a primeira privatização portuária do país; e a 7ª rodada de leilões de aeroportos com Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ).

**Sustentabilidade** – Um ponto importante dos projetos é a sustentabilidade ambiental aliada com o desenvolvimento logístico. Segundo o ministro, o Minfra tem estruturado os projetos com objetivo duplo. O primeiro mitigar o risco de imagem daqueles investidores que pretendem ingressar no Brasil e o segundo obter novas formas de financiamento, o Mercado de Títulos Verdes (green bonds).

“Temos todo um olhar na estruturação do projeto que cada vez mais consideram os princípios do Equador. Recentemente fizemos o primeiro leilão de Carbono Zero, que foi justamente o leilão da Dutra, onde a concessionária vai neutralizar as suas emissões e isso vai ser uma tendência a partir de agora. Os próximos leilões também deveriam ser carbono zero”, garantiu.

**Outros Projetos** - Freitas destacou ainda os projetos que tramitam para garantir a multimodalidade, entre eles o programa de renovações antecipadas das ferrovias; o Voo Simples, programa voltado para modernização e desburocratização da aviação brasileira; BR do Mar, de incentivo à cabotagem; e o de incentivo à navegação interior por meio do programa BR dos Rios.

O painel com o ministro Tarcísio Gomes de Freitas contou com o presidente da Ultracargo, Décio Amaral; o diretor de Relações Institucionais da Acciona Brasil, Jaime Juraszcek; e o diretor de Novos Negócios no Grupo CCR, Gustavo Lopes, e moderação da jornalista Raquel Landim, da CNN Brasil.

**Fonte:** GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF  
**Data:** 07/12/2021

## NOVA TRAVESSIA URBANA NA BR-116/CE AUMENTARÁ SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Construção do elevador na cidade de Horizonte é a 100ª obra entregue pelo Governo Federal desde 2019



**Viaduto vai facilitar o escoamento de cargas pela rodovia federal - Foto: DNIT**

A entrega da travessia urbana do elevador de acesso ao município de Horizonte (CE), na altura do Km 40 da BR-116/CE, marca a 100ª obra de infraestrutura de transportes concluída pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura. Localizado na região metropolitana

de Fortaleza (CE), o empreendimento teve sua construção retomada em fevereiro passado.

Com seus acessos duplos, pavimentação de alta qualidade e todos os itens de segurança ao usuário, a estrutura elimina ponto crítico na região metropolitana de Fortaleza e facilita o escoamento de cargas pela rodovia federal, o que vai impulsionar o desenvolvimento industrial do estado.

“É uma marca importante para o Ministério da Infraestrutura e para o Governo Federal. Mas é mais importante ainda para os usuários da BR-116, que poderão usufruir de um acesso com conforto e segurança à cidade de Horizonte”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Apesar da importância da estrutura para o deslocamento de veículos de passeio, ônibus e caminhões de carga, a obra estava paralisada desde 2018. Em fevereiro deste ano, o Governo Federal formalizou a retomada dos trabalhos, lançando ordem de serviço durante evento com as presenças do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. De lá para cá, a obra foi tocada com total prioridade pela equipe do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

### Estrutura

Foram investidos R\$ 6.147.671,22 na construção do viaduto, que conta com três alças duplas, via de 700 metros em pavimento de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (Cauq), passeios, sinalização e defensas de proteção. O elevado melhora as condições de tráfego na região metropolitana de Fortaleza e do escoamento de carga pelo Nordeste do país via BR-116. Agora, a população terá acesso rápido, seguro e eficiente à Horizonte e outras cidades nas imediações da capital cearense.

A via será utilizada pelos veículos vindos da BR-116/CE, ao norte, que se destinam à área urbana do município, e pelos veículos que saem de Horizonte e passam pela BR-116/CE, com destino ao sul do estado.

**Fonte:** GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

**Data:** 07/12/2021

## INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL GARANTE MELHORIAS NOS AEROPORTOS DE COXIM E BONITO, NO MATO GROSSO DO SUL

No total, foram aplicados R\$ 9,6 milhões para recapeamento de pistas e aquisição de sistemas. Novas estruturas permitem ampliação de voos em área próspera em ecoturismo, diz Marcelo Sampaio



**Em Coxim, houve obras de recapeamento na pista e implantação da cerca operacional - Crédito: Divulgação/Governo do MS**

Investimentos do Governo Federal em aviação regional resultaram em diversas melhorias nos aeroportos de Coxim e Bonito, no Mato Grosso do Sul. Os terminais das duas cidades, com grande vocação no ecoturismo, terão agora pistas de pouso e de taxiamento repaginadas e sistemas aprimorados de segurança. Ao todo, foram

investidos R\$ 9,6 milhões – 70% com recursos da União através do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e 30% do governo estadual.

Após receber investimento de cerca de R\$ 5.538.653,06, o Aeroporto de Bonito, administrado pelo governo do Mato Grosso do Sul, teve recapeamento na pista de pouso e decolagem (PPD), pista

de taxi e pátio de aeronaves, estas obras de pavimentações foram entregues em 2019, bem como investimentos na reforma e ampliação da Seção Contraincêndio (SCI), e aquisição e implantação do Percurso de Aproximação de Precisão (Papi), essas obras concluídas recentemente.

“O Governo Federal tem feito investimentos substanciais especialmente na aviação regional. E esses investimentos em Bonito e Coxim estão permitindo que a gente tenha uma aviação pujante nessa região próspera no ecoturismo. Vamos colocar os brasileiros para voar e seguir em frente provendo infraestrutura para esse país continental”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que acompanhou as entregas nesta segunda-feira (6).

Em Coxim, cidade localizada no norte do Mato Grosso do Sul, o aeroporto é administrado pela prefeitura local. Foram investidos cerca de R\$ 4.111.690,54 para as obras de recapeamento na pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio de aeronaves, e implantação da cerca operacional.

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 07/12/2021*

## **BRASIL TERÁ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, DIZ TARCÍSIO**

Durante evento em São Paulo, ministro da Infraestrutura destacou que evolução em governança, método e estruturação de projetos tornaram projetos mais seguros no país



***Ministro Tarcísio Freitas participou do 12º Private Equity Latin America Forum - Crédito: Ricardo Botelho/MInfra***

A evolução em governança, método e estruturação de projetos vai resultar em um crescimento sustentável do investimento em infraestrutura de transportes no Brasil, avaliou nesta segunda-feira (6) o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Em São Paulo, o ministro participou do 12º Private Equity Latin America Forum, evento que reúne investidores,

gestores de fundos e consultores.

“O investimento em infraestrutura vai crescer no Brasil de forma muito sustentável”, disse o ministro, após destacar o ambiente a favor das concessões à iniciativa privada no país. Passo crucial do MInfra é a migração de projetos pautados em corporate finances, financiados por corporações, para project finances, formato em que a dívida gerada pelo financiamento é paga por meio do fluxo de caixa do próprio projeto, fazendo com que o investimento seja mais seguro e autossustentável.

A partir do momento que a gente passa a vencer de uma forma mais adequada o risco de engenharia, a gente começa a fazer essa migração. Talvez seja a grande alavanca para trazer muitos desses investidores que ainda estão reticentes, mas vendo que no Brasil já temos uma série de oportunidades. São projetos que fazem sentido por si”, disse Tarcísio.

### **O que vem por aí**

Nos últimos meses, em outubro e novembro, o ministro da Infraestrutura liderou uma delegação de autoridades brasileiras em roadshows por Nova Iorque (EUA), Europa e Emirados Árabes Unidos para apresentar detalhadamente a carteira de ativos do MInfra. “A percepção que tivemos no roadshow recente que fizemos é que de fato teremos players novos nos leilões que virão. Leilões de rodovias, de portos e principalmente na 7ª rodada de concessões de aeroportos”, afirmou.



Para 2022, o MInfra projeta o leilão de mais de 21 mil quilômetros de rodovias federais; desestatização da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa) e do Porto de Itajaí (SC); de 16 terminais aéreos, incluindo Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), além das novas licitações dos aeroportos de Viracopos (SP) e de Natal (RN), entre outros.

Também estão previstos novos projetos rodoviários, como o das BRs 116, 493 e 465, entre Rio de Janeiro e Governador Valadares (MG), e das rodovias integradas do Paraná, com mais de R\$ 44 bilhões em investimentos.

**Fonte:** GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

**Data:** 07/12/2021

## **RADAR ANTICORRUPÇÃO DESENVOLVE AÇÕES NA ANTT DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E VULNERABILIDADES**

Supervisão Ministerial é parte das ações voltadas à melhoria da governança dos órgãos federais, prevista em programa pioneiro criado pelo Ministério da Infraestrutura

Durante dois dias, o programa Radar Anticorrupção, do Ministério da Infraestrutura (MInfra), concentra as ações da chamada supervisão ministerial em visitas técnicas à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nestas segunda (6) e terça-feira (7). Sob a coordenação da subsecretária de Conformidade e Integridade do MInfra, Fernanda Oliveira, a programação tem o objetivo de verificar os resultados, avaliar a eficiência da gestão e buscar o aprimoramento da governança na autarquia.

“Estamos mais uma vez apresentando o trabalho do Programa Radar Anticorrupção e detalhando a importância de manter dentro da ANTT a transparência na gestão pública”, enfatizou Fernanda Oliveira. Acompanharam as ações nesta segunda representantes das áreas de Controle Interno; Corregedoria; Ouvidoria (OUV); subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração e de Tecnologia da Informação (SGETI); e Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias.

### **Integridade**

O Radar Anticorrupção é realizado pelo MInfra, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Polícia Federal (PF). O programa tem o objetivo de aprimorar a gestão pública a partir da adoção de medidas voltadas à prevenção, à supervisão e ao enfrentamento de riscos de fraude e de corrupção.

Criado em 2019, a Subsecretaria de Conformidade e Integridade ao todo já tratou 629 denúncias e 807 análises de integridade. De lá para cá, foram analisados mais de 2 mil processos relacionados à temática no âmbito do MInfra, sendo que, quando há indícios de procedência de irregularidade, o caso é encaminhado à apreciação de órgãos de controle externo e entidades parceiras para o devido aprofundamento da apuração.

**Fonte:** GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

**Data:** 07/12/2021

## **CONCLUSÃO DE OBRAS NA ECLUSA DE IBITINGA TORNA MAIS RÁPIDO ACESSO À USINA NO RIO TIETÊ**

Verbas do Orçamento da União permitiram a execução de serviços de alargamento e retificação do canal de acesso à eclusa, com 400 metros de escavação

Importante melhoria no canal de navegação da eclusa da Usina Hidrelétrica de Ibitinga, no Rio Tietê (SP), foi concluída com suporte do Governo Federal. Já estão finalizadas as obras de dragagem e adequação do canal de acesso à eclusa, executadas integralmente durante a atual gestão e com recursos da União. Além de reforçar a segurança na estrutura do muro guia, as intervenções reduzem o tempo de aproximação das embarcações e de acesso dos comboios à



câmara do local, que possibilita a transposição do nível do rio, facilitando o transporte de cargas pela hidrovia.

Os serviços consistiram no alargamento e na retificação do canal, com escavação de 400 metros junto à margem direita do reservatório de Ibitinga, perto da barragem. Localizado na região de acesso pela Rodovia Cesário José de Castilho (SP-321), no km 407, o canal de acesso à eclusa de Ibitinga começou a receber as obras de adequação em 2019. No total, o investimento na obra foi de R\$ 9,3 milhões – 100% verba alocada pelo Orçamento Geral da União.

### Convênio

As melhorias atendem ao estabelecido em termo de compromisso firmado entre o Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e o Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo (DH-SP). Enquanto o órgão do Executivo estadual contratou empresa responsável e fiscalizou a obra, coube à autarquia federal transferir os recursos necessários e acompanhar a execução das intervenções.

A obra é, portanto, importante solução estabelecida para reduzir a força do impacto das embarcações contra o muro guia, preservando a estrutura e o sistema de defensas. Ao mesmo tempo, o trabalho no canal de acesso reduziu o ângulo de aproximação dos comboios por meio da melhoria da geometria local, com o aumento do raio de curvatura da via, contribuindo ainda para a redução do tempo de viagem das embarcações.

\*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 06/12/2021

## PRO TRILHOS: QUATRO PROPOSTAS DE NOVAS FERROVIAS POR AUTORIZAÇÃO RECEBEM AVAL DA ANTT

No total, agência já atestou a viabilidade de nove projetos. MInfra agora confere se propostas são compatíveis com políticas públicas de transportes e do setor ferroviário

Com os quatro pedidos aceitos nessa quinta-feira (2), sobe para nove o total de projetos de novas ferrovias a serem implantadas pelo regime de autorização que passaram pelo crivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Somados, os requerimentos representam 4106,79 quilômetros de novos trilhos, em 10 unidades da Federação. A projeção de investimentos é de R\$ 47,42 bilhões.

A decisão da ANTT significa que os empreendimentos são compatíveis com a malha ferroviária do país - outorgada e concedida. Agora, o Ministério da Infraestrutura (MInfra) avalia se eles estão em conformidade com as diretrizes das políticas públicas de transportes e do setor ferroviário. Em caso positivo, o MInfra poderá outorgar as autorizações para que os projetos sejam implantados.

Confira os quatro trechos que conseguiram a aprovação da ANTT nesta semana:

**Ferroeste: Maracaju/MS – Dourados/MS: 76 km de extensão**

**Ferroeste: Cascavel/PR – Foz do Iguaçu/PR: 166 km de extensão**

**Bracell: Lençóis Paulistas (SP): 4,29 km de extensão**

**Bracell: Lençóis Paulistas-Pederneiras (SP): 19,5 km de extensão**

As estradas de ferro propostas pela Ferroeste terão conexão com infraestrutura já existente e que é administrada pela empresa, pelo regime de concessão. No caso do trecho Cascavel/Foz, o objetivo é consolidar um corredor de transporte Internacional de cargas, que chega até o Porto de Paranaguá (PR).

Estreante no setor, a empresa de celulose Bracell planeja fazer o transporte sobre trilhos de 1 milhão de toras de eucalipto e de 1,7 milhão de tonelada/ano de celulose entre sua fábrica em Lençóis Paulistas, o município de Pederneiras e o Porto de Santos (SP). As conexões serão com a malha já existente concedida à Rumo Malha Oeste S/A.

### Programa

Lançado em 2 de setembro para impulsionar o transporte ferroviário no país, via novo instrumento de outorga por autorização, o programa Pro Trilhos já reúne 36 propostas de 20 diferentes entes privados. Elas somam R\$ 150 bilhões em investimentos previstos e 11.142 km de novos trilhos, cruzando 14 unidades da Federação. Todas as propostas são analisadas pelas equipes da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), do MInfra, e da ANTT.

O Marco Legal das Ferrovias foi estabelecido pela Medida Provisória 1.065/2021, que abriu a possibilidade de outorga por autorização no setor, também avança no Congresso Nacional, após a aprovação pelo Senado Federal do PLS 261/18. O texto agora tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, na forma do Projeto de Lei 3.754/21. Caso o PL seja aprovado sem mudanças pelos deputados, a tramitação se conclui e a proposta poderá ser sancionada pelo presidente da República.

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 03/12/2021*

## MEDALHA DO MÉRITO MAUÁ RECONHECE CONTRIBUIÇÕES E TRABALHO NO PROGRESSO DA INFRAESTRUTURA

Ministros de Estado, integrantes dos poderes Judiciário e Legislativo, servidores públicos e representantes da iniciativa privada foram homenageados. “Pessoas que estão nos ajudando a transformar a infraestrutura”, diz Tarcísio



**Secretário-executivo do MInfra, Marcelo Sampaio, foi um dos homenageados com a Mérito Mauá - Crédito: Erasmo Salomão/MInfra**

O início da noite desta quinta-feira (2) marcou a contribuição integrantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, servidores públicos e representantes da iniciativa privada para o setor da infraestrutura de transportes no Brasil. Foram 176 pessoas agraciadas com a Medalha do Mérito Mauá, maior honraria concedida pelo Ministério da

Infraestrutura.

“A medalha é uma singela homenagem, a nossa forma de mostrar gratidão para essas pessoas que estão nos ajudando a transformar a infraestrutura de transportes”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, em discurso na cerimônia realizada no Clube Naval, em Brasília.

Entre os agraciados, estão o secretário-executivo do MInfra, Marcelo Sampaio; o secretário-executivo-adjunto, Felipe Queiroz; o secretário nacional de Transportes Terrestres, Marcelo Costa; os diretores-gerais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale; e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Juliano Noman.

Também receberam os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; das Comunicações, Fábio Faria; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves; e da Saúde, Marcelo Queiroga; os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); os CEOs da Latam, Jerome Cadier, e da Azul Linhas Aéreas, John Rodgers; o

diretor-presidente da GOL Linhas Aéreas, Paulo Sérgio Kakinoff; e o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general de Exército Luis Carlos Gomes Mattos.

### CONFIRA A LISTA DOS AGRACIADOS

<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/medalha-do-merito-maua-reconhece-contribuicoes-e-trabalho-no-progresso-da-infraestrutura/livreto.pdf>

Criada em 1965, a medalha leva o nome do Visconde de Mauá, industrial brasileiro que viveu no século 19. Mauá é patrono do MInfra por ser referência nos modais ferroviário e aquaviário, tendo construído a Estrada de Ferro Mauá (RJ) e fundado a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (AM).

### Transformação

Após entregar a medalha aos agraciados, Tarcísio destacou o papel da infraestrutura de transportes no crescimento econômico e na geração de empregos. “A infraestrutura vai contribuir no enfrentamento do problema de produtividade que assola nossa economia. Vai contribuir forte para a geração de empregos”, disse.

Desde 2019, foram leiloados 79 ativos e contratados mais de R\$ 89,6 bilhões em investimentos privados para os nossos aeroportos, ferrovias, portos e rodovias. Além disso, somente em 2021, o Governo Federal investiu aproximadamente R\$ 4,4 bilhões do orçamento público em obras para melhorar a matriz de transportes. “Muita coisa está sendo feita no Brasil em pouco tempo. O Brasil vai se tornar um grande canteiro de obras”, disse Tarcísio.

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 02/12/2021*

# ISTOÉ Dinheiro

## ISTOÉ - DINHEIRO

### BOLSONARO É ESCOLHIDO COMO PERSONALIDADE DO ANO EM VOTAÇÃO POPULAR DA REVISTA TIME



#### Presidente Jair Bolsonaro

BRASÍLIA (Reuters) – O presidente Jair Bolsonaro foi escolhido, a partir de votação de leitores da revista Time, como a personalidade do ano, informou a publicação nesta terça-feira.

Segundo a revista, 24% dos mais de 9 milhões de votos consideraram que o presidente brasileiros teve grande influência –para o bem

ou para o mal– durante o ano.

A Time refere-se a Bolsonaro como um líder “controverso” e lembra de suas intenções de concorrer à reeleição em 2022 em meio à crescente rejeição sobre a condução econômica de seu governo. A revista também cita críticas de políticos, da Justiça e de especialistas da área de saúde à gestão da crise sanitária causada pela Covid-19 e a seu ceticismo sobre as vacinas.

A notícia foi anunciada pelo ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, em cerimônia de assinatura de termos de autorização de uso de radiofrequências pelas empresas vencedoras das faixas do leilão de 5G e comemorada pelo presidente.



“Quem votou em mim muito obrigado, aí, votaram bem”, disse Bolsonaro.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 07/12/2021

### **COMISSÃO DO SENADO APROVA TAXA NA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO PARA SUBSIDIAR COMBUSTÍVEIS**

Por *Marta Nogueira e Maria Carolina Marcello*

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça substitutivo que institui política para limitar variações de preços de combustíveis

RIO DE JANEIRO/BRASÍLIA (Reuters) -A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira projeto que visa dar instrumentos para limitar a oscilação dos preços de combustíveis aos consumidores brasileiros, estabelecendo um sistema que terá como fonte de recursos um imposto de exportação de petróleo, entre outros mecanismos.

O projeto, criticado por petroleiras e especialistas, que alertam para possível retração de investimentos com o aumento da carga tributária pela criação do imposto e pela interferência no mercado, ainda precisa passar pelo plenário do Senado e ser aprovado posteriormente na Câmara.

O texto do substitutivo ao projeto de lei 1.472/2021 que visa instituir política para limitar variações de preços de combustíveis ocorre enquanto cresce no Brasil pressão, especialmente sobre a Petrobras, para um controle dos valores de diesel e gasolina, diante de forte avanço nos valores internacionais com impactos ao consumidor.

Mas a princípio, exceto pela cobrança do imposto de exportação, os agentes do mercado de petróleo e combustíveis não seriam afetados, defendeu o relator da proposta, o senador Jean Paul Prates (PT-RN).

“O Estado brasileiro vai basicamente bancar que esse cara fique seguro ao receber o que é o preço de mercado dele, e do lado de cá o consumidor receba um preço mais arrefecido, mais comportado”, disse Prates a jornalistas, após a aprovação da proposta na CAE.

“Essa conta no meio precisa ser alimentada por algumas fontes estatais... Esse cara aqui que é o refinador, importador, vai receber a mesma coisa, não vai ficar alterado em nada; exploração e produção praticamente a mesma coisa também, e o consumidor final... vai ficar também imune a grandes oscilações e àquelas corridas para cima de preços como a gente teve agora”, explicou.

Segundo Prates, o país não pode mais conviver com essa situação de preços em alta dos combustíveis. “Não é a solução ideal, mas a possível diante dos impasses que temos hoje”, acrescentou ele durante audiência, ao defender sua proposta.

O projeto estabelece em seu segundo artigo alíquotas mínimas e máximas para um imposto de exportação de petróleo e dispõe sobre diretrizes para os preços de derivados da commodity comercializados no país.

Conforme o texto, o Poder Executivo regulamentará a utilização de bandas móveis de preços de combustíveis com a finalidade de estabelecer limites para variação de valores dos derivados de petróleo, definindo a frequência de reajustes e os mecanismos de compensação.

A ideia é que esse sistema de bandas trabalhe como uma ferramenta de estabilização de preços, custeado pela criação de imposto de exportação sobre o petróleo bruto.



Além disso, outras fontes de recursos poderão ser utilizadas pelo governo, como dividendos da Petrobras devidos à União, participações governamentais destinadas à União e resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil da gestão das reservas cambiais.

Segundo o relator, a ideia é que quando os preços estiverem baixos, os recursos correspondentes à diferença entre o preço de mercado e o limite inferior da banda sejam acumulados. Na situação contrária, quando os preços ficarem acima do limite superior da banda, os recursos sejam utilizados de forma a manter os preços dentro da banda.

### REFLEXOS NA INDÚSTRIA

A aprovação do projeto na comissão traz incertezas para a indústria de exploração e produção de petróleo no Brasil, que já contribui com até 70% da sua receita bruta para os entes governamentais em forma de royalties, participação especial, óleo lucro, aquisição de área, dentre outros, segundo o IBP, que representa as petroleiras no país.

“Projetos existentes ficam comprometidos”, disse a secretária-executiva de Downstream do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Valéria Lima, destacando que o país está às vésperas do importante leilão de excedentes da cessão onerosa marcado para este mês.

Segundo ela, a incidência de mais um imposto pode minar a comercialidade de projetos no país e tirar sua competitividade ante outros no exterior, em momento em que o mundo já caminha para transição energética, buscando deixar o uso de combustíveis fósseis futuramente.

Ela ressaltou ainda que um novo imposto atrapalharia iniciativas do governo para estimular o desenvolvimento de campos maduros no país e, no fim, poderia reduzir arrecadações.

Conforme o texto, a alíquota do imposto de exportação incidente sobre o petróleo bruto ficará em zero para o valor do petróleo bruto até 45 dólares o barril; no mínimo 2,5% e no máximo 7,5% aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo acima de 45 dólares o barril e abaixo ou igual a 85 dólares o barril.

A alíquota mínima subiria para 7,5%, avançando até 12,5% aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo acima de 85 dólares por barril e abaixo ou igual a 100 dólares por barril.

A taxa será de no mínimo 12,5% e no máximo 20% para o petróleo acima de 100 dólares por barril.

O projeto prevê que o valor do petróleo, base para incidência do Imposto de Exportação, deverá ser o mesmo utilizado pela reguladora ANP para cálculo dos royalties.

“Na verdade, o que estamos criando é um subsídio aos combustíveis fósseis no Brasil, porque vamos ter preços abaixo do mercado internacional”, disse o professor do Instituto de Energia PUC-Rio Edmar de Almeida.

“Subsídio esse que será financiado com recursos dos produtores de petróleo”, afirmou, pontuando ainda que ao subsidiar a gasolina, o governo também limitará os preços do etanol hidratado, concorrente direto nas bombas, podendo causar impactos aos produtores do biocombustível.

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) foi na mesma linha, apontando que a criação do imposto “gera insegurança jurídica muito grande” e poderá trazer desestímulo a investimentos na exploração e produção de petróleo no país.

“Imagina quem fez investimento em leilão, e não havia esse imposto. Isso agora terá que entrar na conta.”

Já o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, definiu a aprovação como “um avanço”.

Segundo ele “não é mais possível conviver com essa situação de alta galopante nos preços dos combustíveis e disparada da inflação provocada pela inércia do governo federal”.

“É possível reduzir o que o brasileiro paga hoje nas bombas de gasolina, diesel, e no gás de cozinha.”

(Com reportagem adicional de Roberto Samora, Gabriel Araujo e Peter Frontini)

**Fonte: IstoÉ - Dinheiro**

**Data: 07/12/2021**

### **PREÇOS DO PETRÓLEO SOBEM 3%, AMPLIANDO AVANÇO CONFORME RECEIOS COM ÔMICRON RECUAM**

*Por Nia Williams*

CALGARY, Alberta (Reuters) – Os preços do petróleo subiram mais de 3% nesta terça-feira, estendendo a recuperação do dia anterior de quase 5% à medida que as preocupações diminuíram ainda mais sobre o impacto na demanda global de combustível diante da variante do coronavírus Ômicron.

Os contratos futuros do Brent fecharam em alta de 2,36 dólares, ou 3,2%, a 75,44 dólares o barril, após aumento na segunda-feira de 4,6%.



#### **Plataforma na Bacia de Campos**

O petróleo WTI subiu 2,56 dólares, ou 3,7%, para 72,05 dólares o barril, após um ganho de 4,9% na sessão anterior. Na máxima da sessão desta terça-feira, cada contrato subia mais de 3 dólares.

Os preços do petróleo despencaram na semana passada com a preocupação de que as vacinas poderiam ser menos eficazes contra a nova variante Ômicron, gerando receios de que os governos poderiam impor novas restrições que afundariam a demanda de combustível.

No entanto, um oficial de saúde sul-africano relatou no fim de semana que os casos de Ômicron mostraram apenas sintomas leves, enquanto o importante especialista em doenças contagiosas dos EUA, Anthony Fauci, também disse que não parecia haver “um grande grau de gravidade” com a variante até agora.

“O mercado foi superestimado como uma reação automática à variante Ômicron e seu potencial de disseminação e impacto nas restrições de viagens”, disse Gary Cunningham, diretor de pesquisa de mercado da Tradition Energy. “Agora estamos vendo o mercado voltar às expectativas de forte demanda nos próximos seis a 12 meses.”

Em outro sinal de confiança na demanda por petróleo, o maior exportador mundial, a Arábia Saudita, aumentou os preços mensais do petróleo no domingo.

(Reportagem adicional de Noah Browning e Florence Tan)

**Fonte: IstoÉ - Dinheiro**

**Data: 07/12/2021**



### **PESQUISA MOSTRA 63% DE MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS OTIMISTAS COM SEUS NEGÓCIOS**

Levantamento feito pela Boa Vista com 500 micros e pequenos empresários mostra que ao final do 3º trimestre 63% deles, representantes dos setores do comércio e de serviços, mostravam-se otimistas com o desempenho dos seus negócios em comparação ao primeiro trimestre deste ano, quando foi registrado um percentual de 59%.

Também mostra a pesquisa que 56% do universo pesquisado disse que pretende realizar investimentos até o final do deste ano. Deste total, seis em cada dez irão apostar em novos produtos e também em tecnologia da informação. Outros 51% pretendem aplicar em mão de obra qualificada.

Também foi registrado aumento significativo na expectativa de elevação no faturamento. No 3º trimestre de 2020 esse índice era de 42% e este ano, 60% esperam conseguir alavancar os lucros.

Junto à necessidade de investir para gerar crescimento, o estudo também apresenta que 49% dos empresários esperam diminuição relevante no nível de endividamento de suas empresas: 38% acreditam que os índices devem cair, 30% receiam que ocorra crescimento, e outros 32% apostam na sua estabilidade.

A pesquisa da Boa Vista apontou também estabilidade na intenção de demanda por crédito. Ao final do 3º trimestre de 2020, o registro foi de 46%, o mesmo apontado em 2021. Neste universo de 46%, a contratação de crédito terá por objetivo garantir o capital de giro, com 41% das menções, praticamente o mesmo patamar do 3º trimestre de 2020, de 42%. Outros 16% declaram ter como prioridade o pagamento das dívidas.

“A pesquisa mostra que há uma expectativa positiva crescente entre os empresários. Os setores de comércio e serviços estão retomando o fôlego para investir, contratar e voltar aos patamares pré-pandemia. Notamos também uma estabilidade na intenção de tomar crédito, o que demonstra cautela, muito em linha ao cenário atual de juros altos e renda mais baixa, e de uma conjuntura econômica e política mais complexa que se desenha para 2022”, afirma Flávio Calife, economista da Boa Vista.

**Fonte: IstoÉ - Dinheiro**

**Data: 07/12/2021**

### **BOLSONARO AFIRMA QUE PAÍS DEVE FECHAR ANO COM SALDO DE 3 MILHÕES DE NOVOS EMPREGOS FORMAIS**

*Por Maria Carolina Marcello*

BRASÍLIA (Reuters) – O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira que o país deve fechar este ano com um saldo positivo de 3 milhões de empregos formais a despeito das dificuldades econômicas e dos efeitos ainda sentidos em decorrência da pandemia de Covid-19.

“Apesar de tudo isso devemos terminar o nosso terceiro ano de governo com saldo positivo de aproximadamente 3 milhões de novos empregos”, disse o presidente em solenidade de assinatura de termos de autorização de uso de radiofrequências pelas empresas vencedoras das faixas do leilão de 5G.

“Não somos nós quem criamos emprego... Esse emprego vem da iniciativa privada e o grande trabalho do nosso governo é não atrapalhar quem quer produzir.”

O Brasil abriu 253.083 vagas formais de trabalho em outubro, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O acumulado do ano mostra um saldo de 2.645.974 de vagas criadas, ante um saldo de 278.997 postos fechados em igual período de 2020.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

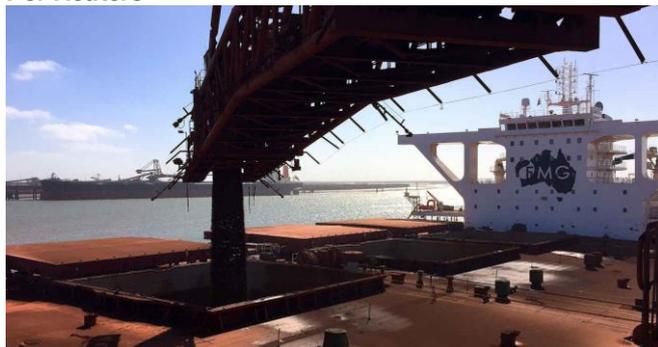
Data: 07/12/2021

## MONEYTIMES

### MONEYTIMES

#### MINÉRIO DE FERRO DISPARA 6,7% NESTA TERÇA-FEIRA COM FLEXIBILIZAÇÃO MONETÁRIA NA CHINA

Por Reuters



***O minério de ferro de maio mais negociado na Bolsa de Commodities de Dalian fechou em alta de 6,7%, a 659,50 yuanes (103,56 dólares) a tonelada (Imagem: REUTERS/Melanie Burton)***

Os contratos futuros do minério de ferro de Dalian e Cingapura subiram na terça-feira, com os investidores animados com medida de aumento de liquidez para apoiar o crescimento econômico na maior produtora e

consumidora de aço, a China.

Outro impulso veio do Politburo da China, o principal órgão de tomada de decisões do país, que prometeu manter as operações econômicas dentro de uma faixa razoável em 2022 e promover um desenvolvimento saudável do setor imobiliário.

O minério de ferro de maio mais negociado na Bolsa de Commodities de Dalian fechou em alta de 6,7%, a 659,50 yuanes (103,56 dólares) a tonelada.

No início da sessão, chegou a subir 9%, para 673,50 yuanes, o nível mais alto do contrato desde 29 de outubro.

O contrato mais ativo para janeiro do ingrediente siderúrgico na Bolsa de Cingapura chegou a subir 10 dólares, ou 9,7%, para 114,15 dólares a tonelada.

O banco central da China reduzirá a quantidade de dinheiro que os bancos precisam manter em reserva, liberando 1,2 trilhão de yuanes (188 bilhões de dólares) em liquidez de longo prazo, e as taxas de sua linha de crédito em 25 pontos base.

O Politburo disse separadamente que continuará implementando uma política fiscal proativa e uma política monetária prudente no próximo ano.

A recuperação econômica da China após a crise pandêmica perdeu ímpeto nos últimos meses, e os riscos de colapso de seu setor imobiliário têm aumentado, levantando preocupações sobre as perspectivas de demanda por produtos de aço e matérias-primas.

“Talvez mais importante do que o anúncio do RRR (coeficiente de reserva obrigatória), a decisão do PBOC (Banco do Povo da China) foi seguida de perto por uma declaração do comitê central do partido comunista prometendo estabilizar a economia em 2022, sinalizando uma flexibilização de algumas restrições imobiliárias”, disse Rodrigo Catril, estrategista sênior de câmbio do National Australia Bank, em nota.

O vergalhão de aço para construção na Bolsa de Futuros de Xangai subiu 1,3%, enquanto a bobina a quente avançou 1%. O aço inoxidável, entretanto, caiu 0,8%.

Fonte: MoneyTimes

Data: 07/12/2021

## PACHECO DIZ QUE SE REÚNE COM LIRA NESTA TERÇA SOBRE PEC; SENADO DEVE VOTAR DESONERAÇÃO NA QUINTA

Por Reuters



**Segundo Pacheco, ainda não há uma decisão sobre esse possível fatiamento da PEC (Imagem: Reuters/Adriano Machado)**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que deve se reunir novamente com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça-feira, para tentar um acordo em relação à PEC dos Precatórios.

A PEC modifica a regra de pagamento dos precatórios e altera o prazo de correção do IPCA sobre o teto dos gastos, abrindo espaço fiscal para o governo financiar o Auxílio Brasil, que substitui o programa Bolsa Família, entre outras despesas.

Como os senadores modificaram o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que havia sido aprovado pelos deputados, a PEC tem que voltar para a Câmara para nova análise, mas existe a possibilidade de ser promulgada apenas a parte não modificada pelo Senado.

Segundo Pacheco, ainda não há uma decisão sobre esse possível fatiamento da PEC.

“Parte dos líderes compreende a possibilidade da promulgação dessa parte comum, uma outra parte pondera a necessidade de uma apreciação global por parte da Câmara dos Deputados”, disse Pacheco, ressaltando o pouco tempo que resta para o Congresso trabalhar antes do recesso do final do ano.

“Eu ainda hoje vou ter uma reunião com o presidente Arthur Lira e tratar com ele da solução possível”, acrescentou.

Pacheco disse também que o projeto sobre a desoneração da folha de pagamentos pode entrar na pauta do Senado na quinta-feira desta semana.

O presidente do Senado afirmou ainda que vai avaliar com os líderes da Casa a possibilidade de se colocar para votar no plenário ainda este ano o projeto que institui uma política para limitar variações de preços de combustíveis e cria um imposto de exportação sobre petróleo, aprovado nesta semana pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fonte: MoneyTimes

Data: 07/12/2021

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR  
**ÉPOCA NEGÓCIOS**

## BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,075 BI NA 1ª SEMANA DE DEZEMBRO

No acumulado do ano, o superávit da balança comercial é US\$ 58,135 bilhões



A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,075 bilhão na primeira semana de dezembro (dias 1º a 5). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 6, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,036 bilhões e importações de US\$ 2,961 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit da balança comercial é US\$ 58,135 bilhões. O valor representa uma alta de 25,4% pela média diária, na comparação com o mesmo período no ano passado.

As exportações registraram alta de 35,1% na média diária entre janeiro e a primeira semana de dezembro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, somando US\$ 260,065 bilhões. Já as importações nesse período cresceram 38,2% e totalizaram US\$ 201,930 bilhões.

Para o mês de dezembro, até a primeira semana, a alta nas exportações foi de 60,4% em relação ao mesmo período de 2020 na média diária, com crescimento de 37,1% na Agropecuária, de 77,4% na Indústria Extrativa, e de 57,8% na Indústria de Transformação.

Já a média diária de importações cresceu 37,9% no período, com alta de 1,1% na Agropecuária, alta de 408,2% na Indústria Extrativa, e aumento de 25,9% na Indústria de Transformação.

**Fonte: Época Negócios**

**Data: 07/12/2021**



## FÓRUM BRASIL EXPORT

### CESAR MEIRELES É RECONDUZIDO À VICE-PRESIDÊNCIA DA ALALOG; BRASIL EXPORT É UMA DAS 11 ENTIDADES QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO



O presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Cesar Meireles, foi reconduzido à vice-presidência da Associação Latinoamericana de Logística (Alalog), com novo mandato pelo período de dois anos. O envolvimento com outras entidades do setor reforça o caráter plural e de diálogo de nosso Fórum, organizado de forma a beneficiar o setor de logística e infraestrutura portuária.

A recondução aconteceu durante a Assembleia Geral de 2021 da Associação, realizada de forma online. A Alalog hoje reúne 11 entidades: ABOL | Brasil; AOLM | México; APPROLOG | Peru; ARLOG | Argentina; ALV | Venezuela; ASOLOG | Equador; ATOLPAR | Paraguai; BRASIL EXPORT | Brasil; CALOG | Uruguai; CEDOL | Argentina e COLFECAR | Colômbia. “É muito importante para nosso setor ter o Brasil representado por duas entidades na Alalog. Ocupo a sua vice-presidência desde 2013 e, assim, sermos reconduzidos é motivo de muita satisfação dada a

responsabilidade de levarmos adiante a integração regional tratando de temas convergentes para nossos países”, pontuou Cesar Meireles.

Entre os principais desafios para o novo mandato estão melhorar a integração entre as áreas de infraestrutura logística dos países-membros, promovendo encontros regionais que contemplem a presença de empresários, autoridades e entidades dos vários setores aos quais estão ligados aos objetivos principais da Alalog, assim como desenvolver missões internacionais que promovam a amplitude de conhecimento técnico para os membros associados, tendo como relevante a realização de estudos que possibilitem uma melhor análise das operações logísticas na região.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

## **DIVERSIDADE DE ÁREAS PARA ARRENDAMENTOS E AVANÇOS EM GOVERNANÇA MARCAM ENCONTRO SOBRE O SETOR PORTUÁRIO PROMOVIDO PELO BRASIL EXPORT EM DUBAI**

*Por Bruno Merlin*



Áreas para arrendamentos destinadas à movimentação de diversificadas cargas, reversão de prejuízos, avanços em governança e transparência de resultados foram os destaques que marcaram a apresentação dos dirigentes das seis Autoridades Portuárias que participaram da Missão Internacional do Brasil Export a Dubai em novembro deste ano. O meeting “Oportunidades de investimentos nos portos brasileiros” foi promovido pelo Fórum em parceria com a DP World, que cedeu um espaço dentro de seu pavilhão na Expo Dubai 2020, maior feira expositiva do planeta. O CEO do Brasil Export, Fabricio Julião, celebrou o clima de diálogo e de união entre os agentes públicos e privados presentes na comitiva e ressaltou a importância da contribuição do setor para a retomada do desenvolvimento econômico no País. “Estamos muito satisfeitos por viabilizar esse encontro”, observou.

Anfitrião do encontro, o CEO da DP World Santos, Fabio Siccherino, valorizou a presença de um grupo tão plural e competente e apresentou as ações que fizeram da DP World uma líder global em operações logísticas. A companhia, mais do que terminais portuários, oferece ao mercado soluções porta-a-porta para a movimentação de cargas. Ciente da importância do encontro, Siccherino aproveitou a ocasião para pedir soluções em conjunto para o inseguro ambiente de negócios no Brasil. “Todos sabemos que investir no Brasil tem as suas dificuldades. O ambiente jurídico-regulatório muitas vezes joga contra. Lenvantei a quantidade de medidas e regulações que afetam o setor portuário, e em 2021 foram 320 [publicações] que de alguma maneira afetaram o setor portuário. Não é fácil navegar em um ambiente como esse”.

### **Diretores da Antaq reforçam compromisso de facilitar investimentos e aumentar segurança jurídica no setor de transportes aquaviários**

Durante o encontro, os diretores da Antaq que participam da comitiva da Missão Internacional reforçaram o compromisso público de adotar regulações que viabilizem novos investimentos e garantam segurança jurídica para os players do setor de transportes aquaviários.



Adalberto Tokarski valorizou a adoção do arrendamento simplificado, para áreas com contratos de até R\$ 330 milhões (soma da Receita Operacional Bruta – ROB). Ele lembrou que o instrumento agiliza, em especial, investimentos de pequenas e médias empresas, afinal a licitação dessas áreas quase sempre foi colocada em segundo plano em relação a ativos de maior valor e mais estratégicos para a condução do País. “A Antaq vem aprimorando o sistema de arrendamentos. Tínhamos média de 10 arrendamentos por ano e em 2021 esse número irá a 14 porque temos o instrumento do arrendamento simplificado. Acredito que no ano que vem serão mais de 30 arrendamentos”. Tokarski também falou de seu atento olhar para o Arco Amazônico e das oportunidades de implantação de terminais e ETCs (Estações de Transbordo de Cargas) em regiões como Porto Velho, Rio Tapajós e Miritituba. O diretor também previu que o estado do Amapá “terá seu lugar ao sol” assim que estiver resolvida a questão do calado de navegação da Barra Norte.

A diretora Flávia Takafashi, por sua vez, falou sobre a necessidade de a Agência atender ao timing de decisões de operadores e investidores no segmento. Ela enfatizou que a harmonia entre os tempos de tomada de decisões dos reguladores e dos regulados é fundamental para o sucesso dos investimentos, sob risco de fuga de capital ou de obstáculos para a fluidez de movimentação de cargas. Além disso, a Agência também necessita administrar um ambiente que garanta, por um lado, liberdade de preços nas operações, e, por outro, coíba abusos. “Estamos aqui para falar como a Agência tem encarado esse novo momento. Está sendo muito bom participar dessa comitiva, entender melhor a realidade de outros setores e de outros países”. Dessa forma, apontou Flávia – que tomou posse em julho deste ano como a primeira mulher diretora efetiva da Antaq -, a autarquia estará cada vez mais preparada para tomar as decisões mais adequadas para o Brasil.

### **Participação das Autoridades Portuárias**

Mayhara Chaves, diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC), apontou que 91,2% das áreas administradas pela Autoridade Portuária estão disponíveis. O objetivo da direção é arrendar terminais como o MUC59 (movimentação e armazenagem de granel líquido) e reduzir esse índice de ociosidade para pelo menos 60%.

Alexandre Ernesto Sampaio, diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Pará, enfatizou o sucesso das operações de transbordo de carga ao largo no Porto de Vila do Conde e anunciou que a direção já planeja adotar a solução em outro porto administrado pela Autoridade Portuária.

Não foi surpreendente o tema desestatização fazer parte da fala do diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Bruno Fardin. Ele anunciou que o corpo técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou parecer para o ministro relator Bruno Dantas e que agora a Companhia aguarda um feedback para o aprimoramento do modelo apresentado.

O potencial de desenvolvimento e as áreas que poderão ser arrendadas nos Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro foram contemplados no vídeo apresentado pelo diretor de Negócios e Sustentabilidade da CDRJ, Jean Paulo Castro e Silva. Ele também celebrou a reversão dos históricos prejuízos da Companhia, ajuste na administração que agora resulta em lucros para os cofres públicos.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) preparou um vídeo em inglês exaltando as vantagens competitivas e a eficiência do Porto de Paranguá. O diretor de Desenvolvimento Empresarial, André Pioli, disse ser “valente” quem trabalha com logística no Brasil, falou sobre as ações para melhor integração entre porto-cidade e indicou que três terminais devem ser colocados para licitação até o início de 2022.

O diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Santos Port Authority, Bruno Stupello, apontou caminhos para tornar o Porto de Santos, ativo de infraestrutura imprescindível para o

País, mais moderno e ainda mais eficiente. O Ministério da Infraestrutura planeja desestatizar a Autoridade Portuária após a conclusão do processo da Codesa.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

### **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERNACIONAL EXALTA SUCESSO DA MISSÃO A DUBAI: “SUPEROU MUITO AS EXPECTATIVAS DE TODOS”**

*Por Cesar Meireles, Presidente do Conselho Internacional do Brasil Export*



Considero a Missão Internacional do Brasil Export a Dubai um grande passo para o Fórum e, portanto, para os seus membros, quer seja pelo local escolhido, pela comitiva selecionada, pela programação estruturada e, claro, pelo seu resultado, o qual, pelos feedbacks recebidos, superou muito as expectativas de todos.

Dubai é o hub logístico e comercial dos EAU (Emirados Árabes Unidos), tendo o 9º maior terminal de contêineres do mundo, o DP World Terminal. Em Dubai, encontram-se 30 das 45 Zonas de Livre Comércio, ou Zonas Francas dos EAU, onde estão instaladas mais de 60 mil empresas de mais de 100 países.

#### **Sugestões de leitura**

**\* Artigo de Cesar Meireles para a Logweb – Emirados Árabes Unidos: missão técnica internacional de muitos aprendizados!**

**\* Reportagens de Bruno Merlin para os canais do Brasil Export – Dubai busca atrair indústrias e negócios internacionais com isenção de impostos e modernidade; Jebel Ali mira na consolidação como hub logístico e quer ganhar mercado na Índia**

Destacaria nossa inédita parceria com a CNI (Confederação Nacional das Indústrias), que nos permitiu uma agenda ainda mais produtiva, tendo visitado o SRTIP (Sharjah Research Technology and Innovation Park), quando fomos recebidos pela Sua Excelência o senhor Hussain Mohamed Al Mahmoudi, que brindou a todos com uma palestra a respeito dos imensos benefícios do parque.

Estivemos no JAFZA (Jebel Ali Free Zone), com o sênior manager Faisal Jassem (foto abaixo), quando da visita ao terminal da DPW. Ali, tivemos a oportunidade de conhecer o protótipo do único warehouse verticalizado para contêineres com o uso de transelevadores, em teste no mundo. Seu uso, certamente, trará opções para operações de elevador giro, terminais com restrições de áreas, e outros desafios chaves operacionais.

Ainda no âmbito da agenda global, estivemos reunidos com o head para o Brasil da Dubai Chamber of Commerce, que nos propiciou uma oportunidade rica de estreitamento entre nossas empresas e nossos países.

Por fim, mas jamais menos importante, concluo meus breves comentários, realçando a capacidade de planejamento sustentado dos EAU com base em um plano de longuíssimo prazo até 2117, com destaque à economia sustentável, e a expansão do parque de energia solar que pretende fornecer mais de 10% da energia de Dubai até 2030. Seu foco na redução de emissões de carbono projeta eliminar 6,5 milhões de ton de carbono, chegando, em 2050, à condição de Carbon free.

Como presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, sinto-me honrado e muito feliz em ter feito parte desta história, parabenizando todos, sem exceção, desde a organização aos membros participantes pelo excelente encontro de todos que fazem deste Fórum Permanente, a casa de todos nós.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

### **DUBAI BUSCA ATRAIR INDÚSTRIAS E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS E MODERNIDADE; JEBEL ALI MIRA NA CONSOLIDAÇÃO COMO HUB LOGÍSTICO E QUER GANHAR MERCADO NA ÍNDIA**

*Por Bruno Merlin*



A comitiva da Missão Internacional do Brasil Export a Dubai assistiu, nesta quarta-feira, 17 de novembro, a uma apresentação sobre as particularidades e vantagens competitivas da Jebel Ali Free Zone Area (JAFZA). Chamou atenção a isenção de taxas sobre importações, exportações, re-exportações e até no imposto de renda pessoal. Também não há restrições para repatriação de capital ou para contratação de funcionários estrangeiros. Com esses atrativos, a administração de JAFZA busca se consolidar como grande polo internacional de negócios, atraindo indústrias para a região e explorando o potencial de Dubai como hub logístico para o Oriente Médio, Ásia e África.



Faisal Jassim, Head of Proactive Sales (Chefe de Vendas Proativas) da Jebel Ali Free Zone Area, também apontou que as empresas ali instaladas podem ajudar a quem deseja entrar no mercado da Índia, ainda muito desorganizado, segundo ele, quanto às operações de transportes. “Mantemos permanente colaboração com a Índia, um mercado consumidor fantástico. A logística em território indiano é desafiadora, mas nós entregaremos os seus produtos, basta que consigam os seus clientes”.

JAFZA ocupa uma área de 57 quilômetros quadrados e recebe a colaboração de mais de 7 mil empresas. Jassim explicou que o comando do empreendimento busca posicioná-lo como destino preferencial para realização de negócios, otimizando as cadeias de valores ali presentes e mantendo as melhores relações com entidades governamentais e diplomáticas de todo o mundo. A rede de serviços digitais de JAFZA também é bastante expressiva, abrangendo 99% de todos os serviços necessários para as operações, incluindo as cadeias de suprimentos.

### **Comitiva visita companhia instalada em JAFZA que atende às indústrias de café e chá**

O dia de atividades teve continuidade com uma visita, dentro de ônibus executivos, às dependências do Porto de Jebel Ali. Após breve parada para o almoço, a comitiva prosseguiu com seus compromissos conhecendo as unidades de café e chá da DMCC. A companhia recebe grãos de todo o mundo, realiza blends e embala os produtos finais para comercialização. Instalada em JAFZA, desfruta do modelo de negócios oferecido pela zona livre e busca expandir suas operações.

“A Missão promovida pelo Brasil Export é um grande aprendizado. Além do networking que se intensifica, as boas práticas que vemos aqui no exterior com certeza levaremos de volta para o Brasil e tentaremos implementá-las da melhor forma”, disse Djalma Vilela, presidente da Multilog, na foto abaixo junto ao CEO do Brasil Export, Fabricio Julião.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

### **OPORTUNIDADES PARA INCREMENTO DA CORRENTE COMERCIAL ENTRE BRASIL E UAE SÃO DESTAQUES NA ABERTURA DE MISSÃO EM DUBAI**

*Por Bruno Merlin*



Oportunidades voltadas para o crescimento da corrente comercial entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos foram detalhadas na reunião de boas-vindas à delegação empresarial brasileira a Dubai, realizada neste sábado, dia 13 de novembro. A comitiva organizada pelo Brasil Export esteve presente e conferiu atentamente os dados e informações apresentadas na ocasião pelo presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), Mario Cezar de Aguiar. Atualmente, o Brasil é somente o 23o. maior fornecedor ao país árabe, com participação de

apenas 1% neste importante mercado, índice classificado como “pífio” e “insignificante” pela liderança industrial.

As principais oportunidades de exportações brasileiras aos Emirados Árabes Unidos, segundo apresentação de Aguiar, residem no segmento de “moda, higiene pessoal e cosméticos”. Foram identificados 48 produtos com grande possibilidade de entrada no mercado local. Somados, eles poderiam incrementar em US\$ 33 bilhões as exportações brasileiras à nação do Oriente Médio, em um setor que o Brasil, hoje, detém 1,4% de participação no total de compras realizadas.

“Precisamos construir uma agenda de desenvolvimento industrial que privilegie o compartilhamento de nossa produção para aumentar a participação no importante mercado dos Emirados Árabes Unidos. É vergonhosa a nossa situação, ainda muito focada na exportação de produtos básicos e de commodities. Podemos nos tornar um importante player mundial de fornecimento, não só para o mundo árabe como para todo planeta”, observou Aguiar. A maior parte das importações dos Emirados é referente a “equipamentos e maquinários”, setor com o qual o Brasil contribui com mísero 0,08% das compras locais.

Fundamental hub logístico regional, os Emirados Árabes Unidos atuam como porta de entrada para exportações das demais nações do Oriente Médio, incluindo localização estratégica favorável e próxima a grandes mercados consumidores, como a Ásia e a Europa. Enquanto os índices dos últimos cinco anos apontam crescimento substancial do valor das exportações chinesas, indianas e norte-americanas ao país árabe, os números do Brasil estão estagnados. Os Emirados também contam com 45 zonas de livre comércio, que podem abrigar empresas com capital 100% brasileiro caso oportunidades de investimentos sejam detectados.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

### **“VAMOS MOSTRAR AOS ÁRABES DE QUE MANEIRA PODEMOS NOS INTEGRAR ÀS SUAS CADEIAS PRODUTIVAS”, DIZ PRESIDENTE DA CNI**

*Por Bruno Merlin*



O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, deu as boas-vindas à delegação empresarial brasileira em Dubai, integrada pela comitiva da Missão Internacional do Brasil Export, e exaltou a presença de representantes de 24 estados da Federação no grupo. Segundo ele, a missão da comitiva nos Emirados Árabes Unidos é “mostrar o que produzimos e o que fazemos de melhor” durante os encontros de negócios e visitas técnicas agendadas para os próximos dias. “Vamos mostrar aos árabes de que maneira podemos nos integrar às suas cadeias produtivas e entender o que eles necessitam”, enfatizou.

Andrade também ressaltou a importância de que os integrantes da comitiva observem as oportunidades de investimento nos Emirados Árabes Unidos e que estejam preparados para

convencer os fundos de investimentos locais a financiar as obras de infraestrutura que o Brasil tanto necessita. O segmento com maior número de representantes é justamente o de infraestrutura e logística, em especial devido à maciça presença dos integrantes da comitiva do Fórum Brasil Export.

### Governo Federal

O presidente da República, Jair Bolsonaro, também está no país do Oriente Médio e em encontro com o primeiro-ministro Mohammed bin Rashid Al Maktoum assinou memorandos de entendimento para cooperação em educação, repatriamento de prisioneiros e um esboço de acordo para cooperação internacional entre o Centro de Estudos Estratégicos e Pesquisa dos Emirados e a Fundação Alexandre Gusmão, do Brasil.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, está se deslocando de roadshows realizados na Europa para participar dos próximos dias de atividades da missão brasileira em Dubai.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

*Data: 07/12/2021*

## GOVERNADOR DE MG ENCONTRA GRÃOS DE CAFÉ DA COLÔMBIA EM DUBAI E APONTA OPORTUNIDADES DESPERDIÇADAS PELO BRASIL

*por Bruno Merlin*



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Partido Novo), discursou no encontro de empresários e autoridades brasileiras organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Dubai e incentivou as centenas de participantes de seu estado na delegação a atuar de forma criativa e a ampliar a venda de produtos ao exterior.

Ele chamou o complexo sistema tributário brasileiro de “manicômio” e deu um exemplo de como há oportunidades não aproveitadas pelos produtores nacionais. “Fiquei muito decepcionado quando vi, no hotel em que estou hospedado, uma máquina de café com grãos da Colômbia. Os produtores de queijo de Minas Gerais vêm conquistando o primeiro lugar em concursos internacionais. Então qualidade não nos falta. Temos condições de fazer os melhores queijos, os melhores cafés, e também outros produtos, e exportá-los para todo o mundo”. Zema está hospedado no Paramount Hotel, mesmo empreendimento que abriga a comitiva da Missão Internacional do Brasil Export. O CEO do Fórum, Fabricio Julião, posou para foto com o governador e o parabenizou pela participação no evento.

Minas Gerais é o quarto estado brasileiro que mais exporta para os Emirados Árabes Unidos. Em 2020, as exportações mineiras para o parceiro comercial totalizaram aproximadamente US\$ 194 milhões (aumento de 18,3% na comparação com 2019). Já as importações dos Emirados registraram o valor US\$ 28,5 milhões (crescimento de 31,4% em comparação com 2019), conforme dados do Ministério da Economia.

Neste domingo, 14 de novembro, o governador mineiro participa de reunião na Câmara de Comércio e Indústria de Abu Dhabi e fará um encontro com membros da Al Dahra, companhia multinacional líder no setor do agronegócio.

*Fonte: Fórum Brasil Export*

Data: 07/12/2021

### MINISTRO DA INFRAESTRUTURA EXALTA ESTRUTURAÇÃO SOFISTICADA DE PROJETOS E TRADIÇÃO BRASILEIRA DE RESPEITO A CONTRATOS DE CONCESSÃO

por Bruno Merlin

O governo brasileiro escalou vários de seus ministros para a programação do “Invest in Brasil Forum”, realizado em Dubai nesta segunda-feira, 15 de novembro, com o objetivo de convencer o público estrangeiro de que o País tem um ambiente propício para receber investimentos internacionais.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, fez um discurso contundente e atendeu a todas as solicitações dos participantes da Missão Internacional do Brasil Export para tirar fotos, conversar e prestar contas das ações da pasta que lidera.

Falando para a plateia do evento, Tarcísio destacou que continua otimista com o ambicioso programa de concessão de ativos de infraestrutura. O ministro destacou que a estruturação dos projetos do setor é muito sofisticada e que o Brasil tem tradição de respeito aos contratos de concessão. “Recentemente fizemos o leilão da Rodovia Presidente Dutra, cujo contrato foi estabelecido na década de 1990. Atravessou o Governo FHC, os dois mandatos do Lula, Governo Dilma, Governo Temer, Governo Bolsonaro, chegou ao seu final e novamente foi leiloadado à iniciativa privada, dessa vez com um contrato muito mais moderno e sofisticado”.



**CEO do Brasil Export, Fabricio Julião celebrou o Dia do Brasil ao lado do ministro Tarcísio**

Outra vantagem competitiva do Brasil no mercado internacional destacada por Tarcísio foi o variado portfólio de concessões. “Nenhum investidor quer estudar um país, o seu sistema jurídico-regulatório, para participar de um ou dois leilões. “Nós temos vários ativos oferecidos para a iniciativa privada, ativos que quando combinados geram sinergia”.

Tarcísio deixou uma mensagem de otimismo, em harmonia com o seu lema de que o Brasil está vocacionado a ser grande: “Com crédito e melhor infraestrutura, podemos imaginar e sonhar que daqui a 20 anos teremos um país eficiente e moderno, um país rico”.

Fonte: Fórum Brasil Export

Data: 07/12/2021



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

#### O QUE DIZ O PROJETO QUE PODE DAR DESCONTO EM COMBUSTÍVEIS E TAXAR EXPORTAÇÕES DE ÓLEO

*Por Larissa Fafá - 7 de dezembro de 2021 - Em Combustíveis, Congresso, Mercado de gás, Política energética*

BRASÍLIA – A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou nesta terça (7) o relatório de Jean Paul Prates (PT/RN) para o projeto que cria um programa de estabilização de preços de combustíveis e altera a política de preços de petróleo (PL 1472/21).

A pedido do senador Carlos Portinho (PL/RJ), ainda deve ser realizada mais uma audiência pública com o governo e agentes do setor, sem data definida, antes da votação do texto no plenário.

O projeto estabelece uma política de preços para comercialização de combustíveis no mercado interno, que deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional e os custos internos de produção ou de importação.

Atualmente, as empresas têm liberdade para definir a política de preços.

A Petrobras, que concentra boa parte do mercado de refino, pratica a chamada paridade de preços, isto é, busca alinhar os preços internos da gasolina e do diesel com a cotação internacional dos combustíveis, subordinados aos valores de referência do barril de petróleo, em dólar, e ao câmbio.

#### **Ameaça de imposto afasta investimento, diz IBP; FUP apoia fim do PPI**

Para o setor de petróleo, representado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), “a mera sinalização de taxar ainda mais a indústria gera retrações de investimentos no Brasil, além de fazer com que projetos em outros locais sejam priorizados pelas petroleiras em detrimento de projetos no Brasil”.

Em nota enviada na semana passada (2), o IBP critica a proposta, que diz ser ineficiente para amenizar o impacto dos preços no consumidor final — mesma posição das áreas técnicas do governo federal, que veem a criação de um fundo como uma medida muito cara, mas que dificilmente será sentida na ponta.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), por sua vez, apoia o fim da paridade internacional de preços.

“Não é mais possível conviver com essa situação de alta galopante nos preços dos combustíveis e disparada da inflação provocada pela inércia do governo federal. É possível reduzir o que o brasileiro paga hoje nas bombas de gasolina, diesel, e no gás de cozinha”, afirma o coordenador-geral da Deyvid Bacelar.

#### **Qual a proposta para o desconto?**

O projeto de lei delega ao governo federal a regulamentação de bandas móveis de preços de combustíveis, que deverão servir de base para execução do programa de controle de oscilações.

Na prática, é uma forma de estabelecer limites de variações, definindo a frequência dos reajustes e os mecanismos de compensação.



O programa, na versão atual do texto, contempla apenas a gasolina, o diesel ou e GLP.

Segundo o relator, o sistema é uma espécie de “poupança” para o sistema de amortização dos preços.

Quando os preços estiverem mais baixos do que os valores definidos pelo governo para a banda de preços, por exemplo, a diferença dos recursos será guardada. No caso dos valores estarem acima do limite, a verba guardada poderá ser usada para manter o preço dentro da banda.

O mecanismo para aplicar os descontos e guardar os valores provenientes da banda móvel de preço será definido pelo governo.

Mas os recursos podem ser usados no programa de estabilização, também criado pelo projeto. O objetivo é ter mais uma forma de reduzir a volatilidade de preços e seu desenho também seria feito pelo governo federal durante a sua regulamentação.

Prates entendeu que a criação de um fundo de estabilização, como constava no projeto inicial, só poderia ser feito pelo governo e que, portanto, poderia ser considerado vício de iniciativa do Senado Federal.

### **Imposto marginal sobre exportações de óleo**

Para contribuir com o novo programa, o texto cria um imposto sobre exportação sobre o petróleo bruto, de acordo com o valor de cotação do barril, e dá diretrizes para alíquotas máximas e mínimas que poderão ser escolhidas pelo governo federal.

- Isenção na parcela até US\$ 45;
- Alíquotas de 2,5% a 7,5% entre US\$ 45 e US\$ 85;
- Alíquotas de 7,5% a 12,5% entre US\$ 85 e US\$ 100;
- E 12,5% a 20% para o valor do barril cotado acima de US\$ 100;

A alíquota é marginal, isto é, incide sobre a parcela do valor de óleo. Por exemplo: com o barril a US\$ 60, a incidência é de 2,5% a 7,5% sobre US\$ 15. A parcela até US\$ 45 é isenta.

Além da nova taxa sobre exportações, se aprovado, o programa autoriza o governo federal a utilizar outras fontes:

- Dividendos da Petrobras pagos à União;
- Receitas do óleo, da concessão ou da partilha – royalties, participações especiais e bônus de leilões de petróleo, sem vinculação;
- Resultado positivo apurado no balanço semestral da gestão das reservas cambiais;
- E, extraordinariamente, o superávit financeiro de fontes de livre aplicação no balanço da União.

### **Política de preços e refino**

O projeto também autoriza o governo a adotar alíquotas diferenciadas para empresas que destinem parte da produção de petróleo para o refino no Brasil — o que, por enquanto, beneficiaria a Petrobras e a Acelen, do fundo Mubadala, que assumiu a operação da Refinaria de Mataripe, na Bahia (antiga RLAM).

Para política de preços, o projeto de lei prevê uma regra:

- “Os preços internos praticados por produtores e importadores de derivados do petróleo deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis”.



### E cinco diretrizes:

- Proteção dos interesses do consumidor;
- Redução da vulnerabilidade externa;
- Estímulo à utilização da capacidade instalada das refinarias e à ampliação do parque de refino nacional;
- Modicidade de preços internos;
- Redução da volatilidade de preços internos;

Essa tese não é exclusiva do PT, nem mesmo da oposição ao governo. O próprio presidente Bolsonaro já afirmou, mais de uma vez, que a falta de refinarias no Brasil impede o governo de interferir nos preços dos combustíveis.

Isto é, a ideia é que houvesse capacidade de refino para atender a todo o mercado e não fosse preciso importar nada, seria possível precificar os combustíveis e os custos de produção em reais.

O abastecimento não conta apenas a capacidade total de processamento do petróleo, mas também a demanda por diferentes produtos, logística, o mix de refino e outros fatores.

“A Petrobras alega: ‘se não aumentar o diesel, não vamos importar mais, não vamos importar algo pra vender mais barato’. Então, poderia haver desabastecimento”, disse Bolsonaro no início do ano, quando a inflação já afetava sua popularidade. “[Precisamos] buscar maneiras de termos mais refinarias no Brasil. Sei que demora, mas temos que começar”, defendeu em março.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 07/12/2021*

## COMISSÃO DO SENADO VOTA PROJETO QUE ALTERA POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

*Por epbr - 7 de dezembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter*

**Contato da redação**  
[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)

### em jogo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve votar nesta terça (7) o projeto que taxa exportações de óleo para financiar um programa de controle de preços dos combustíveis no mercado interno.

— Após negociações na bancada do PT, o relator Jean-Paul Prates, do Rio Grande do Norte, chegou a uma proposta de alíquota marginal, que parte de 2,5% e pode chegar a 20% a depender do preço do barril de óleo – incide sobre as parcelas, em faixas de US\$ 45 a US\$ 100 por barril.

— O PL 1472/2021 também inclui diretrizes para políticas de preços e estímulos para o refino de óleo no Brasil. Também limita o programa à subvenção de gasolina, diesel e GLP.

— O setor de petróleo e o governo federal são contra. A votação vinha sendo protelada na CAE e, se aprovado, o projeto ainda precisa passar pelo plenário da casa.

— Para o consumidor, o desconto seria baseado em um sistema de banda móvel de preços, regulado pelo governo, para determinar o uso dos recursos no programa de subvenção.

— “A única coisa que a CAE não poderá fazer é se omitir e deixar de votar. O governo parece que não entende que não há mais condições do povo suportar o gás de cozinha a 10% do salário mínimo, e a gasolina custando R\$ 8, até R\$ 9”, afirmou o presidente da CAE, Otto Alencar (PSD/BA), à Agência Senado.



CVM investiga Petrobras após declarações de Bolsonaro sobre combustíveis A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu nessa segunda (6/12) processo administrativo envolvendo a Petrobras, após o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), declarar, no domingo (5/12), que a estatal anunciaria redução dos preços dos combustíveis até o fim de dezembro, informa o Estadão.

— O processo trata da supervisão de notícias, fatos relevantes e comunicados e foi iniciado pela Gerência de Acompanhamento de Empresas 1 (GEA-1) da autarquia, que deve analisar os fatos recentes envolvendo a companhia.

— O anúncio de Bolsonaro fez com que a Petrobras informasse que “ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes”.

— Bolsonaro negou que tivesse informação privilegiada. “Precisa ter bola de cristal para saber que tem que diminuir o preço da gasolina, caindo o (petróleo) Brent? Caiu acho que US\$ 10. Eu falei isso aí, pronto: ‘informação privilegiada’”, disse a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

— O Brent caiu da casa dos US\$ 80 por barril no fim de novembro e vem oscilando em torno dos US\$ 70 (R\$ 397) por barril. O mercado espera repasse na queda da cotação internacional do petróleo. Folha de S. Paulo

— Não é a primeira vez que a petroleira é investigada após declarações de Bolsonaro. No final de outubro, a CVM abriu processo administrativo sobre o reajuste dos preços, após o presidente declarar que os combustíveis deveriam subir devido à alta recente do petróleo. A companhia divulgou o reajuste no dia seguinte.

— E no início de novembro, abriu processo administrativo depois que o presidente declarou que pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, um estudo sobre a privatização da Petrobras.

Petrobras vai perfurar na margem equatorial em 2022 A Petrobras se prepara para perfurar no próximo ano seu primeiro de 14 poços planejados para as águas profundas da margem equatorial brasileira. Foi o que garantiu o gerente-executivo de Reservatórios Tiago Homem, no WPC, em Houston, informa a Reuters.

— A empresa planeja investir US\$ 2 bilhões em exploração na margem equatorial até 2026. E prevê um investimento global de US\$ 2,5 bilhões em atividades sísmicas no mesmo período.

3R registra recorde de produção de óleo em Macau A 3R Petroleum registrou produção média diária consolidada em novembro de 7.907 barris de óleo equivalente, ante 6.666 boepd registrados em outubro. A companhia ainda informou que atingiu a maior produção de óleo desde que assumiu o Polo Macau (RN), em maio de 2020, e a maior produção registrada neste polo desde julho de 2017. O polo registrou produção de 5.279 barris de petróleo por dia no mês passado.

— Os dados de produção referem-se aos polos Macau, Areia Branca, Rio Ventura e à participação de 35% em Pescada, este último operado pela Petrobras.

PetroReconcavo assume Polo Miranga A PetroReconcavo assume nesta terça (7/12) a operação do Polo Miranga, na Bacia do Recôncavo, na Bahia. A conclusão da compra dos ativos da Petrobras ocorreu nessa segunda (6/12).

— O valor total da operação é de US\$ 220,1 milhões. A PetroReconcavo pagou ontem R\$ 268,7 milhões, equivalentes a US\$ 47,7 milhões. O montante se soma aos US\$ 11 milhões pagos à Petrobras na assinatura do contrato de compra e venda.



— A Petrobras ainda receberá US\$ 80,1 milhões, a serem pagos em até 36 meses; e até US\$ 85 milhões de pagamentos relacionados a preços futuros do petróleo.

— O Polo Miranga é formado por nove campos terrestres: Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuipe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana.

— Sua produção média em 2021 foi de cerca de 691 barris de óleo por dia (bpd) e 362,3 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural. A Petrobras era operadora das áreas, com 100% de participação.

— Em dezembro de 2020, a PetroReconcavo fechou com a Petrobras a compra do Polo Remanso, também na Bacia do Recôncavo.

A Petro Rio fechou o mês de novembro com produção total de 31.235 barris de óleo equivalente por dia (boepd), segundo dados preliminares não auditados divulgados pela empresa nessa segunda (6/12). O volume é um pouco menor que os 31.480 boepd registrados em outubro.

— A PetroRio ainda comprou opções de venda (PUT) de Brent como hedge para se proteger das oscilações de preço. O volume total remanescente é de cerca de 3,4 milhões de barris a um strike médio de US\$ 72,75 por barril. O volume corresponde a 100% dos offtakes precificados em janeiro e 50% dos planejados entre fevereiro e abril.

Data Contrato	Tipo	Qtd Barris	Strike (US\$)	Offtake	Vencimento
29-out-21	Compra - Put	1.860.000	74,00	dezembro-21	janeiro-22
29-out-21	Compra - Put	483.000	73,00	janeiro-22	fevereiro-22
29-out-21	Compra - Put	527.000	72,00	fevereiro-22	março-22
29-out-21	Compra - Put	503.000	72,00	março-22	abril-22

Petróleo sobe quase 5% Os preços do petróleo subiram quase 5% nessa segunda (6/12), com a expectativa de que a variante Ômicron do coronavírus tenha menor impacto econômico e alguns países da Opep sinalizassem confiança no mercado.

— O Brent subiu 4,6%, para US\$ 73,08 o barril, e o WTI avançou 4,9%, para US\$ 69,49 o barril. Na semana passada, ambos caíram pela sexta semana consecutiva. Reuters

CCEE quer certificar energia para hidrogênio verde A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) planeja criar uma certificação para assegurar a origem da energia elétrica para produção de hidrogênio verde no Brasil. A câmara quer atestar se a energia usada é de fato oriunda de fontes limpas, como eólicas e solares. Somente assim o hidrogênio é considerado verde.

— A CCEE poderá avaliar diversos atributos para assegurar a origem dessa energia, permitindo que os compradores tenham a opção de selecionar o insumo certificado com menor custo para a produção do hidrogênio.

— A câmara tem experiência em atestar o uso de energia limpa no país. Um exemplo é o Selo Energia Verde, primeira certificação focada na energia produzida a partir do bagaço da cana, concedida em parceria com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

— A CCEE ainda atua no programa REC Brazil, para rastrear fontes e os atributos ambientais, iniciativa coordenada pelo Instituto Totum, com apoio da Abraceel, da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel) e Associação Brasileira do Biogás (ABiogás).

Furnas inaugura planta de hidrogênio verde Furnas vai inaugurar nesta quarta (8/12), na hidrelétrica de Itumbiara, em Goiás, sua primeira planta para produção de hidrogênio verde. O investimento no projeto de pesquisa é de quase R\$ 45 milhões, aprovado pela Aneel.

— O objetivo, segundo a empresa, é estudar o armazenamento e a inserção de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), a partir da produção do combustível renovável.

— Furnas instalou painéis solares fotovoltaicos em terra e sobre estruturas flutuantes no reservatório da usina, com um total de 1 MW de potência (200 kW nos painéis flutuantes). A energia será usada em um eletrolisador para fabricação de hidrogênio que ficará armazenado no local, para uso em células a combustível.



Petrobras vende UTEs Camaçari A Petrobras concluiu a venda das UTEs Polo Camaçari, a óleo combustível, localizadas em Camaçari, na Bahia, para a São Francisco Energia S.A., subsidiária da Global Participações em Energia S.A. (GPE). A operação foi concluída com o pagamento de R\$ 61 milhões à Petrobras.

— As UTEs Polo Camaçari englobam as usinas Arembepe, Bahia 1 e Muricy, com potência total instalada de 329 MW. Operam com óleo combustível e têm contratos no ambiente regulado com vigência até dezembro de 2023 para as UTEs Arembepe e Muricy e até dezembro de 2025 para a UTE Bahia 1.

Energisa anuncia investimentos de R\$ 29,5 bilhões até 2026 A Energisa anunciou nessa segunda (6/12) que pretende ampliar suas atividades não relacionadas aos negócios regulados de distribuição de energia. Até 2026 serão investidos cerca de R\$ 29,5 bilhões, o que representa 1,6 vezes o volume de aportes de 2017 até este ano.

— A previsão é de que o segmento de distribuição responda por 53% dos investimentos, enquanto geração, transmissão e outros negócios alcance 47%.

— Hoje, cerca de 92% do Ebitda recorrente da Energisa se referem à distribuição. Para os próximos cinco anos, a empresa prevê uma participação entre 75% e 80% em distribuição e 25% a 20% em outros negócios. O crescimento no segmento de geração distribuída vai quintuplicar a base de clientes nos próximos três anos.

— A companhia anunciou o seu novo foco na expansão da geração renovável de grande porte centralizada. Serão implementados 1.200 MW em usinas solares e eólicas, com o desenvolvimento de projetos próprios ou aquisição de projetos prontos para construção. A energia deve ser comercializada no mercado livre.

— A Energisa também está atenta à cadeia do gás natural. O interesse se estende à produção de biogás, para geração de energia elétrica, e de biometano, como substitutos para o gás natural.



Eólica registra expansão recorde no Brasil Até novembro, a expansão da capacidade instalada de fonte eólica no Brasil chegou a 3 mil MW em 2021. Segundo a Aneel, é o maior incremento da fonte desde 2014, quando cresceu 2.786 MW.

— Com 20,1 GW de potência instalada, as usinas eólicas respondem por 11,11% da matriz energética brasileira. A fonte também representa pouco mais de 40% dos empreendimentos em construção de geração de energia.

**Fonte:** Agência EPBR de Notícias

**Data:** 07/12/2021

## **POR QUE GOVERNOS AO REDOR DO MUNDO ESTÃO REDUZINDO A MISTURA DE BIODIESEL?**

*Por Nayara Machado - 7 de dezembro de 2021 - Em Biocombustíveis, Diálogos da Transição, Política energética*

**Editada por Nayara Machado**  
[nayara.machado@epbr.com.br](mailto:nayara.machado@epbr.com.br)

A recente decisão do governo de Jair Bolsonaro de manter a mistura obrigatória de biodiesel no diesel em 10% (B10) até o final de 2022 – abaixo dos 13% até março e 14% a partir de então, como previsto em resolução do CNPE – vem causando um embate entre governo e indústria.

De um lado, o Ministério de Minas e Energia (MME) justifica a decisão como de interesse do consumidor, uma tentativa de frear os aumentos no preço do diesel, cujos impactos são significativos na inflação.

De outro, setor produtivo alega que a medida não consegue resolver a alta de preços no diesel B, e provoca prejuízos maiores e com diversos alcances: no processamento interno da soja, no preço da ração animal, nas emissões de gases de efeito estufa e até na qualidade do ar.

### **Mas a medida não é um caso isolado do Brasil**

Relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) mostra uma tendência na redução do combustível produzido a partir da esterificação de óleos vegetais por dois motivos principais: custo de matéria-prima e disputa com o diesel renovável, cuja demanda deve triplicar até 2026.

No caso do diesel renovável, políticas dos Estados Unidos e da Europa estão impondo limites a algumas matérias-primas para biocombustíveis, e dando preferência à rota a partir de resíduos.

Além disso, o diesel verde, também conhecido como HVO, pode ser misturado em percentuais mais elevados do que o biodiesel.

O custo da matéria-prima tem sido outro fator determinante. Na América Latina, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai precisaram recuar na política para o biocombustível devido à pressão do custo do óleo de soja sobre o preço final do combustível.

A seguir, um panorama das políticas de biodiesel na AL e principais mercados:

### **Argentina: mandato pela metade, exportações em alta**

Em agosto deste ano, o mandato de mistura foi reduzido pela metade para 5%, e a indústria agora depende do crescimento das exportações para sobreviver. Tradicionalmente, o mercado externo é o principal impulsionador da indústria argentina de biodiesel desde seu início, em 2008.

Em outubro, as exportações aumentaram para 133,8 mil toneladas, um aumento mensal de 78% de acordo com os dados mais recentes da agência de navegação Bluestar



As exportações acumuladas alcançaram 1,06 milhão de toneladas, em comparação com 597 mil toneladas no mesmo período do ano passado. Todas as exportações foram destinadas à Holanda. A Platts Analytics prevê que as exportações em 2021 atinjam 1,3 milhão de toneladas e permaneçam em um volume semelhante em 2022, de 1,2 milhão de toneladas, quando o consumo doméstico deverá melhorar ligeiramente.

### **Uruguai: mistura extinta**

Uma lei sobre Agrocombustíveis, aprovada em 2007, estabelecia a mistura mínima de 5% de biodiesel no diesel. O biocombustível é produzido pela ALUR (Alcoholes del Uruguay), utilizando cereais, soja e colza, e a obrigação de fazer a mistura com o diesel ficava a cargo da estatal Ancap.

Recentemente, através do projeto de lei Rendición de Cuentas, o governo local decidiu eliminar o mandato com o objetivo de reduzir os preços finais do diesel para os consumidores.

Dado o pequeno tamanho do país, uma taxa de mistura de 5% de biodiesel equivale a menos de 50 milhões de litros dos biocombustíveis, estima a Platts Analytics.

### **Paraguai: 2% não cumpridos**

O mandato de biodiesel do Paraguai atualmente é de 2%, mas não é cumprido.

De acordo com os analistas da S&P Global Platts Analytics, já houve várias discussões sobre a possibilidade de aumentar para 5%, mas os altos preços locais do biocombustível e a necessidade de importação desencorajam o avanço.

Apesar disso, o Paraguai assumiu uma posição pioneira na região com a construção de uma grande usina de diesel renovável/SAF, a Omega Green, do investidor brasileiro ECB Group.

Será a primeira fábrica de diesel renovável na América Latina e estará entre as maiores fábricas do mundo, com cerca de 900 mil toneladas de capacidade.

As operações estão previstas para começar em 2025. Objetivo é exportar a produção para Europa e EUA.

### **Estados Unidos: EPA deve apresentar novas cotas esta semana**

Maior produtor e consumidor de biodiesel do mundo, os EUA aguardam a proposta do governo de Joe Biden para as cotas para a mistura de biocombustíveis na gasolina e no diesel, mas as expectativas não são muito animadoras.

A Agência de Proteção Ambiental deve propor, ainda esta semana, uma redução na quantidade de biocombustíveis que os refinadores de petróleo devem misturar aos combustíveis, mudando as metas pré-pandemia, segundo fontes consultadas pela Reuters.

Novamente, o motivo é o preço. Refinadores de petróleo dizem que os mandatos são muito caros. Além disso, a pandemia prejudicou o cumprimento das cotas para 2021, que dificilmente serão alcançadas antes do próximo ano.

De acordo com a Bloomberg, as exigências provavelmente se aproximarão do consumo real de biocombustíveis, ao invés de metas mais agressivas que poderiam impulsionar a demanda. Isso seria um golpe para os produtores de etanol de milho e biodiesel de soja que pressionam por aumentos, dizem analistas.

### **Indonésia: subsídio segura o B30**

A Indonésia é o segundo maior produtor de biodiesel à base de biomassa e tem um dos maiores mandatos de mistura de biodiesel do mundo. O B30 (30% de biodiesel à base de palma) foi lançado em janeiro de 2020.

A política é financiada por um fundo que cobra taxas de exportação sobre produtos de óleo de palma para subsidiar o B30 quando os preços do biodiesel são mais elevados do que os do diesel. De acordo com a S&P Global Platts Analytics, esses fundos foram essenciais para manter o B30 ao longo de 2020 e 2021, uma vez que os preços do biodiesel no sudeste asiático ultrapassaram em muito o diesel nos últimos dois anos.

Os preços altos forçaram a Indonésia a adiar seu B40 (30% biodiesel + 10% de diesel renovável). A meta era começar a valer em julho de 2021, foi adiada para janeiro de 2022 e agora o horizonte é 2025.

### **Tailândia: suspensão temporária**

Em 24 de novembro, o Comitê de Administração de Política Energética (EPAC) da Tailândia anunciou a suspensão temporária das vendas de B10 e B20 entre dezembro de 2021 e março de 2022.

### **A decisão foi tomada devido ao aumento dos preços do biodiesel.**

Dados da Platts mostram que em novembro, os preços do biodiesel tailandês aumentaram 8,8% para US\$ 1.429,42/m<sup>3</sup>. Os aumentos mensais têm sido progressivos desde agosto de 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 07/12/2021



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS NÃO ESTÁ NA LISTA ‘PELO MENOS NESTE PRIMEIRO GOVERNO’, DIZ GUEDES**

Venda de estatais será assunto da campanha presidencial, afirma ministro

Por *Manoel Ventura*



**O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia**

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que a privatização da Petrobras não está na “lista” de empresas que devem ser vendidas, “pelo menos neste primeiro governo”, nas palavras dele.

A venda da estatal de petróleo nunca chegou a ser anunciada oficialmente, mas nos últimos meses o próprio presidente Jair Bolsonaro citou essa possibilidade como resposta ao aumento do preço dos combustíveis.

— Sobre a privatização da Petrobras, todo mundo sabe que eu defendo a privatização de todas as companhias. Mas a Petrobras não está na lista pelo menos neste primeiro governo — disse, durante evento do setor financeiro, lembrando que Bolsonaro o proibiu de vender a Petrobras, mas permitiu a privatização dos Correios e da Eletrobras.

O ministro disse também que as privatizações serão assuntos da campanha presidencial do próximo ano, em que Bolsonaro concorre à reeleição.

— Acho que isso será um assunto na campanha, e todo mundo sabe onde eu estarei na campanha — afirmou.

Guedes defendeu mais uma vez levar a empresa para o Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Esse modelo de negociação de ações exige mais governança e unifica os papéis. Hoje, a Petrobras tem ações ordinárias (com direito a voto e maioria do governo) preferenciais (sem direito a voto e com 30% do governo).

Ao levar a empresa para esse segmento da B3, Guedes avalia que a estatal ganhará valor, dinheiro que pode ser distribuído por meio do programa social do governo e para reduzir a dívida pública.

— Disse para o presidente outro dia: “Devemos ir para o Novo Mercado com a Petrobras”. Se anunciarmos que vamos para o Novo Mercados, o valor da companhia vai aumentar substancialmente — disse.

O ministro também sugeriu uma divisão dos recursos.

— Com esses recursos, 75% abatemos dívida, e os resto distribuímos para a população.

O discurso do ministro já está sendo direcionado para a campanha presidencial e para a possibilidade de um segundo mandato de Bolsonaro. No evento desta terça, Guedes afirmou que haverá muito barulho político e “fake news de um lado e de outro” durante as eleições. Disse acreditar que Bolsonaro manterá sua “ideologia liberal” e fez promessas:

— Vamos continuar abrindo a economia e fazendo privatizações.

Em décadas na Câmara, Bolsonaro nunca esteve alinhado a uma agenda liberal. Votou, por exemplo, contra o Plano Real e contra a quebra do monopólio da Petrobras. O discurso liberal de Bolsonaro só ganhou corpo na campanha presidencial de 2018, em que Guedes foi seu consultor econômico.

Para 2022, o ministro da Economia disse que haverá uma “abrupta” desaceleração do crescimento, por conta da inflação.

— Não estou vendendo ilusões, será um ano difícil, porque estamos enfrentando a inflação.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 07/12/2021*

## GOVERNO DESCARTA PASSAPORTE DE VACINA E DECIDE EXIGIR ISOLAMENTO DE 5 DIAS PARA VIAJANTES NÃO VACINADOS

Medida foi anunciada por ministros. Na esteira de Bolsonaro, Queiroga criticou passaporte de vacina

*Por Melissa Duarte*



**Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro**  
**Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo**

BRASÍLIA — O governo federal descartou a adoção do passaporte de vacina e anunciou que tomará medidas para reabrir as fronteiras com outros países. Além disso, também irá requerer isolamento de cinco dias para viajantes não vacinados e teste de RT-PCR, padrão-ouro para detectar a Covid-19. As declarações foram dadas em pronunciamento à



imprensa, que não foi aberto a perguntas, no Palácio do Planalto nesta terça-feira.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, antecipou ao GLOBO que uma portaria interministerial será publicada no Diário oficial da união (DOU) em breve e que quem está está com o ciclo de imunização, com qualquer uma vacinas aprovadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), está liberado de cumprir quarentena.

Na linha do que prega o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, defendeu o combate à pandemia junto a medidas econômicas. Além disso, criticou a comprovação de vacinação:

— Esse binômio (saúde e economia) é indissociável — disse o cardiologista. — Esse enfrentamento da pandemia não diz respeito apenas a um chamado passaporte (de vacina), que mais discórdia do que consenso cria. É necessário defender as liberdades individuais, respeitar os direitos dos brasileiros de acessarem livremente as políticas públicas de saúde. É melhor perder a vida do que a liberdade.

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, justificou a decisão sobre as fronteiras com base no avanço da vacinação, na economia e nas relações diplomáticas. Não se sabe ainda, no entanto, quais fronteiras serão reabertas e em que data.

— Nós vamos anunciar uma série de medidas para reabertura de nossas fronteiras neste momento em que nosso país se encontra com toda a nossa população acima de 14 anos vacinada com as duas doses, a pandemia indo para os melhores índices do mundo em relação ao seu controle, mas nós temos que tomar algumas atitudes para a reabertura das nossas fronteiras por conta da nossa retomada econômica.

Ciro, no entanto, citou informações errôneas ao fazer a declaração. Dados do consórcio de imprensa do qual O GLOBO faz parte mostram que 159.618.843 pessoas a partir de 12 anos receberam a primeira dose da vacina até a última segunda-feira, o equivalente a 74,83% da população. Já 137.095.914 pessoas (64,27%) completaram o ciclo de imunização, seja com as duas doses, seja com a vacina em dose única.

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Bruno Bianco, que também participou, endossou os posicionamentos.

Sem a participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o anúncio vem um dia após o governo cancelar a reunião interministerial, da qual participariam as pastas da Saúde, da Casa Civil, da infraestrutura e da Justiça e Segurança Pública, além do próprio órgão regulatório. O motivo não foi divulgado.

Foi a Anvisa quem traçou recomendações, em duas notas técnicas publicadas no final de novembro, para barrar a disseminação da variante Ômicron no Brasil. A agência recomendou a adoção do passaporte de vacina para viajantes que entrassem no Brasil e o fechamento de fronteiras para países africanos onde a cepa já havia sido detectada.

— Naturalmente, o posicionamento da Anvisa é de órgão regulatório que pode ser acatado ou não na sua totalidade pelo governo e é por isso que existe esse grupo interministerial — continuou o ministro da Saúde.

Nessa questão, a agência tem papel de assessoramento. A decisão final é do grupo de ministérios, coordenado pela Casa Civil. Bolsonaro, que diz não ter se vacinado, já deu reiteradas declarações contra o passaporte vacinal e a eficácia dos imunizantes.



Na última segunda, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas para que o governo explique por que não exige a comprovação de vacinação. O magistrado atendeu a pedido da Rede Sustentabilidade.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 07/12/2021*

## **GOVERNO ASSINA CONTRATOS COM EMPRESAS, QUE PODERÃO COMEÇAR A OFERTAR O 5G**

Claro, Tim e Vivo dominaram leilão realizado em novembro  
*Por Manoel Ventura, Dimitrius Dantas e Daniel Gullino*

BRASÍLIA — O governo federal assinou nesta terça-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, os contratos com as empresas vencedoras do leilão do 5G.

Com a formalização do resultado do leilão, as operadoras poderão começar a ofertar a quinta geração de redes móveis a partir de agora. Até junho do próximo ano, todas as capitais do país deverão ter a tecnologia.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o leilão movimentou R\$ 47,2 bilhões, entre pagamentos ao Tesouro e investimentos obrigatórios.

A licitação, realizada no início de novembro, foi marcada pelo domínio das três maiores empresas de telecomunicações do país (Claro, Tim e Vivo) e entrada de novas companhias para oferecer redes móveis de forma regional.

Os presidentes das três empresas, que dominam o setor no Brasil, porém, não foram ao evento no Palácio do Planalto.

Além de Claro, Tim e Vivo, sete empresas assinaram contratos com o governo. Com os contratos assinados, as empresas podem usar as chamadas faixas de frequência, que são como avenidas por onde trafegam os dados da internet, e oferecer os serviços aos seus clientes.

A duração dos contratos varia conforme a frequência assinada, mas têm em maioria 20 anos.

— É o maior leilão de rádio frequências já feito no mundo. Esse leilão não teve nenhuma ação judicial. O Brasil vai ter R\$ 42 bilhões para investir — disse o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

A assinatura dos contratos também marca o início da obrigação das empresas vencedoras em realizar investimentos. A decisão de criar investimentos obrigatórios é uma forma de o governo garantir que a tecnologia vai chegar a locais onde não há atratividade econômica.

Além da obrigação de levar o 5G para localidades com menos interesse econômico, as empresas devem levar o 4G para rodovias federais, colocar internet nas escolas públicas e montar uma rede privativa para o governo federal. As exigências variam conforme a frequência arrematada pela empresa no leilão.

### **Casa da Moeda oficialmente fora da lista de privatizações**

O governo federal excluiu oficialmente a Casa da Moeda do Programa Nacional de Desestatização (PND) e do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A decisão, que havia sido tomada em agosto, foi publicada no "Diário Oficial da União" desta terça-feira e é assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em 2017, durante a gestão de Michel Temer, o governo anunciou que iria privatizar a Casa da Moeda. Em 2019, já no governo Bolsonaro, o órgão foi incluído no programa de privatizações. Pouco depois, o próprio presidente descartou o plano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/12/2021

## PACHECO AFIRMA QUE SENADO VOTARÁ PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DE FOLHA NA QUINTA-FEIRA

Proposta é considerada crucial para a manutenção de seis milhões de empregos

Por *Julia Lindner e Fernanda Trisotto*



**Após convenção do PSD, Pacheco deu pontapé em pré-candidatura à presidência em 2022** Foto: ADRIANO MACHADO / Reuters

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira que colocará para votar, na quinta-feira, o projeto de lei que prorroga por mais dois anos a desoneração da folha de pagamento. A medida é considerada essencial para a manutenção de seis milhões de empregos e para a retomada econômica e perderia a validade em 31 de dezembro.

— Ficou decidido, considerando tratar-se de tema já aprovado na Câmara e já conhecido no Congresso, da inclusão na pauta do Senado da próxima quinta-feira. A desoneração entra nesta semana no Senado — disse Pacheco.

Pacheco e o senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB), confirmado como relator do processo, se reuniram com representantes dos 17 setores nesta terça-feira.

O presidente do Congresso afirmou que por se tratar de um assunto que já foi amplamente discutido nas duas Casas é possível apostar em uma tramitação célere, diretamente no plenário e com a possibilidade de aprovação na própria quinta.

— O projeto é importante porque alcança setores com alto índice de empregabilidade, daí a razão de seu mérito. Acredito na colaboração, se não unânime, da maioria dos senadores — afirmou Pacheco.

Relator da matéria, Veneziano afirmou que deve entregar um parecer ainda na quarta-feira para a apreciação dos colegas senadores. Sua preocupação é com o prazo: quer que haja tempo hábil para a aprovação e sanção do texto até o final deste ano.

— É um tema altamente sensível e dificilmente haveria ou haverá quem desconheça a importância de sua prorrogação. São com essas motivações que eu quero crer é que até quinta-feira nós conseguimos votar esse projeto de lei — afirmou.

A desoneração da folha, que estava prevista para acabar no fim deste ano, permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

Entre os 17 setores da economia que podem aderir a esse modelo estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário. Eles empregam diretamente 6 milhões de pessoas.



Na visão do professor da USP José Pastore, esses setores são intensivos de mão de obra e precisam dessa substituição da tributação da folha neste momento:

— Se você acabar abruptamente com a desoneração, seria um solavanco muito grande para esses setores e eles certamente tomariam decisões desagradáveis.

Para ele, a prorrogação até 2023 dá tempo para o governo avaliar como pode estender o benefício para todos os setores, promovendo uma ampla desoneração da folha.

### **Representantes dos setores reforçam importância da desoneração**

Representantes de alguns dos setores que serão contemplados com a manutenção da desoneração da folha de pagamento foram até o Senado para conversar com os parlamentares sobre a importância da proposta.

Para Vivien Suruagy, presidente da Feninfra (federação que representa call centers e redes de instalação e manutenção de telecomunicações e informática), a manutenção da desoneração da folha é fundamental para a preservação e geração de empregos.

— A desoneração significou incentivo a investimentos e a empregabilidade. Somente em nosso setor a previsão, com desoneração, é de contratação de 970 mil trabalhadores em cinco anos. Sem desoneração, é demissão em massa de 490 mil trabalhadores em dois anos – afirmou.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, diz que a desoneração, da forma como foi concebida em 2011, é inteligente porque ao substituir a tributação da folha de pagamentos pelo faturamento, consegue fazer com que as empresas colaborem mais a medida em que saem da crise.

O setor de máquinas e equipamentos conseguiu ampliar em 14% o número de empregados neste ano, em função da desoneração da folha.

— O setor está nesse regime desde 2011. O que acontece é que para nós esse já é o regime normal. Uma mudança de regime nesse momento, depois de uma crise importante e agora com nova crise, é importante que a gente mantenha previsibilidade.

Para Fernando Valente Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), outra vantagem da desoneração da folha é modular o fluxo de caixa das empresas e contribuir para a manutenção dos empregos. Nos últimos 12 meses, o setor gerou 80 mil postos de trabalho formal e há expectativa de crescimento em torno de 15% nos próximos anos – só no ano que vem, a projeção é de criação de 10 a 15 mil novos postos.

—O texto aprovado na câmara atende perfeitamente às condições que estamos vivendo. Evidentemente temos que pensar em uma solução estrutural mais para frente para toda a economia.

Empregando mais de 500 mil pessoas diretamente e 4 milhões na cadeia indireta, Ricardo João Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), alerta para o risco da reoneração:

— É necessário que isso seja aprovado em tempo hábil para que não tenhamos que, a partir de janeiro, aumentar o preço dos produtos.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 07/12/2021**

### PROJETO PARA CONTER ALTA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS AVANÇA NO SENADO

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprova relatório da proposta que altera política de preços

*Por Adriana Mendes*

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira a criação do programa de estabilização dos preços de combustíveis, que visa conter a alta de preços no mercado. A proposta altera a política de preço e cria um imposto de exportação sobre petróleo. A matéria segue agora para análise do plenário da Casa.

O projeto de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE) cria diretrizes e referências para a política de preços de derivados, levando em consideração não apenas os preços internacionais, mas também os custos internos de produção. Nesta terça-feira, o relator Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou uma complementação do relatório lido na semana passada, acatando parcialmente três emendas apresentadas pelos senadores.

O projeto cria um sistema de bandas como ferramenta de estabilização, custeado pela criação de imposto de exportação sobre o petróleo bruto. Também são criadas fontes adicionais de receitas com dividendos da Petrobras devidos à União e participações governamentais, resultantes tanto do regime de concessão quanto do regime de partilha de produção.

Jean Paul Prates, que é líder da Minoria do Senado, justificou que a matéria está assentada um tripé, com estabelecimento de uma política de preços, criação de um mecanismo de bandas para amortecimento da volatilidade temporária dos preços e apresentação de fontes de recursos aptas a suplementar extraordinariamente. A principal “celeuma” do projeto é a criação de um imposto de exportação.

O relator alterou o relatório inicial e estabeleceu na proposta uma alíquota mínima de 0% para petróleo bruto, até que o valor do barril de petróleo bruto atinja US \$45. Aplica-se uma alíquota mínima de 2,5% e de no máximo 7,5% quando o petróleo bruto estiver acima de US\$ 45 e abaixo de US\$ 85. Caso o barril seja negociado entre US \$80 e US \$100, a proposta é aplicar uma alíquota mínima de 7,5 e 12,5%. Acima de US \$100, o valor mínimo será de 12,5% e máximo de 20%.

Na sessão, o relator destacou que o relatório é resultado de um “exercício de conciliação”, não apenas política, como também econômica e estrutural.

— Não é a solução ideal volto a dizer, porém é a solução possível diante os impasses que temos hoje de natureza mais orgânica do processo de análise da política setorial de petróleo e gás do país— afirmou o relator.

Senadores criticaram a política de preço que vem sendo adotada pela estatal, a chamada Política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que vincula o preço do petróleo ao mercado internacional.

— Temos que aprovar (o projeto), no mínimo, para dizer que não fomos omissos. Vamos ampliar essa fonte de recursos para evitar essa desgraceira. Quem quiser que aprimore — disse o senador Espiridião Amin (PP-SC).

Os senadores Zequinha Marinho (PSC-PA) e Carlos Portilho (PL- RJ) defenderam a realização de uma nova audiência pública para debater o tema com a participação do governo. O senador Jaques Wagner (PT—BA) sugeriu que seja feita uma audiência em plenário, o que foi acatado pelos parlamentares governistas.



— Rapidez no processo legislativo não é sinônimo de boa coisa, ao contrário, muitas vezes é sinal de coisa ruim — ponderou o petista, propondo também convidar o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna.

Em audiência pública no Senado em novembro, o presidente da Petrobras se posicionou contra a proposta de criação de imposto de exportação de petróleo cru.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 07/12/2021*

### **ELETOBRAS: PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO ENVIADO PELO GOVERNO AO TCU É INCOMPLETO E TEM FALHAS, DIZ PROCURADOR**

Rodrigo Lim afirma que o ministério e a Aneel encaminharam texto com omissões, sem incorporar, como manda a lei, contribuições de consulta pública

*Por Ivan Martínez-Vargas*

SÃO PAULO - Um parecer do Ministério Público de Contas da União entregue ao relator da privatização da Eletrobras no TCU, Aroldo Cedraz, aponta falhas e omissões do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no processo de desestatização.

O documento, assinado pelo procurador Rodrigo de Lima, afirma que o ministério e a Aneel encaminharam o processo incompleto, sem incorporar, como manda a lei, contribuições de consulta pública sobre o tema.

“Causa espécie que o Tribunal tenha sido acionado mediante a oferta de documentação patentemente incompleta (...). A jurisprudência do TCU é clara ao rechaçar a submissão prematura de estudos relativos a desestatizações”, diz o parecer.

O MP ainda questiona o uso supostamente irregular de um recurso de R\$ 5 bilhões em ano eleitoral. O montante, solicitado pela Aneel e pela EPE, é para mitigar perdas com o aumento dos custos de energia que virão com a migração de 22 contratos de usinas hidrelétricas do modelo de cotas para preços de mercado.

O projeto de privatização da Eletrobras prevê que esses contratos de usinas deixem gradativamente o regime de cotas, implementado desde 2012 no governo da então presidente Dilma Rousseff.

À época, o governo determinou que hidrelétricas antigas, cujos investimentos já haviam sido totalmente amortizados, cobrassem um valor residual pela energia fornecida.

Com a chamada descotização, o preço cobrado das distribuidoras e dos consumidores mais do que duplicaria, segundo o advogado David Waltenberg, sócio do escritório Siqueira Castro.

Para evitar o choque de preços, o projeto de lei da privatização da Eletrobras estipulou que a mudança seja gradativa a partir de 2023 e autorizou uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, um fundo que banca as ações do setor elétrico) para mitigar os impactos da alta de preços.

O MP questiona o uso de R\$ 5 bilhões da CDE já em 2022, ano eleitoral, quando não haverá impacto relevante da descotização na tarifa.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 07/12/2021*



## **ELETROBRAS: TCU MARCA 1ª ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO. ENTENDA POR QUE GOVERNO CORRE CONTRA O TEMPO PARA VENDER A ÉSTATAL**

Tribunal analisa repasse dos recursos para reduzir conta de luz e recuperar bacias hidrográficas  
*Por Manoel Ventura*

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) pautou para esta quarta-feira a primeira análise sobre o plano de privatização da Eletrobras.

O governo corre contra o tempo para ter o aval da corte e conseguir fazer a operação até maio do próximo ano, prazo definido pelo Executivo como limite para a venda da estatal, de acordo com fontes da Esplanada dos Ministérios.

Seria a mais importante privatização da gestão Jair Bolsonaro, que conseguiu se desfazer de poucas empresas estatais, uma das principais promessas do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Há uma resistência de integrantes do tribunal em analisar o processo dentro dos prazos planejados pelo governo, o que pode inviabilizar a privatização no próximo ano. Essa resistência, porém, não é unânime e, neste momento, a tendência é de a privatização avançar na corte. Ainda haverá uma segunda análise sobre o assunto, que só deve ser pautada para janeiro ou fevereiro.

### **TCU fará outras análises**

O tribunal vai julgar impactos setoriais, para o consumidor e para a União da privatização. Na prática, será avaliado o bônus de outorga que a Eletrobras precisará pagar ao governo pela renovação dos contratos de usinas hidrelétricas.

Esse bônus será repassado para o Tesouro Nacional (R\$ 23 bilhões); para diminuir o repasse da alta de custo de energia nas contas de luz (R\$ 30 bilhões); e para a recuperação de bacias hidrográficas.

Sem a operação, não haveria recursos para o governo derrubar o aumento previsto para as tarifas de energia no próximo ano, na casa de 20%. A intenção é transferir parte da arrecadação para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é abastecida com recursos das contas de luz.

Sem necessidade de aportes dos consumidores no fundo, as tarifas podem subir menos.

A privatização da Eletrobras também prevê que a empresa faça aportes de cerca de R\$ 8 bilhões para revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, de rios que passam por Minas Gerais e Goiás, e recursos para a geração de energia na Amazônia.

Essas são demandas antigas de políticos que só serão efetivadas com a capitalização da empresa.

A análise de quarta-feira, porém, não é conclusiva. Mesmo que o tribunal dê aval a essa etapa, ainda há detalhes que precisam ser votados pelos ministros do TCU. Até fevereiro, o tribunal vai analisar a privatização em si. Só com essas duas autorizações é que será possível seguir com a capitalização.

Um despacho do ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, ao qual o GLOBO teve acesso, informa que o corpo técnico da instituição identificou uma precificação errada que apontaria para uma subavaliação de ativos, em suas contas, de R\$ 16,2 bilhões.

Desse total, R\$ 5,6 bilhões já foram reconhecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que se comprometeu a promover as devidas correções nesta parcela.



Além disso, o despacho pede mais informações sobre o aporte de recursos pela Eletrobras à CDE. Cedraz ressaltou que o tempo de tramitação do processo no TCU não está inviabilizando o cronograma do governo federal para fazer a desestatização da Eletrobras.

O modelo da privatização prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após uma oferta de ações que não será acompanhada pela União.

Caso a oferta primária não seja suficiente para reduzir a participação direta e indireta da União para 45% ou menos do capital votante, poderá ser feita uma suplementação da oferta com a venda também de ações da própria União (oferta secundária).

A União deve continuar como principal acionista, mas sem controle.

O governo trabalha para que seja possível lançar as ações até o dia 13 de maio. Depois disso, a avaliação é que ficará difícil privatizar a empresa no segundo semestre, em plena campanha eleitoral. Por isso, corre contra o tempo para conseguir o aval definitivo do TCU.

### Processo é lento

Técnicos envolvidos no projeto temem que o preço das ações caia conforme a data do leilão vai ficando mais distante da meta original, de fevereiro de 2022. Os grandes fundos estão mais líquidos no início do ano — e, portanto, com mais apetite para grandes ofertas. E a proximidade do primeiro turno das eleições pode aumentar o prêmio exigido pelo investidor na compra dos papéis.

A privatização da Eletrobras requer um passo a passo e há prazos estipulados para cada ação. É preciso fazer assembleia de acionistas (que demora cerca de 40 dias para ser realizada após a convocação) e respeitar as determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da SEC, que regula o mercado de ações dos EUA — a Eletrobras tem ações negociadas em Nova York.

Como se trata de lançamento de ações, não é como um leilão tradicional. É preciso respeitar prazos de divulgação de balanços, períodos de silêncio e da volatilidade do mercado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 07/12/2021*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO PELA CHINA SE RECUPERAM EM NOVEMBRO

*Por Chen Aizhu*

CINGAPURA (Reuters) - As importações de petróleo pela China se recuperaram em novembro em relação às mínimas do mês anterior, mas ainda estavam cerca de 8% abaixo dos níveis do ano passado, segundo dados alfandegários mostraram na terça-feira, à medida que novas cotas permitem que os refinadores tragam as importações mantidas em navios ancorados.

As chegadas de novembro foram de 41,79 milhões de toneladas, ou 10,17 milhões de barris por dia (bpd), de acordo com a Administração Geral das Alfândegas.

Isso foi maior do que o número de outubro de 8,9 milhões de bpd, mas inferior ao de novembro de 2020, de 11,04 milhões de bpd

As chegadas de petróleo de janeiro a novembro somaram 466,84 milhões de toneladas, ou 10,2 milhões de bpd, queda de 7,3%.



Importadores, como a grande refinaria privada Zhejiang Petrochemical Corp, aumentaram significativamente as importações de novembro depois de obter novas licenças, transportando alguns carregamentos comprados anteriormente que estavam esperando ao largo de Zhoushan.

Mas as importações para o maior comprador de petróleo do mundo no ano até agora foram menores, já que os ingressos para refinadores independentes menores foram controlados depois que Pequim cortou suas cotas de importação e aumentou o escrutínio fiscal em uma tentativa de remover o excesso de capacidade de refino.

Os dados de terça-feira também mostraram que as exportações de combustíveis refinados da China aumentaram para 4,19 milhões de toneladas no mês passado, de 3,95 milhões em outubro, mas ficaram abaixo de 4,95 milhões de toneladas um ano antes.

As importações de gás natural aumentaram cerca de 17% no ano, para 10,73 milhões de toneladas, o maior valor mensal desde janeiro, o que os traders atribuíram a aumentos no fornecimento da Rússia.

As importações nos primeiros 11 meses aumentaram quase 22% no ano.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 07/12/2021*

## **LEILÕES DEVEM INJETAR R\$ 160 BILHÕES EM TRANSPORTE E SANEAMENTO ATÉ 2026**

Levantamento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base considerou projetos dos governos federal e estadual e de capitais; participação da iniciativa privada vem se tornando mais relevante no setor

*Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Leilões de concessão e parcerias público-privadas devem acrescentar mais de R\$ 160 bilhões em investimentos privados nas áreas de transporte e saneamento até 2026. Apesar de os números não serem suficientes para suprir o déficit brasileiro na infraestrutura, a participação da iniciativa privada tem se tornado cada vez mais relevante no segmento. É o que mostra a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que lançou nesta terça-feira, 7, levantamento de projetos preparados pelos governos federal e estaduais e pelas capitais brasileiras. No ano passado, a Abdib calculou que, de 2021 a 2025, as licitações em saneamento e transportes renderiam R\$ 113,8 bilhões em investimentos. Agora, para os próximos cinco anos, o número pulou para R\$ 160,1 bilhões.

A melhora das perspectivas vai ao encontro do crescimento de projetos de concessões e PPPs gestadas pelo poder público. Com pouco espaço para aplicar recursos públicos na área, os governos têm buscado cada vez mais o bolso do setor privado. Na área de saneamento, por exemplo, pelo menos mais três Estados (Sergipe, Rondônia e Goiás) aparecem na lista de governos que estudam alguma parceria com a iniciativa privada para prestação de serviços de água, esgoto ou resíduos sólidos. No fim de 2020, como mostrou o Estadão/Broadcast, 13 Estados e o Distrito Federal avaliavam ou tinham dado andamento a projetos na área.

Sergipe é um dos que passaram a estudar a possibilidade neste ano. O plano é expandir o fornecimento de água e esgotamento sanitário, com olho na universalização do atendimento para os 75 municípios sergipanos. No momento, Sergipe está em tratativas para assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realização dos estudos técnicos. "Com o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, será possível a viabilização de investimentos necessários para o alcance das metas e padrões de atendimento definidos pelo novo marco regulatório do setor", afirma o governo do Estado, que buscará, contudo, a manutenção do controle estatal sobre o fornecimento de água.

Rondônia também deve contar com a ajuda do BNDES para analisar o melhor modelo de atração de investimentos privados no saneamento. "O projeto encontra-se em fase de assinatura do contrato com o BNDES para realização dos estudos de viabilidade", informou à Abdib. Segundo o governo estadual, o projeto vai cumprir as metas de saneamento estabelecidas no novo marco legal do setor, que está em vigor desde julho do ano passado sob a premissa de abrir o mercado a uma maior participação da iniciativa privada.

"Foi feito grande esforço, com resultados muito positivos, de todo o aspecto de planejamento das licitações, parte regulatória, modelagem. E isso tem acontecido não só no governo federal, mas também em outros Estados importantes. Do ponto de vista de participação privada, não há dúvida sobre o sucesso, e que deve continuar", afirmou ao Estadão/Broadcast o presidente executivo da Abdib, Venilton Tadini.



**Saneamento; em 2020, a Abdib calculou que, de 2021 a 2025, as licitações em saneamento e transportes renderiam R\$ 113,8 bilhões em investimentos Foto: Nilton Fukuda/Estadão**

Além do saneamento, outros setores apresentaram avanços na expectativa de investimento. É o caso, por exemplo, das ferrovias. O cálculo da entidade é que os projetos ferroviários adicionem R\$ 39,2 bilhões na curva de investimentos até 2026. "Um ambicioso programa de leilões e prorrogação de contratos está ocorrendo nos últimos anos com aumento expressivo de investimentos no setor. (...) Em 2021 tivemos a concessão do trecho I da Fiol para a empresa Bamin. Para o final de 2022 está previsto o leilão da Ferrogrão e para final de 2023 da Ferroeste", destaca a Abdib no levantamento, conhecido como "Livro Azul" da Infraestrutura.

Ainda segundo a entidade, entre 2019 e 2021, foram feitos 115 leilões, com geração de R\$ 125 bilhões em outorgas e expectativa de mais de 500 bilhões de investimentos nos próximos anos. Nesse caso, os números envolvem certames também em outros segmentos, não somente em saneamento e transportes. De acordo com a Abdib, Estados e o Distrito Federal já contam com mais de 300 iniciativas em diversas áreas de infraestrutura de transporte, energia, saneamento, telecomunicações e infraestrutura social.

### **Recurso público achatado**

O estudo da entidade também confirma outro fenômeno que marca o setor da infraestrutura nos últimos anos: o achamento de recursos públicos disponíveis. Enquanto a parcela privada de investimentos no setor apresentou um aumento de 14,2% entre 2016 e 2020, a fatia pública caiu de R\$ 42,3 bilhões para R\$ 26,2 bilhões. Como a expansão do investimento privado não é suficiente para compensar a "forte retração" do investimento público, há uma contração "substancial" dos investimentos no setor, aponta a Abdib.

"O que preocupa é a queda do investimento público, no menor nível do século, principalmente no que se refere ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)", ressaltou Tadini. Na avaliação do presidente da Abdib, para melhor esse cenário, o Brasil precisaria urgentemente mexer na qualidade dos gastos públicos, uma vez que o espaço do orçamento federal para investimentos é cada vez mais reduzido e tomado pelo custeio da máquina pública.

Por esse motivo, Tadini defendeu a aprovação da reforma administrativa - que prevê uma reformulação no RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir funcionários públicos -, além da promoção de um pente-fino na política de subsídios.

No "Livro Azul", a Abdib lista uma série de projetos importantes para melhorar o ambiente de negócios no Brasil e potencializar investimentos. De projetos que ainda aguardam o aval do Congresso, a entidade destacou o que cria uma Lei Geral das Concessões, a proposta que estabelece uma nova série de debêntures de infraestrutura, o programa de incentivo à navegação de cabotagem (BR do Mar), o marco legal das Ferrovias, a reforma do setor elétrico, e o projeto que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 07/12/2021*

## GOVERNO QUER ACELERAR EXPANSÃO DE AEROPORTOS EM PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

Com os leilões dos terminais da Infraero chegando ao fim, plano agora é fazer parcerias público-privadas em aeroportos regionais, geridos por Estados e municípios, diz o presidente da Anac

*Por Circe Bonatelli, O Estado de S.Paulo*

### **Entrevista com**

#### **Juliano Alcântara Noman, presidente da Anac**

CANCÚN, México - Com as concessões de aeroportos da Infraero para a iniciativa privada chegando ao fim, o governo federal articula uma nova frente de trabalho para acelerar a desestatização dos aeroportos regionais, geridos por Estados e municípios.

O projeto está sendo tocado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em parceria com a Secretaria de Aviação Civil (SAC) e prevê um modelo de parceria público-privada. A ideia é dar tração à iniciativa a partir do ano que vem, segundo o presidente da Anac, Juliano Alcântara Noman.

“Acabando a sétima rodada, queremos ampliar ações como essa. Temos 120 aeroportos com voos regulares. Isso está parado já faz um tempo. Queremos chegar a 200”, afirmou em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. “A nossa premissa é que se alguém tem interesse em voar para algum lugar, então tem que haver infraestrutura.”



***O presidente da Anac, Juliano Alcântara Noman; governo quer ampliar de 120 para 200 o total de aeroportos regionais com voos regulares. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado - 19/10/2020***

A sétima e última rodada de concessões de aeroportos federais para a iniciativa privada, programada para ocorrer no primeiro semestre de 2022, promete ser uma das mais quentes em termos de disputa. O leilão deve contar com as "joias da coroa" do programa, os terminais de Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ).

Nesta semana, o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto de lei que autoriza o Executivo a contratar PPP para concessão de aeroportos no Amazonas. Na PPP, o ente público permanecerá como parte do negócio fazendo aportes financeiros que funcionarão como uma espécie de subsídio para garantir a viabilidade financeira do aeroporto. Nesse tipo de leilão, vence aquele que aceitar o menor aporte, explicou Noman.

A primeira PPP terá um bloco os aeroportos amazonenses de Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Lábrea e Maués. São unidades carentes de infraestrutura e com voos esporádicos, mas com demanda para uma operação maior que a atual. Se a PPP der certo, a



intenção será repetir a mesma experiência em outras regiões futuramente. “A Região Norte seria uma primeira rodada, depois poderiam vir outros”, disse Noman.

O ano de 2022 marcará o fim de um longo e bem-sucedido plano de concessões de aeroportos até então geridos pela Infraero. Até aqui, já foram seis rodadas e um total de 44 aeroportos transferidos à iniciativa privada sob compromisso de investimentos de aproximadamente R\$ 20 bilhões. A sétima rodada terá outros 16 aeroportos e prevê mais R\$ 8,8 bilhões em investimentos na melhoria da infraestrutura. Com isso, o Brasil se tornou o País com o maior número de operadores profissionais, com experiência no mundo agora.

O presidente da Anac concedeu a entrevista em meio a sua participação no World Annual General Assembly, Conference & Exhibition (Waga 2021), realizada pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), em Cancún, no México. Ao circular pelo evento, Noman foi bastante procurado pelos demais participantes - empresários de aeroportos e companhias aéreas -, curiosos sobre os próximos passos do programa brasileiro de concessões. Uma das perguntas feitas pelos presentes é se os aeroportos Santos Dumont e Congonhas passarão a receber voos internacionais. As companhias aéreas de países vizinhos querem operar nesses terminais. Confira a entrevista:

### **Após a sétima rodada de licitações, qual será o foco do trabalho da Anac?**

O governo está estruturando também parcerias público-privadas (PPPs) para pequenos aeroportos. A ideia é começar lançando oito aeroportos na Região Norte. Acabando a sétima rodada, queremos ampliar ações como essa. Temos 120 aeroportos com voos regulares. Isso está parado já faz um tempo. Queremos chegar a 200. A mensagem importante é que ainda temos muito trabalho pela frente mesmo após a sétima rodada. O objetivo final é universalizar o acesso à aviação, regionalizando cada vez mais. Podemos até dar suporte a Estados e municípios no desenho desses modelos. Queremos que a parceria com o setor privado seja a regra, não mais a exceção.

### **Por que vão adotar o modelo de PPP em vez de concessão, como nas rodadas anteriores?**

Se o estudo sobre esses aeroportos mostra que a VPL (valor presente líquido) do projeto fica negativo, então o governo precisa aportar um recurso para garantir a viabilidade. Para negócios assim, que não têm viabilidade, como aeroportos regionais muito pequenos, quem cobrar o menor aporte do governo leva o aeroporto no leilão.

### **A previsão é iniciar o modelo de PPPs já no ano que vem?**

Vamos começar a estudar os modelos de PPPs em conjunto com a Secretaria de Aviação Civil (SAC) a partir da conclusão da sétima rodada e da conclusão das relitações de Viracopos e São Gonçalo do Amarante. A Região Norte seria uma primeira rodada, depois poderiam vir outros. A nossa premissa é que se alguém tem interesse em voar para algum lugar, então tem que haver infraestrutura.

### **Qual a data prevista para o leilão da 7ª rodada de licitações aeroportuárias?**

Nossa ideia é fazer até abril. O calendário é bem desafiador. Estamos terminando de analisar as contribuições da consulta pública. A ideia é colocar o edital no TCU (Tribunal de Contas da União) o quanto antes, em dezembro ou até o começo de janeiro. Depois que o TCU retornar, faremos os ajustes e colocaremos o leilão na praça. É desafiador, mas estamos confiantes de que vamos conseguir.

### **Qual o balanço das contribuições recebidas na consulta pública, encerrada em 8 de novembro?**

Foram cerca de 430 contribuições. Recebemos muita coisa. Por outro lado, esta já é a sétima rodada. É um processo maduro. As contribuições tendem a ser mais estruturadas, o que facilita a análise.



### **Em termos de ajustes, é possível adiantar o que está em análise? O edital tende a sofrer modificações relevantes nas regras em relação à rodada anterior?**

Acredito que não terá grandes diferenças. Estamos analisando situações específicas. O processo está bem maduro. A sexta rodada foi feita em plena pandemia, o que é uma prova muito grande do interesse do mercado e do nível alto de concorrência, com ágios relevantes. Os operadores até comentaram que os lances altos já levam em conta a qualidade do contrato e a confiança no regulador. Os editais que colocamos em consulta refletem isso. Eles não são exatamente iguais, mas basicamente mantêm as mesmas estruturas.

### **O que vai mudar nas operações de Santos Dumont e Congonhas, principais ativos da sétima rodada, após a licitação? Podem se tornar aeroportos internacionais?**

Não tem nada na regulação que impeça nem que os obrigue a se tornarem internacionais. Cada operador e investidor tem liberdade para fazer o seu próprio plano de negócios. Nós vamos tentar garantir que eles tenham a maior flexibilidade para fazer seu plano, pois entendemos que isso é muito importante para as cidades. Também entendemos que o operador deve interagir com as comunidades locais e entender se há interesse nisso. E os grandes operadores que disputam nossas licitações já fazem isso.

### **No Rio, por exemplo, tem uma discussão local. A gestão municipal quer direcionar parte dos voos do Santos Dumont para o Galeão. O que o senhor acha disso?**

Essa não é uma discussão exatamente ligada ao contrato de concessão. É um assunto que surge na esteira da sétima rodada. Mas o que percebemos entre os poderes locais é uma vontade de mexer no Santos Dumont. Estamos conversando com eles para tentar entender. A experiência está aí para mostrar que o melhor é deixar os operadores, em conjunto com a sociedade local, decidir o que fazer com os aeroportos. E não a gente, enquanto governo, decidir o que cada aeroporto vai fazer.

### **Então a Anac não vai impedir nem obrigar que Santos Dumont e Congonhas virem aeroportos internacionais?**

Pode ser que por alguma questão específica isso aconteça (internacionalização). Mas um dos pilares do nosso modelo de concessão é deixar que o operador possa desenvolver o seu próprio plano de negócios.

### **E qual a expectativa da Anac sobre a próxima rodada? Acredita que vai haver atrair muitos investidores como na última rodada?**

Com certeza. Tem muito interesse. São blocos com bons ativos. Claro que Santos Dumont e Congonhas chamam atenção, mas há bons aeroportos regionais em todos os blocos.

\*O jornalista viajou a convite do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI)

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 07/12/2021

## **DEFENSORIA PÚBLICA VAI À JUSTIÇA PEDIR ANULAÇÃO DE CONTRATO ENTRE INCRA E BELO SUN**

Acordo firmado entre o órgão e a mineradora canadense prevê a redução de uma área de assentamento agrário no Pará, com o objetivo de abrir espaço para a extração de ouro na região

*Por André Borges, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A Defensoria Pública da União (DPU) vai acionar a Justiça Federal para pedir a anulação do contrato firmado entre o Incra e a mineradora Belo Sun, que prevê a redução de uma área de assentamento agrário no Pará, com o objetivo de abrir espaço para a extração de ouro da região.

Conforme revelou reportagem do Estadão, o Incra, órgão do Ministério da Agricultura responsável pela política de reforma agrária no País, decidiu reduzir a área de um assentamento criado há 22



anos, na Volta Grande do Xingu, para abrir espaço a um garimpo industrial que pretende ser explorado pela empresa canadense Belo Sun. O empreendimento seria instalado a poucos quilômetros abaixo da barragem da hidrelétrica de Belo Monte.

“Está claro que esse contrato é nulo e tem que ser cancelado. Vamos pedir liminarmente a suspensão desse contrato e a sua anulação. Acionaremos a Justiça Federal em Altamira”, disse ao Estadão a defensora regional de Direitos Humanos no Pará Elisângela Machado Côrtes.

“Não houve nenhuma consulta às famílias locais. Nós obtivemos relatos de vários moradores que não foram consultados. Não houve publicidade do que seria feito. Também chama a atenção o fato de que não há um único ato formal do Incra determinando a desafetação (liberação) de uma parte de assentamento”, afirmou a defensora pública. A DPU também vai procurar o Ministério Público Federal para tratar do assunto.

Compra ilegal. A DPU confirmou que a companhia Belo Sun, antes de firmar o acordo com o Incra, fez a compra direta de diversos lotes do assentamento agrário com moradores locais, o que é ilegal.

“Veja a ironia dessa situação. O Incra afirma que a área não estaria mais sendo usada para reforma agrária, mas o próprio Incra sabe que houve compra ilegal de terras da região pela Belo Sun”, disse Cortês. “Na prática, o Incra está regularizando a grilagem. O órgão usa o ato ilegal da empresa para dizer que as famílias foram retiradas dali e que, por isso, não é mais usado para a reforma agrária. Isso é cancelar o crime.”

### **Acordo surpresa**

A DPU e o MPF em Altamira tinham solicitado uma reunião com Belo Sun e com Incra, em 25 de novembro, justamente para tratar do assunto das terras locais. A reunião seria realizada no dia seguinte. Naquela ocasião, porém, ambos alegaram indisponibilidade de agenda e pediram para que o encontro fosse remarcado.

A reunião deixou de ocorrer e o contrato foi assinado às pressas no próprio dia 26, data prevista para o encontro. “É evidente que sabiam que o assunto seria esse e correram para assinar o contrato”, disse Côrtes.

Como mostrou o Estadão, o Incra concordou em reduzir uma área de 2.428 hectares da região, cortando o território do assentamento Ressaca e da gleba Ituna, onde vivem cerca de 600 famílias. Em troca, o Incra vai receber uma fazenda localizada a mais de 1.500 quilômetros de distância dali, no município de Luciara, em Mato Grosso, nas margens do Rio Araguaia.

O acordo aponta, especificamente, o repasse ao Incra da Fazenda Ricaville, que tem área de 1,898 mil de hectares. O órgão não explica a quem se destina a fazenda, nem menciona se pretende remover famílias do Pará para Mato Grosso. A negociação determina ainda que a Belo Sun compre, para o Incra, duas caminhonetes com tração 4x4 e de cabine dupla, dez notebooks, dez tablets, quatro scanners e quatro aparelhos GPS do tipo “RTK”.

O Incra declarou que o fato de ter aceitado uma fazenda em Mato Grosso como moeda de troca para reduzir e abrir espaço para a mineração de ouro em um assentamento no Pará se deve ao fato de não ter encontrado terra legalizada que pudesse ser adquirida para os assentados nas proximidades da região onde vivem.

“A empresa apresentou nova área como forma de compensação pela cessão pretendida no assentamento Ressaca. Nesta ocasião, foi ofertada a Fazenda Ricaville, com área de 1.898 hectares, no município de Luciara (MT). A área foi vistoriada por equipe técnica do Incra que apontou a viabilidade para criação de um assentamento. A regularidade dominial também foi confirmada pela superintendência regional”, afirmou.

A mineradora Belo Sun declarou que o acordo com o Incra “supera” a discussão sobre os direitos de exploração e posse das terras da região. O assentamento Ressaca, na Volta Grande do Xingu, foi criado em 1999, quando só havia pedidos de pesquisa mineral de empresas brasileiras sobre a região. A companhia canadense Belo Sun só chegou oficialmente no Brasil em julho de 2007, para fazer estudos, e pediu suas concessões de lavra em 2010.

A empresa não explica o fato de ter feito aquisição ilegal de terras em área de assentamento agrário.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 07/12/2021**

## COM DÍVIDA DE R\$ 264 MILHÕES, EDITORA TRÊS LEVA GALPÃO DE GRÁFICA A LEILÃO

Empresa do mercado editorial venderá ativo para levantar recursos e pagar credores

**Por Circe Bonatelli, O Estado de S.Paulo**

A Editora Três, que publica as revistas IstoÉ, IstoÉ Dinheiro, Dinheiro Rural e os sites de Menu, Planeta e IstoÉ Gente, vai leiloar o galpão industrial da sua antiga gráfica, na cidade de Cajamar (SP). O imóvel tem 129,7 mil metros quadrados e o lance mínimo será de R\$ 40,4 milhões.

Fontes do setor acreditam que a unidade deve ter bastante demanda, pois fica numa região muito procurada por varejistas e centros de distribuição do comércio eletrônico. O certame está marcado para dia 13, e será realizado pela Megaleilões.

A venda do ativo servirá para levantar recursos para a Editora Três pagar credores. A companhia entrou em recuperação judicial no ano passado, após acumular dívidas de R\$ 263,8 milhões. A editora foi afetada pela queda da tiragem de seus veículos impressos e de anunciantes, combinada com os efeitos negativos provocados pela pandemia.



**Editora Três está em segunda recuperação judicial Foto: Estadão**

Da dívida total do grupo, R\$ 41,8 milhões são passivos trabalhistas e outros R\$ 215,6 milhões são dívidas com bancos e fornecedores. O dinheiro do galpão irá, especificamente, para o pagamento dos credores trabalhistas e equiparados no processo.

O plano de quitação foi reapresentado em maio e prevê a venda também da sede da companhia, na região da Lapa (zona oeste de São Paulo), além de marcas, softwares e licenças. Uma alienação completa do grupo não está descartada.

A Editora Três informou, via advogados, que apoia a venda do galpão da antiga gráfica e acredita no sucesso do leilão. Para a companhia, essa é uma etapa importante do compromisso de pagar credores e de reorganizar operações. A empresa é assessorada pelo escritório Loureiro, Cione, Simionato e Carvalho Advogados (LCSC Advogados) e tem como administrador judicial a Rv3 Consultores. O caso corre na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

É a segunda vez que a companhia entra em recuperação judicial. A primeira vez foi em 2007. O grupo foi fundado em 1973 pela família Alzugaray (que segue no comando) como uma distribuidora de publicações diversas e ao longo dos anos seguintes passou a ter revistas próprias.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 07/12/2021**

### VALOR ECONÔMICO (SP)

## GOVERNO DESCARTA FRACASSO NO PRÉ-SAL APÓS MUDANÇAS

Ajustes afastam risco de leilão sem propostas, avalia ministério

Por Daniel Rittner — De Brasília



**Eustáquio de Carvalho: “Expectativa, por todos os ajustes que fizemos e pelas interações com o mercado, é muito positiva” — Foto: Bruno Spada/MME**

Depois de o governo ter patrocinado um conjunto de mudanças na oferta dos volumes excedentes da cessão onerosa, melhoraram as perspectivas de sucesso no leilão do pré-sal marcado para o dia 17, que oferecerá ao mercado os campos de Sépia e Atapu.

Na primeira oferta, em 2019, não apareceram interessados nessas duas áreas. Desta vez, o Ministério de Minas e Energia confia que alterações nas regras afastam o risco de um novo “vazio” (ausência de propostas) nos dois campos da Bacia de

Santos.

“A expectativa, por todos os ajustes que fizemos e pelas interações com o mercado, é muito positiva”, disse ao Valor o secretário-executivo adjunto da pasta, Bruno Eustáquio de Carvalho.

Segundo ele, as mudanças feitas nos contratos derrubaram o chamado “break even” – ponto a partir do qual receitas cobrem os custos fixos e variáveis – das operações. Há dois anos, quando os dois campos foram leiloados e encalharam, o valor médio do barril de petróleo do tipo Brent no mercado internacional deveria se situar em US\$ 81 ao longo dos 35 anos de vigência dos contratos. Agora, para assegurar rentabilidade, esse valor médio teria diminuído para US\$ 40 a US\$ 50.

“O risco de ‘vazio’ é muito baixo. Teremos propostas [em cada uma das áreas], e eu oro todos os dias para termos competição”, observa Eustáquio. Onze empresas – incluindo as gigantes Shell, Chevron e Exxon – foram habilitadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para participar da licitação na semana que vem.

Além de redução dos custos e das incertezas, como o estabelecimento prévio das compensações devidas à Petrobras por investimentos realizados na cessão onerosa, o secretário destaca “aperfeiçoamentos regulatórios” que devem ser aproveitados em outros leilões pelo regime de partilha.

Um deles é uma espécie de proteção cambial para quem estiver produzindo nos dois campos. Nos contratos de partilha, as petroleiras entregam suas planilhas de custos à estatal PPSA, que se responsabiliza pela verificação e reconhecimento dos gastos com exploração e produção.

Depois de verificadas todas essas despesas, calcula-se então a parcela do petróleo produzido que fica com a União. O problema é que esse processo todo dura de um a dois anos. As planilhas são entregues em reais e, depois de tanto tempo, acabam tendo um valor desatualizado. Agora,



no momento da apresentação, terão seus valores dolarizados para evitar os efeitos da variação cambial.

O óleo-lucro e o valor dos bônus de assinatura também encolheram. Em 2019, a alíquota da União na partilha era de 27,88% em Sépia e de 26,23% em Atapu. Passou, respectivamente, para 15,02% e 5,89%. Os bônus totais, quando somadas as duas áreas, caíram de R\$ 36,6 bilhões para R\$ 11,1 bilhões – 70% ficam com Estados e municípios.

“O leilão de 2019 teve um viés arrecadatário. Queriam praticamente zerar o déficit primário, que estava projetado em R\$ 130 bilhões, com o bônus do pré-sal”, afirma Eustáquio. Na ocasião, foram oferecidas quatro áreas. Só os campos de Búzios e Itapu foram arrematados -ambas pela Petrobras, uma delas em consórcio com empresas chinesas. Renderam R\$ 70 bilhões em bônus.

“Agora o nosso ‘driver’ é investimento, competitividade e longo prazo”, compara. De acordo com o secretário, as rodadas anteriores de licitação eram pensadas pela ANP, com aprimoramentos do Ministério da Economia e do Ministério de Minas e Energia. “O novo leilão está sendo desenhado integralmente aqui”, completa Eustáquio, referindo-se à pasta em que ele atua.

Eustáquio acredita que o atual contexto de transição energética, com pressões por uma economia mais verde e por menos emissões de carbono, ainda não afastará as petroleiras do pré-sal. Apesar do esforço para combater as mudanças climáticas, a Agência Internacional de Energia (AIE) tem apontado que, enquanto o carvão vai sair gradualmente de cena, a demanda global por petróleo continuará em alta pelo menos até as proximidades de 2040.

Para o secretário, uma das evidências do “apetite do mercado por óleo de alta qualidade” foi o leilão da PPSA há dez dias, que vendeu 55,7 milhões de barris pertencentes à União nos contratos pelo regime de partilha. Todos os lotes licitados apresentaram ágio.

A oferta dos volumes excedentes da cessão onerosa faz parte do que o ministério resolveu chamar de “Energy Weeks”, com leilões também de geração e transmissão de energia elétrica, que vão até o dia 21 de dezembro.

No próprio dia 17, está previsto o leilão de 902 quilômetros de linhas de transmissão, com R\$ 2,9 bilhões de investimentos previstos em cinco Estados (Amapá, Bahia, Minas Gerais, Paraná e São Paulo). Quatro dias depois, haverá o certame para contratar termelétricas novas e existentes, com início de suprimento em 2026 ou 2027. Os contratos terão 15 anos de duração. Será o primeiro leilão na modalidade de reserva de capacidade.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 07/12/2021*

## IMPORTADORES TEMEM POR AUMENTO DE IMPOSTO EM HÍBRIDOS E ELÉTRICOS

Alíquotas de Imposto de Importação reduzidas expiram em 31 de dezembro

*Por Marli Olmos — De São Paulo*

A disponibilidade de carros no Brasil anda tão abaixo da demanda que o empresário José Luiz Gandini, importador da marca Kia, mal consegue ver os veículos que chegam da Coreia. “Basta o navio encostar e o carro já vai embora”, diz. Não bastassem a escassez mundial de componentes, os cada vez mais elevados preços do frete e a alta do dólar, os importadores têm, agora, mais uma preocupação: a possibilidade de o governo elevar o Imposto de Importação de modelos híbridos e elétricos, que se transformaram numa especialidade das marcas sem fábricas no Brasil.

Hoje, o Imposto de Importação de modelos híbridos e elétricos vai de 0% a 4%, dependendo do nível de emissões e de economia de combustível. As alíquotas vigentes expiram no dia 31. O



governo ainda não se manifestou a respeito. Nos bastidores, os importadores já ouviram integrantes da equipe econômica defenderem a elevação das alíquotas para 2% a 7%.

### ***“Em ano eleitoral, vai saber a quanto o dólar pode chegar”, diz Gandini, presidente da Kia Motors no Brasil***

O país não produz, hoje, nenhum carro 100% elétrico e apenas uma empresa, a Toyota, fabrica dois modelos híbridos. Os que defendem a elevação do imposto estariam se apoiando nessa produção local de híbridos para excluir a categoria da lista de exceções da Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Se nada for feito – seja para manter ou elevar o tributo – o Imposto de Importação de híbridos e elétricos automaticamente subirá para 35%. E essa é a aflição dos importadores, principalmente os que dependem de produtos que vêm de países distantes. Desde que se tornou o importador da marca Kia, em 1993, Gandini costumava esperar, em média, 32 dias para um navio chegar da Ásia. O último lote que ele encomendou levou 96 dias.

Não é apenas a possibilidade de o Imposto de Importação subir que pode encarecer os carros que vêm do exterior. Frete e contêineres estão muito mais caros. Gandini depende deles para trazer da Coreia as peças utilizadas na montagem do caminhão Bongo, no Uruguai, numa fábrica que pertence à Nordex, uma montadora local e parceira do grupo brasileiro.

“Eu costumava pagar US\$ 1,8 mil por um contêiner que traz peças para montar 5,5 caminhões. No último paguei US\$ 3,8 mil e o melhor orçamento que encontrei para 2022 foi US\$ 14 mil”, destaca o empresário.

A demanda por veículos importados mantém-se aquecida, sobretudo, pelas novidades na linha de elétricos e híbridos. Dados da Abeifa, a associação do setor, mostram aumento de 16,8% nas vendas de importados em novembro na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Em geral, os importadores se especializaram em carros eletrificados não apenas porque atuam em segmentos de luxo e também porque as fábricas de onde saem a maioria desses veículos estão programadas para parar de produzir carros a combustão por volta de 2030 a 2035.

Com as novidades em híbridos e elétricos, Gandini faz planos para mais do que dobrar as vendas, passando de 5,5 mil em 2021 para 12 mil em 2022. Ele se programa para que os novos lançamentos sejam praticamente todos híbridos. É claro que esses planos estão condicionados à oferta de produtos e ao impacto do aumento de custos nos preços. E, como ele bem aponta, lembrando que estamos falando de um ano eleitoral: “Vai saber a quanto o dólar pode chegar...”

No Brasil, a indústria automobilística continua com problemas de abastecimento de componentes, principalmente semicondutores, um obstáculo que tende a se alastrar ao longo de 2022.

Ao divulgar seu balanço mensal, ontem, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) considerou o momento atual como “a maior crise de oferta da história do setor”.

A escassez de peças continua a provocar forte impacto no desempenho do setor. O mês passado, considerado o pior novembro dos últimos 16 anos, foram licenciados 173 mil veículos, o que representou uma queda de 23,1% na comparação com o mesmo mês de 2020.

O resultado ficou muito aquém para um mês historicamente aquecido. Em novembro de 2019 foram licenciados no país 242 mil veículos. Ao longo desses dois anos, a média diária de licenciamentos no mesmo mês caiu de 12,1 mil para 8,6 mil unidades.

O ritmo de produção continua prejudicado. Em novembro foram produzidas 206 mil unidades, 13,5% menos que no mesmo mês do ano passado. Foi o pior resultado para o mês desde a crise de demanda de 2015. Também pela falta de componentes, o resultado das exportações foi fraco. Foram embarcadas 28 mil unidades, queda de 36,3% na em relação a novembro de 2020.

Segundo a Anfavea, há muitos carros incompletos nos pátios das fábricas, à espera de itens eletrônicos. Apesar de a oferta estar muito abaixo da demanda, os volumes de produção e de venda interna acumulados no ano estão maiores do que no mesmo período de 2020.

Até novembro, o Brasil produziu 2,03 milhões de veículos. Isso representou aumento de 12,9% na comparação com os 11 meses de 2020. Já a quantidade de veículos licenciados alcançou 1,91 milhão, avanço de 5,4% em relação a igual período do ano passado.

O segmento de caminhões enfrenta menos problemas e a indústria tira proveito do mercado aquecido. Em novembro, a média diária de licenciamentos de caminhões ficou em 524 unidades, 15% acima das médias de novembro dos dois anos anteriores.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 07/12/2021*

### **MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 8,3% NO PORTO DE QINGDAO, PARA US\$ 111,34 POR TONELADA**

Em 2021, a principal matéria-prima do aço ainda exhibe desvalorização expressiva, de 30,6%  
*Por Stella Fontes, Valor — São Paulo*



***Cotação do minério e dólar devem elevar resultado trimestral — Foto: Marcos Issa/Bloomberg News***

Os preços do minério de ferro voltaram a ganhar força, sustentados por perspectivas mais positivas de demanda na China, e encerraram o dia com ganho relevante tanto no mercado à vista quanto no futuro.

De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com pureza de 62% de ferro avançou 8,3% no porto de Qingdao, para US\$ 111,34 por tonelada, elevando a 8,7% os ganhos acumulados no mês.

Em 2021, a principal matéria-prima do aço ainda exhibe desvalorização expressiva, de 30,6%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com entrega em maio subiram 4,8%, para 720 yuan por tonelada.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 07/12/2021*

### **BRASIL PERDE PARA ÍNDIA LIDERANÇA NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRO PARA A LIGA ÁRABE**

Mas embarques brasileiros cresceram em 2020 e renderam US\$ 8,1 bilhões  
*Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília*

O Brasil perdeu para a Índia a liderança na venda de alimentos para a Liga Árabe, segundo dados compilados pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. A "culpa", segundo a entidade, foi da logística ineficiente e da ampliação de fornecedores de alimentos para aqueles países.

Em 2020, o Brasil respondeu por 8,15% de todos os produtos do agronegócio importados pelos 22 países membros da entidade diplomática. A participação da Índia chegou a 8,25%. O Brasil liderava o ranking desde 2006.

### Problemas logísticos

Segundo a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, o Brasil perdeu espaço por causa de problemas logísticos. A desorganização de rotas marítimas geradas pela pandemia no ano passado, a escassez de contêineres refrigerados e a alta concentração das companhias de navegação resultaram no alongamento das rotas tradicionais entre os portos brasileiros e árabes, o que inviabilizou o comércio de perecíveis.

Enquanto o tempo para a chegada de carregamento do Brasil para a Arábia Saudita dobrou, passando de 30 para 60 dias, as viagens a partir da Índia duram cerca de uma semana. O país asiático passou a exportar mais frutas, verduras, legumes, além de açúcar, carnes e grãos. "Estamos buscando conversar com investidores para viabilizar a criação de linhas marítimas diretas, um antigo sonho da Liga Árabe, cuja necessidade está mais que evidente neste momento", afirmou Tamer Mansour, presidente da entidade.

### Embarques crescente

Mesmo sem a liderança, o Brasil aumentou as exportações para os países árabes em receita (1,4%) e volume (15,9%), com negócios que somaram US\$ 8,1 bilhões. Entre janeiro e outubro deste ano, as vendas parciais já somaram quase US\$ 6,8 bilhões, alta de 5,5% em relação ao mesmo período de 2020.

Mansour disse que os países da Liga Árabe fizeram esforço para ampliar o rol de fornecedores para fugir do risco de desabastecimento, o que resultou na maior participação da Índia, Turquia, Estados Unidos, França e Argentina. As nações árabes também aceleraram planos para fomentar a produção local.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 07/12/2021*

## LICITAÇÃO DE BILHETE ELETRÔNICO PARA TRANSPORTE PÚBLICO DO RIO TERMINA SEM PROPOSTA

Duas empresas, a Sonda e a Tacom, chegaram a enviar representantes, mas nenhum deles fez oferta

*Por Agência Globo — Rio*

Terminou sem a apresentação de proposta, na manhã desta terça-feira, a licitação organizada pela prefeitura para a escolha de uma empresa que assumiria a bilhetagem eletrônica do transporte público da cidade. Duas empresas, a Sonda e a Tacom, chegaram a enviar representantes, mas nenhum deles fez oferta. A sessão durou apenas cinco minutos.



A Secretaria Municipal de Transportes informou, por meio de nota oficial, que voltará a debater com o mercado para entender eventuais adaptações que possam ser feitas no edital, antes de republicá-lo.

"Ainda vamos avaliar um plano B e um plano C", declarou a secretária municipal de Transportes, Maina Celidonio.

*Passageiros de ônibus no Rio de Janeiro — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil*



A escolha de uma nova gestora da bilhetagem eletrônica é essencial na estratégia da prefeitura para reorganizar o sistema de transporte por ônibus do Rio. O município argumenta não ter elementos suficientes sobre a demanda dos serviços porque o Riocard TI, que faz a gestão do sistema, é controlado por empresários que operam as linhas. Na queda de braços, a prefeitura alega que o sistema é uma caixa preta enquanto os empresários dizem que há transparência.

A Sonda tem entre os administradores Alexandre Fleck dos Reis, ex-genro do empresário Jacob Barata Filho. Herdeiro do Rei do Ônibus, Jacob Barata, o empresário controla boa parte das empresas que integram os consórcios que operam na cidade. Em 2019, a Sonda comprou a M2M, que também fazia a gestão da frota de boa parte das empresas. Na incorporação, Alexandre permaneceu como diretor da empresa conforme consulta feita nesta terça-feira pelo GLOBO na Receita Federal.

Por sua vez, a Tacom que tem sede em Belo Horizonte, faz a gestão da bilhetagem em diversas capitais: Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teresina, Florianópolis e Vitória.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 07/12/2021**

## **EXPORTADORES CANADENSES DE POTÁSSIO GARANTEM FORNECIMENTO AO BRASIL**

Embora as empresas alertem para a existência de problemas logísticos

*Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília*

Antes de anunciar sua ida ao Canadá, prevista para este mês, para tentar garantir o fornecimento de insumos ao Brasil, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, já havia sido informada sobre a incapacidade de expansão das exportações do país da América do Norte no curto prazo e das dificuldades logísticas enfrentadas pelos exportadores canadenses de potássio.

Um comunicado transmitido pelo adido agrícola em Ottawa, Paulo Márcio Mendonça Araújo, no fim de outubro, relata conversas entre a diplomacia brasileira e as três principais empresas canadenses do segmento. Mas, apesar da dificuldade logística para um aumento substancial das vendas de potássio ao Brasil, Nutrien, Mosaic (cuja sede nos EUA) e K+S Canada descartam a possibilidade de haver choque de oferta e garantem o fornecimento "confiável e a preços competitivos" aos produtores rurais brasileiros.

Depois de visitar a Rússia, a ministra disse, durante o 8º Congresso Nacional de Fertilizantes, em novembro, que iria ao Canadá para dar sequência a conversas sobre o abastecimento dos insumos. O presidente da Nutrien, Mayo Schmidt, relatou à embaixada brasileira a "confiança em contribuir fortemente para o abastecimento do Brasil, mesmo em possível cenário de crescimento acelerado deste", diz o comunicado.

O executivo manifestou preocupação com os desafios logísticos de transportes a certas regiões brasileiras, como o norte de Mato Grosso. "Apesar disso, frisou que a Nutrien será capaz de manter-se como fornecedora confiável e com preços competitivos ao Brasil", afirma a carta do adido.

A Nutrien é a maior produtora mundial de potássio, com 14 milhões de toneladas anuais e planos de chegar a 23 milhões. O Brasil é o principal mercado consumidor da companhia. As exportações da Nutrien e da Mosaic são realizadas por meio da empresa Canpotex, cujas vendas ao Brasil têm aumentado em 500 mil toneladas por ano. Em 2020, os embarques da fornecedora totalizaram 3,2 milhões de toneladas de cloreto de potássio.

Sobre capacidade de expansão adicional das vendas ao Brasil, o presidente da Canpotex, Gordon McKenzie, informou à adidância brasileira em Ottawa "que, devido aos contratos já firmados, a



empresa não poderia aumentar, no curto prazo, muito mais do que as já estimadas 500 mil toneladas incrementais".

### **Porto congestionado**

Segundo o executivo, há dificuldades logísticas, em especial no porto de Vancouver, que estaria congestionado. "A produção canadense, entretanto, poderia em parte ser escoada pelo porto de Saint John, como alternativa", diz a carta enviada ao Ministério da Agricultura. O documento relata que McKenzie "estimou não ser provável choque de oferta de fertilizantes potássicos no curto prazo, porém as incertezas decorrentes das sanções à Bielorrússia deverão impactar os preços, elevados desde a pandemia".

A K+S Canada informou que a empresa já aumentou em 20% as exportações de potássio para o Brasil este ano, provenientes da Alemanha e do Canadá. Fabio Miller, diretor da subsidiária no Brasil, afirmou que "não haveria alta capacidade de expansão dos volumes pela K+S e ressaltou ainda a dificuldade de crescimento devido a desafios logísticos, como congestionamento em portos na Alemanha, no Canadá e no Brasil, que levam, por vezes, carregamentos a atrasarem 3 meses", diz o comunicado.

### **Potássio garantido**

Miller ponderou à diplomacia brasileira que "não haveria riscos significativos de desabastecimento de fertilizantes potássicos no Brasil, devido ao alto preço no mercado local e à elevada capacidade de produção mundial, que seria de 85 milhões de toneladas. A produção superaria a demanda, estimada em 70 milhões para 2021".

Os canadenses avaliaram, ainda, que, caso o Brasil não adquira fertilizantes de Belarus — como consequência das sanções econômicas que o país europeu sofre —, a produção por lá deverá continuar e poderá ser vendida a outros importadores, como a China, "o que aliviaria pressões no mercado mundial", relata a carta.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 07/12/2021*

## **INVESTIMENTO EM TRANSPORTE VAISOMAR R\$ 248 BI, PREVÊ ABDIB**

Estimativa para os próximos cinco anos inclui ainda gastos em logística

*Por Daniel Rittner — De Brasília*

Os investimentos públicos e privados em transportes e logística devem alcançar R\$ 248,3 bilhões nos próximos cinco anos, segundo estimativas apresentadas pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) na nova edição anual de sua plataforma de acompanhamento de projetos no setor.

O Livro Azul de Infraestrutura, que terá sua versão 2021 lançada hoje pela entidade empresarial, consolida todos os projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) da União, dos 26 Estados e do Distrito Federal, além dos projetos nas capitais.

Essa projeção da Abdib contempla investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Levando em conta os contratos já firmados e a prateleira de leilões, calcula-se que o ápice dos aportes no próximo quinquênio ocorrerá em 2024, com desembolsos totais de R\$ 59,5 bilhões - o correspondente a 0,80% do PIB.

Para suprir as necessidades de investimentos nesses quatro setores, no entanto, a associação estima que são necessários pelo menos R\$ 150 bilhões anuais - o equivalente a 2,26% do PIB - ao longo de uma década inteira.

"Logo, mesmo com o amplo programa de PPPs e concessões realizados preponderantemente pelo setor privado, as necessidades para superação dos gargalos estruturais e históricos precisam

estar amparadas também pelo aumento do investimento público, especialmente em projetos em que ainda inexistam as condições econômicas inerentes do próprio negócio, que permita a integralidade do investimento privado”, afirma trecho do livro.

O volume anual de investimentos necessários chega a 4,31% do PIB quando se incluem os setores de energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico. Em 2020, houve desembolsos totais de R\$ 124,2 bilhões (1,67% do PIB). Seria preciso quase triplicar o ritmo de aportes.

“No triênio de 2019-21, foram efetuados 115 leilões, com geração de R\$ 125 bilhões em outorgas e expectativa de mais de R\$ 500 bilhões de investimentos nos próximos anos. Apenas em 2021, foram executados 48 leilões nos mais diversos setores que originaram R\$ 27,8 bilhões em outorgas e têm potencial de gerar investimentos na ordem de R\$ 58,6 bilhões nos próximos anos”, diz o livro.

Para impulsionar o investimento público, a Abdib recomenda no documento o avanço na aprovação do projeto de lei complementar (PLP) 459 de 2017, que trata da securitização da dívida tributária renegociada dos entes públicos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 07/12/2021*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ALFA LAVAL OBTÉM APROVAÇÃO DO ABS PARA QUEIMA EM CALDEIRAS COM METANOL

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 07 Dezembro 2021*



O American Bureau of Shipping (ABS) concedeu à Alfa Laval a primeira aprovação do setor marítimo para operar caldeiras com metanol. A aprovação "em princípio" (AIP) foi concedida em 4 de novembro, com base em extensos testes de solução no Centro de Teste e Treinamento da Alfa Laval.

O metanol, que é líquido à temperatura ambiente e neutro em carbono se produzido de fontes verdes, é um dos combustíveis utilizáveis na descarbonização da indústria naval. Embora já seja utilizado em vários navios e esteja planejado para outros em construção, seu uso até agora tem se limitado aos motores principais. No futuro, as operações de metanol precisarão se estender às caldeiras.

“A Alfa Laval está analisando todo o escopo da influência do metanol a bordo”, disse Lars Skytte Jørgensen, vice-presidente de Desenvolvimento de Tecnologia, Sistemas de Energia, Divisão Marítima da Alfa Laval. “A escolha mais natural para caldeiras é queimá-las com o combustível primário da embarcação, mas a natureza de baixo ponto de inflamação do metanol e as diferenças em sua densidade de energia exigem uma nova abordagem para o queimador e os sistemas de suprimento de combustível. Foi importante para nós desenvolver essa abordagem e estamos orgulhosos de tê-la validada pelo ABS.”

A Alfa Laval vem testando as operações de caldeiras com metanol desde o início de 2021 no Centro de Testes e Treinamento da empresa — testes de combustão do motor com metanol também estão em andamento. Os experimentos foram conduzidos usando um queimador MultiFlame de atomização por pressão em uma caldeira Alfa Laval Aalborg OS-TCi, bem como

uma unidade de válvula de metanol (MVU) projetada pela Alfa Laval para atender aos requisitos de classe do ABS.

Os resultados iniciais, obtidos com metanol puro e uma mistura de metanol-água, mostraram que o metanol é fácil de inflamar e resulta em emissões muito baixas. O foco foi, portanto, colocado em garantir a mesma saída de vapor com metanol — apesar de seu valor de calor mais baixo — como seria o caso usando óleo ou gás como combustível.

Uma solução foi alcançada após algumas adaptações, sendo que uma caldeira de um determinado tamanho pode produzir a mesma quantidade de vapor independentemente do combustível utilizado. Isso significava que o desenvolvimento poderia avançar rapidamente para otimizar o sistema de abastecimento de combustível.

A próxima etapa da Alfa Laval será uma instalação piloto em um navio oceânico. Os resultados dos testes de campo serão cruciais para o ajuste fino da solução da caldeira de metanol e para chegar a um projeto comercial.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 07/12/2021*

## CHINA TOMA MEDIDAS PARA ALIVIAR ESCASSEZ DE CONTÊINERES

*Da Redação NAVEGAÇÃO 07 Dezembro 2021*



A escassez de contêineres que recentemente afetou a China tem sido aliviada gradualmente mediante várias medidas tomadas por órgãos governamentais e empresas para aumentar a oferta e garantir o fluxo regular de mercadorias. A informação, obtida de dados oficiais, é da agência Xinhua.

A movimentação de carga nos portos da China totalizou 12,87 bilhões de toneladas nos primeiros 10 meses, um aumento anual de 7,8%. Durante o período, a movimentação de contêineres atingiu 235 milhões de TEUs, expandindo 8,4% em relação ao

ano anterior.

Sob ações coordenadas do governo lideradas pelo Ministério dos Transportes, a Cosco, gigante da navegação estatal da China, despachou 13.469 contêineres vazios de volta aos portos domésticos em março.

A oferta de novos contêineres também foi impulsionada pelos fabricantes de contêineres, que aceleraram a produção. Em setembro, a capacidade de produção mensal de contêineres na China aumentou de 200 mil TEUs para um recorde de 500 mil TEUs, com o estoque de novos contêineres feitos pelos principais fabricantes ultrapassando 400 mil TEUs, mostraram dados oficiais.

O fluxo suave de cargas impulsionado pela transformação digital dos portos da China também ajudou a diminuir a escassez de contêineres. Dados mostram que a China tem agora 10 terminais de contêineres automatizados e sete outros estão em construção, ambos os números em primeiro lugar no mundo.

As importações e exportações totais da China aumentaram 22,2% ano a ano para 31,67 trilhões de yuans (cerca de US\$ 4,97 trilhões) nos primeiros 10 meses, com as exportações crescendo 22,5%, mostraram dados alfandegários.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 07/12/2021*

### PORTO DE PARANAGUÁ SIMULA VAZAMENTO DE ÓLEO PARA TESTAR CAPACIDADE DE RESPOSTA

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 07 Dezembro 2021



A Portos do Paraná realizou simulado de atendimento a emergência no Porto de Paranaguá nesta terça-feira (7). O cenário do exercício foi de vazamento de óleo combustível de uma draga, com fauna atingida.

O exercício foi feito sob condições adversas: com bastante vento e chuva. Visando simular o atendimento mais próximo possível da realidade, a equipe operacional da empresa de prontidão não estava previamente preparada e os tempos de mobilização e resposta dos diversos agentes envolvidos – internos e

externos – foram cronometrados.

“A proposta foi utilizar uma hipótese acidental de responsabilidade direta da Portos do Paraná”, disse o gerente de Meio Ambiente, Thales Schwanka Trevisan. “Foi um simulado completo de resposta, testando toda a capacidade de atendimento que temos buscado executá-lo no menor tempo possível, mas dentro do que preconiza a Resolução Conama nº 398/08, referência dessa área”.

A atividade analisa os fluxos de comunicação interno e externo, além da capacidade e celeridade de atendimento da empresa de prontidão e atuação de todas as entidades envolvidas em um incidente com vazamento de óleo.

A ação, prevista no cronograma do Plano de Emergência Individual (PEI) do porto, foi planejada pela Diretoria de Meio Ambiente. Internamente, também envolveu a Guarda Portuária, a Diretoria de Operações e a Gerência de Comunicação da empresa pública durante a execução do simulado.

Ainda participaram do exercício a AlBriggs, empresa contratada para defesa ambiental (responsável pelo Centro de Prontidão Ambiental instalado na faixa primária); e a equipe técnica do convênio técnico, científico, operacional e financeiro com a Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e a respectiva Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Funespar) para atendimento à fauna oleada.

Entre os órgãos externos envolvidos no simulado, estavam a Coordenadoria da Defesa Civil do Governo do Estado, Capitania dos Portos, além dos órgãos ambientais federal (Ibama) e estadual (IAT) e da praticagem, que também foram comunicados da ação.

Este foi o primeiro e único simulado de atendimento a emergência ambiental envolvendo vazamento de óleo realizado no ano, devido às restrições impostas pela pandemia.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ  
**Data:** 07/12/2021

### PETROBRAS ADERE AO MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100%

Da Redação *OFFSHORE* 07 Dezembro 2021

A Petrobras aderiu ao Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU, criado este ano. O objetivo, segundo a entidade, é encorajar empresas brasileiras no combate à corrupção e a se comprometerem com a meta de serem 100% transparentes até 2030. O lançamento do movimento aconteceu no dia 3, durante evento online promovido pelo Pacto Global.

Outras empresas também aderiram ao movimento, como Eletrobras, SPIC Brasil, CBA, Grupo Fleury, MRV e Anglo American.

As cinco metas do movimento são: 100% de transparência nas interações com a administração pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% da transparência da estrutura de compliance e governança; e 100% da transparência sobre o desempenho dos canais de denúncia.

“Temos um sistema de integridade robusto, consolidado e testado de diversas formas no dia a dia das nossas atividades. Temos o apoio claro e irrestrito da nossa liderança em tudo o que precisa ser feito para construirmos uma Petrobras cada vez mais ética, íntegra e transparente. Temos a confiança dos nossos colaboradores como nosso principal ativo e, por ela, buscamos ser melhores todos os dias. Nossas parcerias de negócio e relacionamentos com públicos de interesse, sejam fornecedores, clientes, investidores ou a própria sociedade, nossa maior acionista, são pautados em sólidos compromissos divulgados com responsabilidade e transparência em nossos meios de comunicação”, afirma o diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Salvador Dahan.

O Transparência 100% integra uma série de iniciativas do Pacto Global que convidam o setor privado brasileiro a assumirem compromissos públicos com metas na busca pelos ODS. O movimento tem como objetivo encorajar e capacitar as empresas para ir além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em empresas de destaque para torná-las mais resilientes e exemplos de sucesso para as demais empresas do país.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 07/12/2021*

## ARTIGO - A PRATICAGEM E A FALÁCIA DO PREÇO

*Por Ricardo Falcão OPINIÃO 07 Dezembro 2021*



Está de volta à Câmara dos Deputados o projeto de lei de incentivo à cabotagem, BR do Mar. No Senado, foi acolhida emenda do senador Lucas Barreto (PSD/AP) que dá status legal à regulamentação infralegal da Marinha para a atividade de praticagem. A medida é de extrema importância. Ao inserir na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário critérios de segurança da navegação presentes na NORMAM-12, da Diretoria de Portos e Costas, o BR do Mar empodera a Autoridade Marítima e evita a judicialização recorrente com questionamentos constantes ao seu poder

discricionário.

Um dos alvos das empresas de transporte marítimo e dos terminais sob sua propriedade é a escala de atendimento de prático em rodízio, que obriga que o dono do navio a contratar o prático da vez, independentemente da empresa à qual ele pertença.

Os armadores argumentam que a escala impede a concorrência entre as empresas de praticagem, supostamente elevando o preço que pagam pelo serviço, com reflexos no frete para o dono da carga. Será mesmo?

Tenhamos como exemplo o Porto de Santos – maior da América Latina – e a exportação de soja – principal item da exportação do agronegócio. O Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans) comparou este ano os preços praticados pelas praticagens em três portos com características similares a Santos, na Argentina e nos Estados Unidos. O valor encontrado no Brasil foi de R\$ 0,66 por tonelada transportada, inferior aos demais. A participação do custo da praticagem no valor CRF (Custo e Frete) da soja exportada foi de 0,03%.

Na cabotagem, esses percentuais são ainda menores, já que os preços do serviço de praticagem são significativamente mais baixos do que os praticados no longo curso, principalmente no caso das cargas containerizadas, que têm valor agregado superior ao das commodities. Vale lembrar que esses preços são estabelecidos em acordos de longo prazo negociados com a praticagem e, mesmo quando há divergência entre as partes, a Marinha pode intervir como árbitro. Por que então insistem na falácia do preço para pressionar congressistas e mudar a boa regulação do serviço?

Essa pressão acontece em maior ou menor grau no mundo inteiro e a resposta está no lucro, porque os principais custos de viagem – combustível e tripulação – o dono do navio não consegue controlar. Sobra a praticagem para aumentar a sua margem.

E os armadores não têm lucrado pouco. O frete que cobram é regulado pela demanda pelo comércio marítimo e deu um salto na pandemia após a retomada da economia mundial. Segundo analistas do mercado, o lucro das empresas que transportam contêineres deve atingir US\$ 48 bilhões no terceiro trimestre, mais do que Facebook, Netflix, Amazon e Google juntos. Nada mal, não?

É por isso que tentam criar o mito de que a praticagem impacta no frete. Querem criar uma liberdade para que o usuário controle o serviço, quando em todos os países a atividade é submetida ao interesse público, apesar de ser paga pelos armadores.

O nosso cliente é o Estado brasileiro. Em cada operação de praticagem, estamos a bordo para bem conduzir o navio e proteger a sociedade. Além de mortes e prejuízos econômicos, um acidente com uma megaembarcação pode causar danos ambientais irreparáveis, derramando toneladas de combustível em mares e rios.

A escala de atendimento em rodízio tem o foco na segurança. Como o armador não escolhe quem vai atendê-lo, o prático tem autonomia para tomar sempre a decisão mais segura, imune a qualquer tipo de pressão comercial. Ao mesmo tempo, a escala assegura que o prático não trabalhe demais, a ponto de ficar fadigado, nem de menos, podendo perder experiência. É um padrão internacional utilizado no Brasil desde 1986 e nunca foi substituído nas normas da Marinha, que reafirmou a importância do seu emprego em portaria publicada em 30 de novembro. Adotá-la em lei ordinária – assim como como os limites para isenção de praticagem consagrados no mundo – robustece o papel da Autoridade Marítima na defesa do bem-estar dos brasileiros.

Ricardo Falcão Ricardo Falcão é presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 07/12/2021

## PORTO SECO DO CERRADO INVESTE AMPLIAR ATUAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 07 Dezembro 2021*



A estação aduaneira do interior conhecida como Porto Seco do Cerrado, localizada em Uberlândia (MG), ganha uma nova sede, para melhor atender às necessidades operacionais e estruturais dos clientes. O investimento foi feito pela Supplog, empresa que administra o terminal intermodal desde 2016.

Atualmente, o Porto Seco atende mais de 80 empresas dos mais diversificados segmentos como bebidas, alimentícios, químico, tabaco, eletrônicos, têxtil, energia solar, maquinário



agrícola e industrial, jardinagem e construção civil. Fornece serviços logísticos e alfandegários, com foco na armazenagem, nacionalização ou internacionalização e transporte.

A nova unidade do Porto Seco de Uberlândia permitirá atrair novos projetos e novas empresas que atuam no comércio exterior.

Em 2020, o Porto Seco de Uberlândia obteve um crescimento de 30% em comparação a 2019, na contramão do mercado que sofreu retração no ano de 2020. Para este ano, com as novas instalações, a projeção é de um crescimento de mais 30%.

A nova sede tem uma área total de 150 mil m<sup>2</sup>, sendo 10 mil m<sup>2</sup> de área para armazenagem coberta com capacidade aproximada para 10 mil posições-paleta, seis docas para recebimento e expedição simultâneos, 16 mil m<sup>2</sup> de pátio para veículos e contêineres, além de balança para pesagem de bitrens. O local também conta com unidades da Receita Federal e Ministério da Agricultura para fazer o desembarço aduaneiro.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 07/12/2021**

## PORTO DO PECÉM ATINGE PELA PRIMEIRA VEZ MARCA DE 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06 Dezembro 2021*



**Resultado para o terminal portuário cearense foi obtido com o fechamento do mês de novembro**

Pelo quarto mês seguido mais de dois milhões de toneladas foram movimentadas no terminal portuário do Pecém em um único mês. Em novembro desse ano, os desembarques somaram 1.556.667 toneladas e os embarques finalizaram com 740.729 toneladas. No total, registrou-se a movimentação de 2.297.396 toneladas – o melhor movimento mensal já registrado no Porto do

Pecém.

O resultado representa um crescimento de 10% em relação ao mês anterior (outubro/2021 – 2.095.848 toneladas). Na comparação com o mesmo período do ano passado (novembro/2020 – 1.464.294 toneladas), o percentual é ainda maior, aproximadamente 56% de crescimento.

Movimentação Mensal do Porto do Pecém no 2º semestre

Julho/2021 = 1.621.442 tons

Agosto/2021 = 2.161.698 tons

Setembro/2021 = 2.190.896 tons

Outubro/2021 = 2.095.848 tons

Novembro/2021 = 2.297.396 tons

Com o fechamento do mês de novembro, o terminal portuário cearense obteve um resultado histórico: 20.405.383 toneladas movimentadas entre janeiro e novembro de 2021 – crescimento de 41% em relação ao mesmo período de 2020, quando foram movimentadas 14.458.128 toneladas.

“Estamos vivendo o melhor momento da história do Porto do Pecém, desde que o nosso terminal foi inaugurado em março de 2002. Movimentamos mais de 20 milhões de toneladas de cargas em onze meses de um ano que ainda não acabou. Ou seja, já superamos o nosso melhor ano e temos a expectativa de fechar 2021 com mais de 22 milhões de toneladas movimentadas”, afirma Danilo Serpa, presidente do Complexo do Pecém.



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 189/2021  
Página 79 de 79  
Data: 07/12/2021  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Na movimentação acumulada de 2021, os embarques somaram 6.583.475 toneladas – crescimento de 37% em relação ao mesmo período de 2020 (jan/nov-2020: 4.788.666 toneladas). Já os desembarques totalizaram 13.821.908 toneladas, aumento de 43% na comparação com os onze primeiros meses do ano passado (jan/nov-2020: 9.669.462 toneladas), confirmando, portanto, a vocação do Porto do Pecém como portão de entrada de cargas para as regiões norte e nordeste do Brasil.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 07/12/2021*



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*